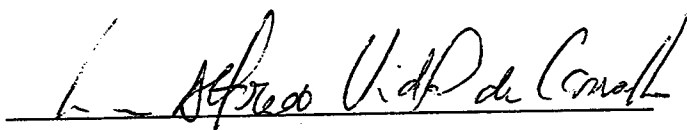


MORTE DAS PRETINHAS: UMA ABORDAGEM SOCIOTÉCNICA DA
INFORMATIZAÇÃO DO JORNAL O GLOBO

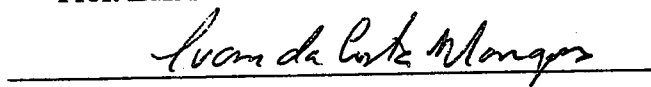
Ronize Aline Matos de Abreu

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA COORDENAÇÃO DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA
DE SISTEMAS E COMPUTAÇÃO.


Aprovada por:



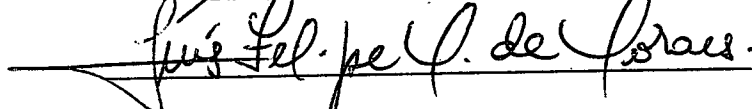
Prof. Luis Alfredo Vidal de Carvalho, D.Sc.



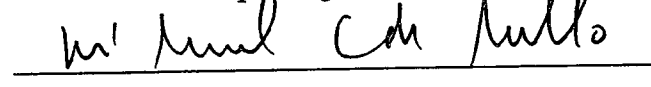
Prof. Ivan da Costa Marques, Ph.D.



Prof. Geraldo Bonorino Xexéo, D.Sc.



Prof. Luis Felipe Magalhães de Moraes, Ph.D.



Prof. José Manoel Carvalho de Mello, Ph.D.



Prof. Prof. Renato Peixoto Dagnino, Ph.D.

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

AGOSTO DE 2008

ABREU, RONIZE ALINE MATOS DE

Morte das pretinhas: uma abordagem sociotécnica da informatização do jornal O Globo [Rio de Janeiro] 2008.

IX, 148p. 29.7 cm (COPPE/UFRJ, D.Sc., Engenharia de Sistemas e Computação, 2008)

Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE

1. Jornal O Globo
2. Informatização de redação jornalística
3. Teoria Ator-Rede

I. COPPE/UFRJ II. Título (série)

Para Marco Antonio, que me inspira a ser o que sou e o que quero
ser: comigo mesma, com ele e com o pequeno Nicholas Daniel.

Agradecimentos

Aos meus orientadores, Ivan e Luis Alfredo, por serem muito mais do que uma valiosa contribuição intelectual.

Aos membros da banca examinadora, por dedicarem seu tempo à avaliação deste trabalho.

À COPPE/UFRJ, professores, colegas e funcionários que contribuíram para todo o meu processo de doutoramento.

Aos entrevistados que, ao aceitarem participar da pesquisa, ajudaram essa tese a existir.

Aos que tão carinhosamente me ajudaram a encontrar os personagens da minha pesquisa, aqui representados por Carmem Pereira e Mauro Ventura.

À minha mãe e meu pai (*in memoriam*), por me darem o privilégio de ser sua filha.

Ao Marco Antonio, companheiro e incentivador que, pacientemente, esperou este projeto chegar à sua reta final para ver nascer nosso mais novo projeto.

O jornal e suas metamorfoses

Um senhor pega um bonde após comprar o jornal e pô-lo debaixo do braço. Meia hora depois, desce com o mesmo jornal debaixo do mesmo braço.

Mas já não é o mesmo jornal, agora é um monte de folhas impressas que o senhor abandona num banco da praça.

Mal fica sozinho na praça, o monte de folhas impressas se transforma outra vez em jornal, até que um rapaz o descobre, o lê, e o deixa transformado num monte de folhas impressas.

Mal fica sozinho no banco, o monte de folhas impressas se transforma outra vez em jornal, até que uma velha o encontra, o lê e o deixa transformado num monte de folhas impressas. A seguir, leva-o para casa e no caminho aproveita-o para embrulhar um molho de celga, que é para o que servem os jornais após essas excitantes metamorfoses.

*[Histórias de cronópios e de famas, Julio Cortázar,
2005, 9ª ed., p.56]*

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Ciências (D.Sc.)

MORTE DAS PRETINHAS: UMA ABORDAGEM SOCIOTÉCNICA DA
INFORMATIZAÇÃO DO JORNAL O GLOBO

Ronize Aline Matos de Abreu

Agosto/2008

Orientadores: Luis Alfredo Vidal de Carvalho

Ivan da Costa Marques

Programa: Engenharia de Sistemas e Computação

A presença de computadores nas redações jornalísticas é tão comum atualmente que os novos profissionais tendem a naturalizá-la. No entanto, o seu uso como ferramenta de trabalho é uma construção que envolveu escolhas e mudanças. O jornal O Globo foi o primeiro periódico carioca, e um dos primeiros do país, a trocar as máquinas de escrever da redação por computadores. Justamente por ser pioneiro os seus jornalistas tiveram o primeiro contato com a nova tecnologia naquele espaço e naquele tempo.

Situando-se no campo dos Estudos de Ciência e Tecnologia, essa pesquisa verifica primeiro que a forma como ocorreu a adoção da nova tecnologia no jornal O Globo é apenas uma das formas possíveis. É nosso objetivo também deixar claro como as escolhas feitas ao longo do processo constituíram uma metamorfose do jornalista e do seu próprio ambiente de trabalho: a redação.

Utilizaremos a Teoria Ator-Rede visando a uma melhor caracterização da rede que se formou neste processo e das interações que a moldaram. Também reconstituiremos as relações heterogêneas entre atores humanos e não-humanos que conformaram a rede de concepção e adoção do computador na redação d'O Globo.

Abstract of Thesis presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Science (D.Sc.)

THE LITTLE BLACKS' DEATH: AN SOCIOTECHNICAL APPROACH OF THE O
GLOBO COMPUTERIZATION

Ronize Aline Matos de Abreu

August/2008

Advisors: Luis Alfredo Vidal de Carvalho

Ivan da Costa Marques

Department: Systems Engineering and Computer Science

Today it is so usual to find computers in the newspapers' offices that new professionals are prone to take it as a "natural" presence. However, the use of computers as a working tool is a construction that involved changes and choices. In the 1980s O Globo was the first newspaper in Rio de Janeiro to substitute computers for typewriters in its daily operations, and one of the first Brazilian newspapers to make that move. For that reason O Globo's journalists had their first professional contact with computer technology at that time and in that space.

First this research project seeks to describe how computer technology was adapted/ adopted in the newspaper environment and show that its final shape is one among a multiplicity of possible forms. Secondly we aim at describing how the choices made along the way constituted a "metamorphosis" of the journalist and her/his working space-time.

We use actor-network theory aiming at a better characterization of the above indicated process and of the interactions that shaped it. We will also reconstitute the heterogeneous relations among human and non-human actors who shaped the conception-adoption network (Michel Callon) of the computer used by O Globo's journalists in the 1980s.

Índice de Texto

Capítulo 1 – Introdução.....	1
1.1. A máquina de escrever contada pelos brasileiros.....	2
1.2. A máquina de escrever contada pelos norte-americanos.....	8
1.3. Máquina de escrever: uma criação coletiva	12
1.4. Ligando os nós da rede.....	23
1.5. O computador e suas redes.....	28
Capítulo 2 – No início era o verbo.....	36
2.1. Primeiros passos.....	38
2.2. O jornal chega ao século XX.....	42
2.3. Pelas lentes da objetividade.....	45
2.4. Representar objetivamente a realidade: eis a questão.....	50
2.5. De cabeça para baixo.....	55
2.6. Nada se cria, tudo se copia.....	57
Capítulo 3 – Das laudas às telas de fósforo verde	60
3.1. A informática chega ao Globo.....	63
3.2. Com vocês, o computador	65
3.3. As mudanças continuam.....	72
3.4. O jornal sai do papel e entra na Internet.....	74
Capítulo 4 – Por dentro da notícia.....	79
4.1. No tempo das pretinhas.....	81
4.2. A notícia produzida na era dos computadores.....	85
4.3. Os computadores têm política.....	90
4.4. A valorização do repórter.....	95
Capítulo 5 – Das pretinhas às branquinhas.....	102
5.1. O CSI em foco.....	105
5.2. Estabilizando a resistência	112
5.3. Quem é esse jornalista?.....	120
5.4. O jornal de papel e o papel jornal	124
Conclusão.....	131
Referências.....	139
Fontes Primárias.....	145
Anexo.....	147

Índice de Figuras

Figura1.....	7
Figura2.....	10
Figura3.....	11
Figura4.....	11
Figura5.....	12
Figura6.....	36
Figura7.....	61
Figura8.....	62
Figura9.....	83
Figura10.....	85
Figura11.....	88
Figura12.....	108

Capítulo 1 – Introdução

Durante décadas, os jornalistas se acostumaram a ver a máquina de escrever como uma companheira de ofício e tiveram de abandonar rotinas e hábitos arraigados quando a mesma foi substituída pelo computador nas redações do país. No entanto, é bem provável que a maioria sequer tivesse conhecimento da polêmica que envolve sua criação – polêmica que, mais uma vez, a exemplo da invenção do avião, coloca um brasileiro em meio a uma disputa de paternidade.

Fontes brasileiras¹ apresentam o padre paraibano Francisco João de Azevedo (1814-1880) como o inventor do artefato, que teria sido “roubado” por um norte-americano. Sob o título “140 anos de uma injustiça”, a Revista FAPESP afirma que:

Entre junho e dezembro de 1872, um estrangeiro, provavelmente norte-americano, levou o protótipo da máquina de Francisco João de Azevedo para o exterior. O padre teria sido dissuadido a deixar levarem o protótipo com a promessa de que havia pessoas interessadas em fabricá-lo. Em março de 1873, Christopher Latham Sholes apresentou como seu um modelo praticamente idêntico à máquina brasileira para os armeiros Remington, que a industrializaram. [Julho 2001 – Edição 66]

NOGUEIRA [1962, p.86] diz que “a tradição oral guarda carinhosamente a notável circunstância de ter sido furtada por um estrangeiro a máquina de escrever do inventor patricio” e segue expondo fontes, documentais e orais – mesmo admitindo que as orais sejam em maior número do que as documentais. Para fortalecer sua teoria, aponta o fato de que “em setembro de 1866 aportaram à província de Pernambuco várias famílias norte-americanas, que expatriando-se em consequência de movimentos políticos, vinham aqui procurar nova pátria” [1962, p.94]. E complementa, seguindo o tom entusiasmado:

1 “A máquina de escrever, invento brasileiro”, de Ataliba Nogueira; Revista FAPESP – Julho 2001 – Edição 66.

Verificamos assim que, além dos viajantes, entre os quais se pode incluir a tripulação dos navios ianques, não foi diminuto o número de americanos que por aquela época estiveram no Recife, onde o Padre Azevedo, pelos seus dotes de espírito, era uma das mais notáveis pessoas, conquanto mui modesto, e a sua máquina de escrever, uma das coisas mais curiosas que se poderiam mostrar na cidade. [1962, p.95]

1.1. A máquina de escrever contada pelos brasileiros

Segundo a pesquisa realizada por NOGUEIRA [1962], Francisco João de Azevedo nasceu em 1814, na capitania da Paraíba do Norte, e recebeu o mesmo nome do pai. Em 18 de dezembro de 1839 foi ordenado presbítero, tendo fixado residência em Recife, na província de Pernambuco. Dedicou-se ao manejo das artes mecânicas e ao ensino das ciências matemáticas e do desenho, tendo lecionado em várias instituições daquela província. Costumava freqüentar assiduamente o Arsenal de Guerra de Pernambuco, onde eram fabricados armamento, fardamento, equipamento, máquinas, aparelhos e objetos necessários ao abastecimento do exército, fortalezas e estabelecimentos militares, assim como a guarda e conservação do armamento portátil e trem de artilharia.

O Arsenal de Guerra existia desde o domínio holandês com o nome de Armazém das Armas sendo que, no século XVIII, passou a chamar-se Armazém do Trem e, mais tarde, Trem de Sua Majestade. No princípio do século XIX, Trem Real e, em 1832, recebeu o nome de Arsenal de Guerra, sendo extinto em 1899. Havia ali as seguintes oficinas: de construção e reparos, obras brancas, tanoeiro, torneiro, taqueiro, pintura, coronheiro, ferreiro, serralheiro, espingardeiro, latoeiro, funileiro, instrumental, correeiro, seleiro, surrador e alfaiate. Durante a Guerra do Paraguai prestou serviço de conserto de armamento, confecção de fardamento e equipamento para todos os corpos que partiram da província e para a guarda nacional [NOGUEIRA, 1962].

O arsenal se insere num processo de transição da capitania para a província, quando o Brasil tentava se preparar das mudanças das relações de trabalho da escravidão para o trabalho livre [VIEIRA E CABRAL,, 2008, p.2]

No Arsenal havia uma companhia de aprendizes menores e outra de operários militares, além de alguns operários civis. Os menores que provavam sua pobreza eram admitidos nas oficinas, onde recebiam um pequeno salário ao mesmo tempo em que adquiriam instrução primária e ofícios dos quais pudessem tirar sua subsistência mais tarde. Segundo VIEIRA E CABRAL [2008], os garotos trabalhavam em condições precárias faltando, muitas vezes, alimentos e remédios, além de serem comuns acidentes e mortes. Condições essas que, certamente, refletiriam no processo de trabalho e nos resultados finais.

No borborinho e agitação daquele templo do trabalho, dedicava Azevedo horas a fio à realização de vários inventos, alguns dos quais notáveis, outros inacabados, outros mal esboçados por sua inteligência portentosa, poucos dos quais chegaram ao nosso conhecimento. Dois inventos já o preocupavam: um veículo para o mar e outro para a terra [NOGUEIRA, 1962, pp. 32-33].

Azevedo construiu por suas próprias mãos, conforme os registros de NOGUEIRA [1962], todas as peças da máquina de escrever que idealizara, fabricando mais de um modelo, pois sempre encontrava modificações a fazer, novos aperfeiçoamentos de forma a deixá-la mais prática e manejável. A oportunidade de levar a público seu invento surgiu com o convite recebido pelo Brasil de participar da Exposição Internacional de Londres, cuja inauguração se daria em 1862. Para isso foram organizadas exposições provinciais, de onde saíam as criações que comporiam uma exposição nacional, ocasião em que seriam escolhidos os produtos que mereceriam figurar na exposição internacional.

Instado pelos amigos, o padre Azevedo apresentou para figurar entre os objetos da exposição a máquina de seu invento. Dela se ocuparam os membros da comissão, os jornais da época e o presidente da província, tudo provando que foi muito apreciada

e que despertou gerais aplausos [NOGUEIRA, 1962, p.40].

A máquina, juntamente com seu inventor, foi enviada para o Rio, a fim de participar da exposição nacional – a primeira Exposição Geral do Império do Brasil, cuja abertura se deu no dia 2 de dezembro de 1861. A comissão diretora da exposição provincial auxiliou Azevedo financeiramente para a conclusão de seu invento e custeou as despesas de sua viagem até a Côrte, a fim de que ele pessoalmente explicasse o funcionamento da máquina. Dos 1.136 expositores e 9.962 objetos expostos, somente nove receberam medalha de ouro – entre eles o padre Francisco João de Azevedo e sua máquina de escrever. No entanto, segundo NOGUEIRA [1962], do “Catálogo dos produtos naturais e industriais remetidos para a Exposição Universal, em Londres”, onde figuravam as ilustrações das máquinas que representavam o país – já que nenhuma foi, de fato, remetida a Londres devido à alegada falta de espaço na exposição - não consta a máquina do padre Azevedo. Nem nela nem em qualquer outra exposição estrangeira. NOGUEIRA [1962] remete essa justificativa a uma advertência que estaria citada no próprio catálogo da Exposição Nacional do Brasil². A alegada saturação de espaço está entre outros problemas mencionados no registro do evento:

In their attempt to surpass the very successful first London World Exhibition of 1851, the organisers of the 1862 London Exhibition made a grave misjudgement. In an Exhibition Palace that was criticised on account of its enormous dimensions as being monstrous and ugly, it is true that more exhibits were displayed by more exhibitors from more participating countries, but, due to their sheer volume, it was barely possible to present the outstanding products and innovative developments in an adequate manner (...) Unfortunately, no consistent classification system was developed for the organisation of the exhibits. Even the hefty catalogues were unable to help the knowledge-hungry visitors, as they failed to follow any comprehensible classification criteria and, in addition, were disfigured and unnecessarily distended by advertising [EXPO 2000].

2 Exposição Nacional do Brasil – Catálogo dos Produtos Nacionaes e Industriaes remettidos para a Exposição Universal em Londres, Rio, Tip. do “Diário do Rio de Janeiro”, 1862.

O padre Azevedo produziu um trabalho para explicar o funcionamento da sua máquina: “Esclarecimentos sôbre a Machina Tachigraphica levada à Exposição Nacional pelo seu inventor o Padre Francisco João Azevedo, no ano de 1861”. Em seu trabalho, NOGUEIRA [1962] cita que existem vários exemplares dos Esclarecimentos na Biblioteca Nacional, um deles, inclusive, encadernado em couro verde, com as letras douradas e gravadas as armas imperiais, que teria pertencido a D. Pedro II. Dos Esclarecimentos do Padre Azevedo sobre a sua máquina consta a seguinte descrição:

A machina tachigraphica, pois, assemelha-se nisso ao piano; ella tem dezaseis teclas, cada uma das quaes, em vez de produzir um som como no piano, imprime sobre uma tira de papel uma letra do alphabeto; e da mesma sorte que no piano temos somente dezaseis sons, temos na machina dezaseis letras diferentes; mas, combinando duas a duas, pôde-se por uma convenção obter um numero de sinais sufficiente não só para representar as demais letras, como também signaes orthographicos, abreviaturas, &c. Mostraremos como com estes elementos se pôdem formar todas as syllabas, de sorte que seja qual for o numero de letras de que conste, sempre será possível formar todas ellas de uma vez, com uma só posição instantanea, do mesmo modo que no piano se produz um accorde [NOGUEIRA, 1962, p.64]

E ele segue descrevendo o funcionamento de sua máquina, que era toda fabricada em madeira, exceto os tipos e respectivas matrizes, as molas e rodas dentadas, e estava assentada sobre um pequeno consolo de jacarandá de pés torneados:

Logo que se comprime uma dessas teclas que representam pequenas alavancas, ergue-se na extremidade dela uma delgada hastea que tem na ponta superior uma letra esculpida em metal, em alto relevo, a qual vai encaixar-se em outra letra igual esculpida em baixo relevo em uma chapa metallica fixa em cima dessa hasteas. Uma tira de papel de largura de tres dedos pouco mais ou menos e de um comprimento indefinido, passando por movimento continuo entre esta chapa e as hastes das letras, he por ellas comprimida e recebe a impressão destas ultimas que conserva inalteravel. As letras que compoem uma syllaba sahem impressas no papel em uma mesma linha horizontal, ora juntas, ora apartadas uma das outras (...) Trabalha-se na machina como

se toca em um piano com ambas as mãos comprimindo levemente com os dedos as diferentes teclas de que ella se compõe
[NOGUEIRA, 1962, p.65]

NOGUEIRA [1962] resgata registros da tradição oral que defendem a idéia de ter sido furtada por um estrangeiro a máquina de escrever inventada por um brasileiro. Um desses registros é uma carta do dr. José Felix da Cunha Menezes, médico e antigo presidente da Intendência do Rio de Janeiro, publicada em 31 de julho de 1906, no Jornal de Notícias, da Bahia. Na carta, dr. Menezes diz que conheceu de perto Azevedo e que em diversas ocasiões acompanhou o padre em sua tarefa de recortar letras de jornais para indicar teclas e limar tipos e embutir em martelos de madeira para transmitir letras de papel.

Segundo dr. Menezes, Azevedo costumava mostrar-lhe todas as peças explicando-lhe sua engrenagem, sua maneira de aplicar e produzir a escrita. Por fim, queixava-se que não tinha dinheiro nem quem quisesse emprestá-lo para levar o invento à Europa e fundí-lo em aço, além de que seu estado de velhice e doença não o fariam resistir a uma viagem tão longa. Mais adiante, ele detalha de que forma a máquina teria ido parar no exterior.

Encargos da profissão obrigaram a ausentar-me por alguns dias da cidade. Voltando, constou-me que lhe apparecera um estrangeiro, americano ou inglês, propondo levá-lo, com a sua machina, para os Estados Unidos ou Europa, encarregando-se da propaganda à sua custa, com todas as demais despesas da sua viagem, fazendo-a fundir na America ou na Europa, em casa de Armstrong, dando-lhe uma percentagem na venda do grande invento (...) respondendo-lhe o padre não poder aceitar o seu convite pelo seu estado de abatimento e por não poder resistir a climas tão variados (...) Pouco tempo depois contou-me o nosso comum amigo Magalhães Barbosa, que o tal estrangeiro, convencendo-se da impossibilidade da viagem lhe contara muitas lamurias, e, arrastando aquella boa alma a uma convicção falsa e traiçoeira, se apoderára da machina, seu penhor sagrado, resultado de tantos annos de trabalho, tantas vigílias, tantos sacrificios, deixando um documento sem valor, roubando-a de nossa gloria, para apresentar como invenção estrangeira
[NOGUEIRA, 1962, pp. 89-91]

Outra fonte, o professor Francisco de Assis e Silva, conterrâneo e amigo do padre Azevedo, é também mencionado por NOGUEIRA [1962]. Segundo esse professor, teria sido um norte-americano a pessoa que conseguiu apossar-se da máquina levando-a para os Estados Unidos. Para o autor, a questão do transporte físico do objeto para o exterior não é essencial para comprovar o furto, já que a apropriação do seu segredo, de como Azevedo teria resolvido as várias questões que impediam os estrangeiros de construir uma máquina que efetivamente escrevesse, já seria suficiente. Mas ele assegura que é tanta a semelhança da máquina de Azevedo com a Remington nº1 norte-americana que esta seria, certamente, a reprodução em aço daquela outra, fabricada em madeira.

Tamanha é a semelhança dessas duas máquinas, que podemos aceitar de todo a tradição oral relativa ao furto da máquina, apropriação do objeto e não só da idéia. [NOGUEIRA, 1962, p.92]

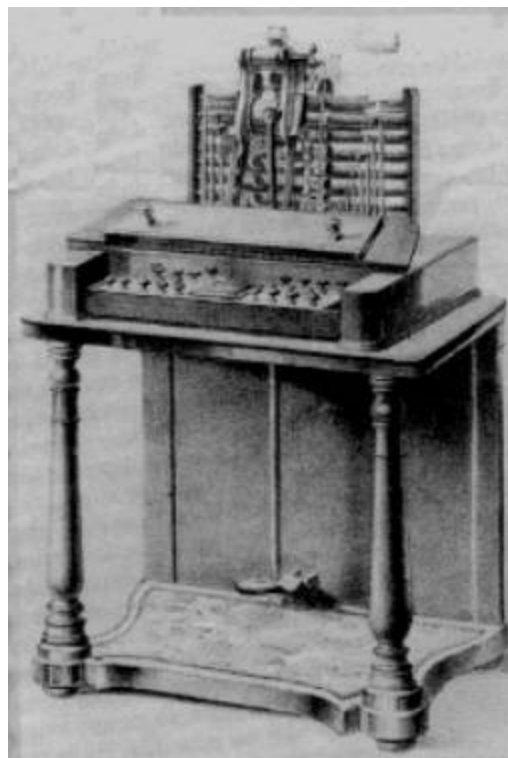


Figura 1: A máquina do padre Francisco João de Azevedo, segundo estampa existente nos documentos de 1ª Exposição Nacional de 1861 (Biblioteca Nacional)³

3 NOGUEIRA, 1962.

1.2. A máquina de escrever contada pelos norte-americanos

Christopher Latham Sholes, citado na pesquisa de NOGUEIRA [1962] como sendo o norte-americano que teria roubado a invenção brasileira, teria sido, segundo ROMANO [1986], a 52ª pessoa a inventar a máquina de escrever e a única a reivindicá-la. Sholes nasceu na Pensilvânia, em 14 de fevereiro de 1819, e ali começou a trabalhar no ramo da imprensa como aprendiz no Democratic Danville Intelligencer.

Dali, se mudou com seu pai, viúvo, para Green Bay, Wisconsin, onde seu irmão – Charles C. - era proprietário e editor do Green Bay Democrat. Aos vinte anos, deixou a casa do pai para seguir o irmão até Madison numa nova empreitada, tendo sido colocado na direção do Wisconsin Enquirer. Depois de um ano, mudou-se para a cidade Southport (mais tarde se chamaria Kenosha) e criou, juntamente com um amigo, o Southport Telegraph, renomeado posteriormente de Kenosha Telegraph – nome inspirado pela invenção de Samuel Morse.

Morse's demonstration of his magnetic telegraph inspired Sholes and other newspaper people about its importance in the rapid transmission of news. [ROMANO, 1986, p.2]

Em certa ocasião, os funcionários do setor de composição do jornal de Sholes entraram em greve e sua irritação com a situação o fez pensar na possibilidade de criar uma máquina que fizesse sozinha o serviço. Ele chegou a construir alguns modelos nos quais os tipos eram impressos em cera, mas esses não se mostraram muito práticos. Deixou, então, os modelos de lado e se entendeu com seus funcionários grevistas [ROMANO, 1986].

Sholes dividiu sua vida entre o trabalho de editor e a carreira pública, tendo sido senador por diversas vezes. Aos 48 anos era reconhecido tanto como um homem da imprensa

quanto como político. ROMANO [1986] conta que, morando em Milwaukee, Sholes gostava de passar seu tempo livre inventando coisas com amigos. Ele criou um método para endereçar os jornais imprimindo o nome dos assinantes na margem com uma espécie de “dedo de metal”, donde lhe ocorreu ser possível criar uma máquina que fizesse esse trabalho de forma mais rápida.

Juntamente com seu amigo Samuel W. Soulé começou a trabalhar no experimento, quando Carlos Glidden, também envolvido em outra invenção, se interessou pelo projeto e resolveu colaborar. A eles juntou-se Dr. Henry W. Roby, um repórter que trabalhava num relógio a ser usado em números de mágica.

Referring to the page numbering machine, Glidden asked: “Why can't such a machine be made that will write letters and words and not figures only? Sholes, why can't you build a machine to print letters and words as perfectly as these figures are struck off here? [ROMANO, 1986, p. 3]

No verão de 1867, segundo ROMANO [1986], o grupo teria obtido a descrição de uma máquina de escrever na revista Scientific American, que citava um artigo de um jornal técnico londrino sobre uma máquina inventada pelo americano John Pratt, do Alabama. “Many people had 'invented' machines, but by 1867 there was no practical device in use”, escreve ROMANO [1986, p.4].

A primeira menção ao artefato é a patente concedida pela Rainha Anne, da Inglaterra, ao engenheiro Henry Mill, em 1714, para uma máquina artificial ou método de impressão ou transcrição de letras uma após a outra. Tal máquina nunca chegou a ser produzida. ROMANO [1986] diz que o primeiro esforço registrado de se construir uma máquina na América foi o de William Austin Burt, de Detroit, no Michigan, que conseguiu em 23 de julho de 1829 a patente para uma máquina de imprimir que ele chamou de “tipógrafo”.

Apesar de merecer citação na imprensa, a máquina de Burt nunca chegou a ser manufaturada.

Frente à provocação de Glidden, Sholes respondeu que era capaz de fazer tal máquina e que iria tentar construí-la. O primeiro modelo – de julho de 1867 - era simplesmente a letra “W” e seu mecanismo de ativação, uma chave telegráfica ligada a uma barra de tipos que bateria contra um disco de vidro de baixo para cima. O segundo modelo, terminado em setembro, tinha teclas como as de um piano e todas as letras em maiúsculas. Sholes achou que estava perto de concluir seu projeto, não sabendo que continuaria a construir máquina após máquina pelos próximos seis anos. [ROMANO, 1986]

The next model was less than perfect, but before Sholes took it apart he typed the first letters ever typed to people who might be able to help him, offering shares in return for funds. He wrote to many people whom he thought might be interested. One reached James Densmore of Meadville, Pennsylvania, lawyer, promoter, salesman and inventor himself, whom Sholes had met in Madison some twenty three years earlier (...) Sholes received reply from Densmore saying he wanted a part in the writing-machine. The terms were that Densmore would pay the group's back bills, about \$600 (although some reports state that the amount was \$6,000), and provide future financing in return for a 25% interest. [ROMANO, 1986, p.6]

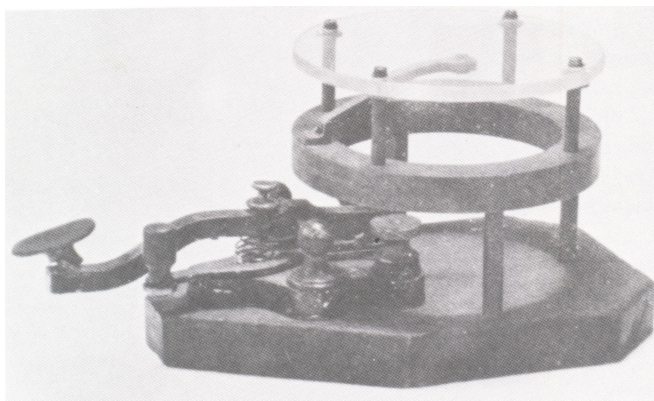


Figura 2: O primeiro modelo de Sholes tinha apenas a letra “W”⁴

4 ROMANO, 1986.

A primeira máquina de escrever criada pelo grupo de Sholes teria sido terminada em 1867, patenteada em 23 de junho de 1868, feita em madeira e com onze teclas de piano. Os historiadores, segundo ROMANO [1986], não costumam se referir a essa patente como “a primeira máquina de escrever”, mas sim à patente de 14 de julho de 1868 já que este foi o primeiro modelo em funcionamento enviado pela loja de Sholes para que outros além dele testassem o invento.

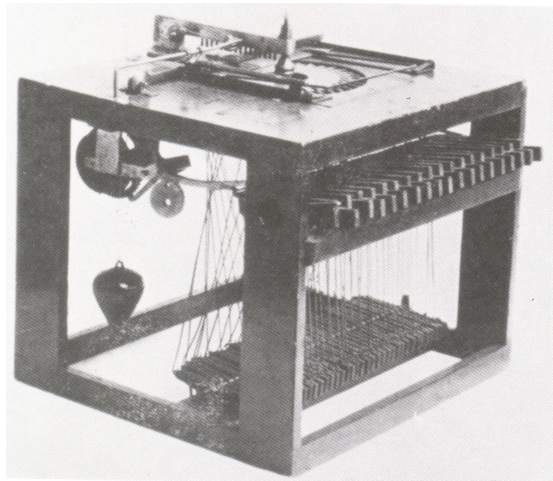


Figura 3: A máquina de Sholes de 23/06/1868⁵

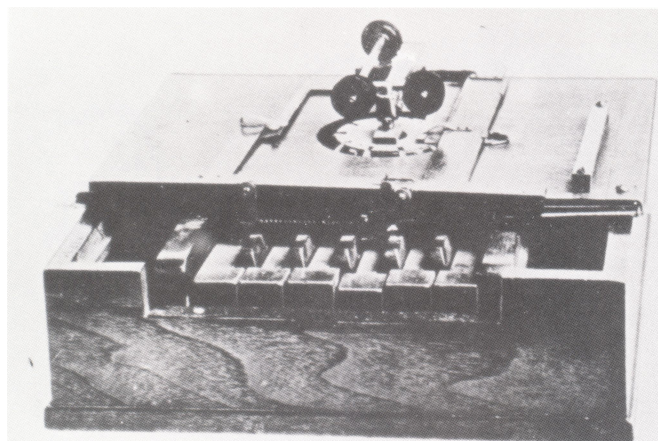


Figura 4: A máquina de Sholes de 14/07/1868⁶

Sholes continuou a melhorar seu invento sendo que, no total, 50 ou mais foram testados

5 ROMANO, 1986.

6 ROMANO, 1986.

até que Densmore ficasse satisfeito. Poucas máquinas foram vendidas já que a maioria da produção foi dada com propósito de divulgação ou para novos testes. Em 1º de março de 1873, foi assinado um contrato com a Remington para a produção de mil máquinas. Na época, a indústria fabricava armas, máquinas de costura e maquinário para fazendas.

Remington put two mechanics on the job, William K. Jenne, who had been head of the sewing-machine division and would continue with the unit for the next thirty years, and Jefferson M. Clough, who had the task of remodeling the machine for the quantity production. Jenne and Clough solved many of the problems that had haunted the original team. Manufacture began in September and first shipments were made early in 1874. Jenne liked sewing machines and as a result the first Remington N°1 Type-Writer looked like a sewing machine, with a foot-treadle carriage return and flowers stenciled on its sides. [ROMANO, 1986, p.11]



Figura 5: A Remington nº 1 sem o suporte de pedal⁷

1.3. Máquina de escrever: uma criação coletiva

Nosso objetivo, aqui, não é identificar quem foi o primeiro a inventar a máquina de

⁷ ROMANO, 1986.

escrever, até porque não entendemos a criação como um ato individual; a construção de fatos é um processo coletivo. E nessa construção, duas coisas são necessárias: alistar outras pessoas para que elas participem da construção do fato (ou artefato) e controlar o comportamento delas para tornar previsíveis suas ações [LATOUR, 2000]. E no processo de alistamento verifica-se a translação de interesses⁸, por isso pretendemos analisar de que forma os aliados foram alistados em cada uma das redes – a do padre Azevedo e a do norte-americano Sholes – e como uma se configurou mais forte do que a outra. Outra questão que se faria premente, caso este fosse um estudo dedicado à criação da máquina de escrever, é a própria definição de máquina de escrever: qual a compreensão de cada um sobre as características fundamentais desse artefato, que resultado esperavam obter com seu uso, havia formas de mensurar seu desempenho? Toda essas são questões que, numa análise dedicada ao tema, mereceria uma atenção mais acurada mas que, aqui, extrapolaria nossos objetivos.

NOGUEIRA [1962] nos conta que Francisco João de Azevedo era dotado de notável pertinácia e vivacidade intelectual, no entanto comprometia-lhe o modo tímido e acanhado com que se apresentava.

Distanciando-se para a frente da sua geração, procurava remudar as idéias dos que o cercavam, despertando-lhes outros anelos, outros horizontes, mais amplos e melhor espadanados de luz. Mas...a sua teoria não fêz prosélitos. Não foi compreendido o valor daquêle apostolado. Permaneceu isolado quem assim tanto se distanciava do seu tempo e da sua terra [NOGUEIRA, 1962, p. 38].

Pela descrição, faz-nos parecer que faltava a Azevedo o desembaraço com as palavras e a capacidade de convencer a respeito da viabilidade e praticidade de suas idéias. Dessa forma, o fato de ser considerado “à frente de sua geração” e de ter permanecido isolado

⁸ Interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistam.

por causa disso demonstra a inabilidade de arregimentar aliados para o seu projeto, donde o registro de “o inventor foi construindo por suas próprias mãos tôdas as peças da máquina, que ideara” [NOGUEIRA, 1962, p.34]. Faltou a Azevedo a capacidade de transladar seus interesses de forma que outros que pudessem se aliar ao projeto entendessem-no como de seu interesse também.

Por outro lado, Sholes era tido como um cavaleiro simpático, agradável e dado a sorrisos [ROMANO, 1962]. O fato de ter construído uma proeminente carreira pública paralela ao seu trabalho na imprensa aponta para uma personalidade mais afeita ao trato com as pessoas e às habilidades retóricas. Desde o início ele se cercou de amigos que compartilhavam o interesse por invenções e que, apesar de suas formações diversas, já tinham se envolvido em algum tipo de experimento. Sholes, ao contrário de Azevedo, foi capaz de arregimentar aliados traduzindo seus interesses em interesses de outrem. Glidden, por exemplo, desenvolvia um objeto para substituir o arado, enquanto Roby trabalhava no relógio para um número de mágica, mencionado anteriormente. Ambos, que nutriam gosto pelas invenções, entenderam o interesse de Sholes em construir uma máquina de escrever como seu interesse próprio.

É o próprio NOGUEIRA [1962] que destaca a diversidade de profissões do grupo, mas tentando mobilizar a diversidade em prol de seu argumento:

Antes de mais nada, saliente-se a circunstância notável de Sholes e seus companheiros não serem mecânicos, nem sequer terem noções de mecânica, pois um era jornalista, outro tipógrafo, outro capitalista (...) Custa crer que um aparelho, cuja feitura importava na solução de vários problemas de ordem puramente técnica pudesse ser feito exclusivamente por leigos no assunto. [NOGUEIRA, 1962, p. 112].

O argumento da falta de capacitação técnica é utilizado para atestar o furto da invenção

do padre Azevedo, já que “causa estranheza o cotêjo entre os primeiros modelos de Sholes, Glidden e Soulé, patenteados respectivamente em junho e julho de 1868, e o último modelo entregue a primeiro de março de 1872 à fábrica da cidade de Ilion” [NOGUEIRA, 1962, p.112]. O que diferencia os processos de construção da máquina é que, enquanto Azevedo cuidava sozinho de melhorar seu invento, Sholes cercava-se de aliados que propiciavam condições de torná-la funcionável.

Um aliado importantíssimo para Sholes foi James Densmore of Meadville, o advogado e também inventor deu o primeiro financiamento para o grupo seguir com as pesquisas e continuou a financiar os vários modelos que se seguiram, apesar de suas péssimas condições financeiras: “the expenses of maintaining his optimistic facade forced him to live on raw apples and soda crackers” [ROMANO, 1986, p.9]. Dinheiro e otimismo, as duas forças que Densmore injetava no invento de Sholes.

Densmore, or someone like Densmore, was an important factor in the development of the device, and his name is often linked with that of Sholes. Without him, the Type-Writer might never have been. He provided optimism and money, two very important contributions. He invested in the machine before he had even seen it, becoming its loudest and most fervent champion. In the darkest hours when Sholes was ready to give up, he urge the would-be inventor onward and gave hope [ROMANO, 1986, p. 7].

Como já vimos, isolado em suas experimentações, padre Azevedo não tinha aliados que o provissem de otimismo. Muito menos de dinheiro. A única ajuda que recebeu foi da comissão responsável pela exposição da província de Pernambuco, “em face da pobreza do inventor e da necessidade que êste tinha não só de completar o seu engenho, como principalmente de ir em pessoa fazer a demonstração de seus funcionamento, na Côrte” [NOGUEIRA, 1962, p.42]. Já Sholes, desde a idéia inicial sugerida por Glidden até os testes realizados e os aperfeiçoamentos necessários aos vários modelos construídos,

pode-se perceber a presença de aliados que foram sendo incorporados à rede do norte-americano e que a tornaria mais forte do que a do brasileiro. O fato de participarem da rede mecânicos que eram contratados para resolverem os problemas que Sholes não era capaz rebatê-lo o argumento de NOGUEIRA [1962] de que, sem experiência técnica, Sholes e seus amigos só poderiam ter se apropriado das soluções propostas pelo brasileiro.

Mas a polêmica sobre a paternidade da máquina de escrever é algo que vai além de Azevedo e Sholes. Um objeto não só é coletivamente transmitido de um ator para o próximo, como também é coletivamente composto pelos atores [LATOUR, 2000]:

Um exemplo facilitará o entendimento do problema do construtor de fatos. Diesel é conhecido como o pai do motor a diesel. Essa paternidade, porém, não é tão imediata quanto a saída de Atená da cabeça de Zeus. O motor não emergiu certa manhã da cabeça de Diesel. O que emergiu foi a idéia de um motor perfeito que funcionasse de acordo com os princípios termodinâmicos de Carnot. Seria um motor cuja ignição poderia ocorrer sem aumento de temperatura, paradoxo que Diesel resolveu inventando novas maneiras de injetar e queimar o combustível. Nesse ponto da história, temos um livro publicado e uma patente registrada por ele [p. 172].

No entanto, Diesel ainda precisava de outros que pudessem transformar esse projeto bidimensional e a patente num motor em funcionamento. Durante quatro anos, ele tentou conseguir um motor que realmente funcionasse – e para isso contou com a ajuda de engenheiros e máquinas da MAN, uma empresa montadora de máquinas. Por fim, dadas as dificuldades, Diesel teve de se afastar da patente original e de seu livro. Em junho de 1897 o motor foi apresentado ao público e o protótipo precisava, agora, ser transformado em milhares de cópias por todo o mundo. Mas o protótipo continuava falhando e precisava ser novamente trabalhado pelos engenheiros da firma que o comprara. As empresas que haviam comprado licenças de fabricação devolveram os protótipos, pediram o dinheiro de volta, Diesel faliu e saiu do comando das ações. Engenheiros da MAN

continuaram trabalhando num novo protótipo, cada um acrescentando alguma coisa nova ao projeto e o aperfeiçoando. Em 1908, quando a patente de Diesel caiu em domínio público, a MAN conseguiu colocar à venda um motor que funcionava. Mas poderia ser chamado, ainda, de motor de Diesel dada a quantidade de modificações feitas nele? [LATOUR, 2000].

Da mesma forma, poderemos verificar que na construção da máquina de escrever em ambos os casos a idéia vem apoiada em outra já existente: o telégrafo de Morse. “Morse's demonstration of his magnetic telegraph inspired Sholes and other newspaper people about its importance in the rapid transmission of news” [ROMANO, 1986, p.2]. Nogueira também menciona a influência do telégrafo sobre Azevedo:

[Francisco José de Azevedo] Acompanhava muito de longe, é certo, mas com o maior interêsse, os prodígios obtidos pelo norte-americano Samuel Morse, o notável inventor do telégrafo. Em 1844, construía-se a primeira linha telegráfica entre Washington e Baltimore, através da qual expediu Morse o primeiro despacho. Vivamente interessou Azevedo o aparelho teleográfico de David Hugues, construído em 1855 e que não passa de uma máquina de escrever à distância. Antes que houvesse máquinas de escrever no mundo, já as havia em telegrafia, se bem que muito rudimentares [1962, p.33].

ROMANO [1986] menciona as primeiras patentes registradas que faziam referência a uma máquina de escrever [ver subcapítulo anterior] – a primeira datando de 1714 – e de como o grupo de Sholes ficou motivado ao ler a descrição de uma máquina dessas na Scientific American de 1867. NOGUEIRA [1962] também apresenta tentativas anteriores do mesmo invento, mas insiste que o crédito cabe a padre Azevedo:

Cabe-lhe a glória de ter sido o inventor da máquina de escrever? Sem dúvida, antes dele muitos empregaram a sua inteligência e habilidade em solucionar o problema da escrita mecânica. Muitas máquinas foram construídas e deversas experimentadas [p.100].

Ele, inclusive, divide essas tentativas em quatro períodos: pré-história da máquina de escrever, protohistória da máquina de escrever, máquinas de emprego prático e máquinas fabricadas industrialmente. No primeiro período, ele inclui os que se detiveram apenas na idéia do artefato, na imaginação do mesmo, citando Henry Mill. Fazendo um paralelo, é onde poderíamos situar Diesel, já que ele criou o projeto e registrou a patente, mas não construiu o motor. No segundo período, ele menciona os aparelhos conhecidos “dos quais, uns, depois de construídos, provaram simplesmente que não escreviam e outros chegaram a escrever, mas com lentidão, deficiência, embaraço, não realizando, portanto, a finalidade a que o engenho se destinava e que é a ligeireza, a poupança de tempo, acarretando do mesmo passo a nitidez da impressão” [NOGUEIRA, 1962, p.101], e cita a “Pena Ktipografica” de Xaxier Projean e o Tipógrafo de Burt. Aqui encontramos máquinas que, ele mesmo admite, escrevem mas que são descartadas por não se enquadrarem em certos requisitos. A questão é: o que define uma máquina de escrever? Quem determina o que é necessário para que seja considerada como tal? Ligeireza e poupança de tempo podem ser critérios relacionados apenas pelo próprio autor, o que não fica claro no texto.

Esse tipo de julgamento se repete na descrição das máquinas elencadas no terceiro período, as que, segundo ele, “já davam melhor serviço, sem contudo se poderem dizer práticas, porque não produziam trabalho perfeito, nem apresentavam resultado em tempo eficiente, e o seu mecanismo geralmente era muito complicado e custoso” [NOGUEIRA, 1962, p.101]. E aqui entram parâmetros que, citados sem definição prévia, nada acrescentam ao estudo: perfeito, eficiente, complicado e custoso. Qual o referencial utilizado para se fazer tais afirmações?

Para NOGUEIRA [1962], a única máquina realmente prática é a Remington N° 1,

assegurando que a mesma é cópia da máquina criada por Azevedo.

Feita a comparação, conclui-se que os inventores americanos norteavam em determinados sentido o seu invento, quando lhes chegou ao conhecimento a existência de alguma máquina, que resolvera as questões suscitadas por forma diferente, porém prática e eficientemente [NOGUEIRA, 1962, pp. 112-113].

Há, no entanto, algumas lacunas na exposição de NOGUEIRA [1962] que podem ser preenchidas. Ele estranha que os primeiros modelos patenteados em 1868 por Sholes, Glidden e Soulé sejam tão diferentes daquele entregue à Remington e lançado em 1874. Nesse período, de 1868 a 1874, o que aconteceu foi que a rede de aliados de Sholes foi aumentando e posta em funcionamento.

Densmore, frente ao fracasso dos primeiros modelos de Sholes, insistia que a máquina de escrever tinha de funcionar (até porque havia investido dinheiro no projeto) e forçava Sholes a continuar tentando – o que o levou a produzir 50 modelos diferentes. Ao mesmo tempo, ele cuidava de arregimentar mais aliados distribuindo máquinas experimentais para que estenógrafos profissionais fizessem testes mais pesados com elas. Um importante aliado trazido por Densmore foi James Ogilvie Clephane, estenógrafo da Suprema Corte do Distrito de Columbia e também devotado a invenções relacionadas com o processo de impressão. Juntamente com John H. White, repórter oficial da Casa dos Representantes, e Andrew Devine, que tinha o mesmo posto no Senado, procuravam alguma maneira de transcrever relatórios de forma mais rápida e com várias cópias. “Stenographers were expected to be among the first to use Type-Writers and Clephane rigorously tested all models” [ROMANO, 1986, p.8]. É o interesse de Sholes sendo traduzido como o interesse dos estenógrafos.

Se por um lado, Sholes contava com a ajuda dos estenógrafos para testarem seus modelos

e apontarem as falhas – enquanto Azevedo era o único capaz de utilizar e demonstrar seu objeto em funcionamento, como vimos anteriormente - , por outro precisava de aliados para ajudá-lo a resolvê-las. É aí que entram os mecânicos das diversas oficinas por que passou Sholes. “Kleinstauber's shop was not properly equipped and Sholes jumped from shop to shop, from West Milwaukee to rented premises in Chicago” [ROMANO, 1986, p. 9]. Em cada uma delas, Sholes desenvolvia novas formas de abordar os problemas que persistiam no seu projeto, aproveitando a experiência mecânica de seus funcionários. Ao contrário de Azevedo que, sozinho, talvez contasse apenas com a ajuda do pessoal do Arsenal de Guerra – em sua maioria aprendizes.

Com isso tudo, queremos mostrar que a questão não é determinar se a paternidade da máquina de escrever pertence a Azevedo ou a Sholes, e sim que o objeto é uma construção coletiva cujos construtores espalham-se pelo tempo e pelo espaço, sem que seja necessário terem contato um com outro, mas cada qual colaborando de alguma forma para a configuração desse artefato. No que tange à polêmica Brasil-Estados Unidos, percebemos que Sholes foi capaz de desenvolver uma rede muito mais ampla e preparada para trabalhar pelos seus interesses do que Azevedo. Vimos que havia diferença na personalidade de ambos e na forma como escolheram trabalhar em suas criações. No entanto, falta ainda olharmos para a configuração econômica na qual se encontrava Azevedo, no Brasil, em comparação a Sholes, nos Estados Unidos.

Durante o século XIX, época em que ocorreram as várias tentativas de se construir uma máquina de escrever e cenário da polêmica que envolve o padre brasileiro Francisco João de Azevedo e o norte-americano Christopher Latham Sholes, o Brasil era um país essencialmente agrário e, segundo PRADO JR. [2006], tecnicamente dependente do estrangeiro. Desde estradas de ferro e outros meios de comunicação e transportes,

mecanização das indústrias rurais até a instalação de algumas primeiras manufaturas.

Os grande empreendimentos industriais (estradas de ferro, aparelhamento portuário, obras urbanas, etc), embora indispensáveis e condição essencial de qualquer realização posterior, estavam ainda, na maior parte, além das possibilidades do capital privado indígena que apenas ensaiava seus primeiros passos [PRADO JR., 2006, p. 195].

Com o desenvolvimento da lavoura cafeeira, o produto teve o efeito de reforçar a estrutura tradicional da economia brasileira, voltada para a produção intensiva de uns poucos gêneros destinados à exportação. Ao longo do século pôde ser acompanhada uma grande transformação na distribuição das atividades produtivas do país.

Dois fatos (aliás, intimamente relacionados) a constituem; um de natureza geográfica: é o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do Norte para as mais recentes do Centro-Sul (o Rio de Janeiro e partes limítrofes de Minas Gerais e São Paulo). Outro é a decadência das lavouras tradicionais do Brasil – da cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco -, e o desenvolvimento paralelo e considerável da produção de um gênero até então de pequena importância: o café, que acabará por figurar quase isolado na balança econômica brasileira [PRADO JR., 2006, p.157].

A perda da primazia da região Norte se explica pela decadência das lavouras tradicionais de lá, reforçada pela desfavorável conjuntura internacional. Os Estados Unidos e os países europeus, grandes consumidores do açúcar brasileiro, com a utilização da beterrada passam de consumidores a produtores – e não apenas para consumo interno, mas exportando os excessos. Some-se a isso o fato de que, em 1850, cessou a corrente de escravos importados da África e a imigração européia preferiu as terras virgens e frescas do Sul ao clima acentuadamente tropical do Norte e sua condição econômica sem atrativos para o povoamento [PRADO JR., 2006].

O clima do Norte também desfavoreceu a cultura do café que, apesar de ter tido lá o seu

início, vai obter maiores avanços no Sul, mais especificamente no vale do rio Paraíba, avançando para a província de São Paulo e a região fronteira de Minas Gerais. Segundo PRADO JR. [2006], apenas em 1860 começam a aparecer as primeiras manufaturas de certo vulto. “Durante três quartos de século concentra-se nela [a lavoura do café] quase toda a riqueza do país (...) vivendo exclusivamente da exportação, somente o café contava seriamente na economia brasileira [p. 167].

Com a repressão efetiva do tráfico de escravos a partir de 1850, começa a se intensificar a corrente imigratória. Segundo PRADO JR. [2006], o início da indústria manufatureira pela mesma época se dá porque “as manufaturas dependiam de condições e habilitações técnicas que a rudimentar e primitiva comunidade escravocrata brasileira não estava em condições de proporcionar” [p.198].

Testemunho contemporâneo desta opinião encontra-se no relatório da seção de artes liberais e mecânicas da primeira Exposição Nacional realizada em 1861, onde o atraso das manufaturas no Brasil é expressamente atribuído ao emprego do trabalho escravo no Brasil [PRADO JR., 2006, p. 175].

Para PRADO JR. [2006], ao mesmo tempo em que a riqueza e a produtividade nacionais eram baseadas na grande lavoura produtora de gêneros de exportação, também era ela a responsável pelas acanhadas perspectivas do país. Pois foi nesse contexto, de uma economia baseada na agricultura e com uma indústria manufatureira tolhida, que se deu o processo de construção da máquina de escrever pelo padre Azevedo. Ele mesmo lamentava a falta de condições de levar seu protótipo para o exterior para ser fabricado em aço, dada a impossibilidade de que tal industrialização fosse feita aqui mesmo. Falta de condições técnicas, de indústrias aptas à produção do objeto – atestada em documento da mesma exposição em que Azevedo participou com sua máquina -, de mão de obra capacitada para auxiliá-lo e de pessoas interessadas em investir no projeto, tudo isso

ajudou a configurar uma rede fraca para Azevedo frente à rede construída por Sholes.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, as manufaturas já operavam há um bom tempo. Exemplo é a própria Remington, primeira a industrializar a máquina de escrever. A empresa funcionava desde 1816, data em que foi fabricado o primeiro rifle na fábrica de Ilion, New York, mas não era a única: na época cada estado tinha sua própria indústria, uma necessidade devido à falta de ferrovias que facilitariam o comércio além de suas fronteiras. Depois dos rifles, a Remington começou a produzir maquinário agrícola e máquinas de costura. Com a abertura do Canal Erie, em 1825, o comércio de machados e arados com o estado de New York aumentou. Em seguida, outros estados começaram a construir canais para competirem com fretes mais baratos, e a Pensilvânia liderou esse desenvolvimento [MCLAUGHLIN e BAYER, 2001].

Pensilvânia era justamente o estado onde Sholes foi criado e onde desde cedo foi lidar com jornais e tipografias. Ao contrário de Azevedo, em cuja província, Pernambuco, a economia acompanhava a decadência da região (conforme mencionado), Sholes vinha de uma região próspera industrialmente e que comercializava seus produtos com outros estados. O ambiente de expansão era-lhe muito mais propício ao desenvolvimento de artefatos mecânicos que exigiam recursos do que o ambiente em que vivia o padre brasileiro. Contava, pois, o norte-americano, com uma economia manufatureira a seu favor, o que lhe permitiu construir inúmeros modelos, que foram sendo aperfeiçoados um após outro, e uma empresa interessada em produzir sua máquina em escala industrial.

1.4. Ligando os nós da rede

Não é objetivo dessa pesquisa reconstruir a história da máquina de escrever, o que necessitaria um estudo muito mais aprofundado do que o apresentado até aqui. No

entanto, consideramos que a apresentação desses fatos envolvendo sua criação sirva a duas finalidades: primeiramente, para conhecermos um pouco mais desse artefato que durante tanto tempo foi peça fundamental na vida dos jornalistas, cuja intimidade com as pretinhas (como eram chamadas carinhosamente as teclas das máquinas por esses profissionais) levou-os a um estranhamento inicial com o computador (que a substituiu no trabalho jornalístico e é objeto dessa tese). Em segundo lugar, a narrativa dessa polêmica envolvendo a criação da primeira máquina de escrever serve para introduzir a idéia de rede, que será utilizada ao longo desse estudo para caracterizar o processo de informatização de uma redação jornalística, descrevendo o processo como esta se reconfigurou, que vínculos foram reforçados e enfraquecidos, resultando uma nova rede após a entrada dos computadores.

Esse estudo é desenvolvido sob a abordagem metodológica da Teoria Ator-Rede (TAR), situada no escopo dos Estudos de Ciência e Tecnologia ou *Science and Technology Studies (STS)*. Rejeitando tanto a idéia de que a legitimidade da ciência está na natureza quanto que os fatos científicos são exclusivamente construções sociais, a TAR foge dos determinismos tecnológico e social, privilegiando a construção de significados em oposição a uma busca da essência. Se não há essência, não há permanência; apenas estabilização provisória. O mundo está em fluxo permanente e só pode ser entendido pelas relações entre os atores. Essas relações se dão dentro de redes formadas por elementos heterogêneos, humanos e não-humanos, que moldam e são moldados nessas interações. Quando algum nó dessa rede alcança uma estabilização, temos aí um objeto ou um fato que pode ser nomeado. Mas essa estabilização é provisória justamente porque as interações continuam, podendo fazer com que esse objeto ou fato seja novamente modificado (LATOURETTE, 2000a).

Não só não há predominância da natureza nem da sociedade mas, também, não há separação entre elas (LATOURE, 2000b). As divisões modernistas entre contexto e conteúdo, social e natural, são desfeitas e substituídas por redes sem costuras nas quais sujeito e objeto se constroem mutuamente. Não há como determinar *a priori* que objetos ou pessoas determinam a mudança ou a estabilidade social (LAW, 1992). A realidade, portanto, é dada pela rede cujas interações resistem, a que tem as associações mais fortes, a que consegue mobilizar mais recursos. Essa abordagem recebe o nome de Teoria Ator-Rede porque cada ator da rede é também uma rede, pois traz consigo outras tantas interações heterogêneas que irão participar das suas novas relações. Para LATOUR (2000a)

Nunca estamos diante de “ciência, tecnologia e sociedade”, mas sim de uma gama de associações mais fortes e mais fracas; portanto, entender o que são fatos e máquinas é o mesmo que entender quem são as pessoa [p.232].

Por tratar fatos e objetos como estabilizações temporárias de relações heterogêneas dentro de uma rede determinada, a TAR considera o conhecimento uma construção coletiva. Construção porque não é possível falar de descoberta num ambiente em que o que conta é o resultado da relação dos atores; e coletiva porque se estamos falando de relações entre atores humanos e não-humanos antes de o fato ou objeto estar estabilizado, estamos falando de vários atores que participaram dessa construção. E, da mesma forma que não há predominância entre natureza ou sociedade, atores humanos e não-humanos são tratados igualmente dentro da rede.

E de que forma a rede se desenvolve? Por meio de divergências e convergências. Na presença de atores divergentes há o início de uma controvérsia para a qual serão mobilizados novos recursos, estabelecidas novas associações e alistados novos aliados.

Há uma negociação, a controvérsia é resolvida com a vitória da rede que apresentar vínculos mais fortes e conta-se, então, com um período de estabilização. Que só durará até que surja nova controvérsia. O conceito de rede nos habilita a reconstituir a dinâmica das decisões tomadas por um grupo de atores frente à necessidade de realizarem opções tecnológicas. A estabilização de uma tecnologia depende dos acordos que prevalecem entre os atores, sendo que essa tecnologia vai sendo modificada à medida em que as negociações progridem. Mas também os atores, por se verem envolvidos na negociação, se modificam: negociar implica ceder. A dinâmica da rede pode ser analisada a partir dos aumentos e reduções de convergência (CALLON, 1995):

A network is convergent if the three following conditions hold: (a) there is agreement on the initial distinction between actors and techniques; (b) there is agreement on the list of actors and techniques involved in the negotiations; (c) there is agreement on the description of the techniques being conceived, i. e. on the description of the related socio-technical network. When these agreements are not reached, the conception network is divergent [p.315].

Quando um objeto ou um fato é utilizado sem questionamento diz-se que foi transformado numa caixa-preta. No momento em que for questionada novamente sua construção estaremos abrindo a caixa-preta, olhando dentro da rede. Portanto, para acompanhar a construção de fatos e objetos é preciso verificar a materialidade das relações que os compõem, realizar um estudo etnográfico da rede, acompanhar a ciência em ação. O social não é nada mais do que redes de certos padrões de materiais heterogêneos (LAW, 1992). Por acompanhar redes que estão em fluxo permanente, a TAR não trabalha com generalizações e sim com similaridades. É assim que o conhecimento avança, se desenvolve e traz contribuições de um caso para outro.

Uma forma de tornar uma rede mais forte do que outra é alistar aliados que possam ajudar

a vencer as controvérsias. E alistar aliados passa pelo processo de tradução de interesses. Para que novos atores, humanos ou não-humanos, sejam trazidos para a rede eles precisam querer a mesma coisa que aquela rede busca. No entanto, nem sempre os interesses coincidem, então é preciso haver negociação, pequenas mudanças, alguns atores cedem, para que o interesse de um possa ser também o interesse de outro. O processo de tradução transforma a rede de concepção/adoção da nova tecnologia em ponto de passagem obrigatório para os aliados, que passam a ver nele a única forma de também alcançarem seus objetivos (LATOUR, 2000a).

É estranho pensar em redes se o que vemos normalmente são objetos, pessoas, acontecimentos. Isso porque as redes não se encontram à mostra, estão pontualizadas em objetos, pessoas, acontecimentos. O que observamos é o aparecimento da unicidade e o desaparecimento da rede, porque no dia-a-dia não lidamos com suas ramificações, nem mesmo detectamos sua complexidade (LAW, 1992). Essa complexidade só aparece quando ocorre algum problema, por exemplo, uma pessoa fica doente ou um aparelho de tv dá defeito. Então é preciso desmembrar a rede para resolver o problema. O médico irá observar o corpo humano em funcionamento, com todos os seus órgãos, músculos, artérias, ossos, por meio de instrumentos, da biologia, das empresas montadas para oferecer os serviços de análise, do SUS, das seguradoras de saúde etc., enquanto o técnico estará lidando com fusível, tubo de imagem, transformador, fornecedores, manutenção, garantia, cabo da NET, pagamento de conta e outras partes da rede. Outro momento em que a rede aparece é quando alguém resolve desmontá-la para estudo. Esse é o nosso caso. Se entrarmos na redação d'O Globo veremos inúmeros computadores e acharemos que aquele é um jornal equipado tecnologicamente. No entanto, assim como icebergs que têm sua maior parte submersa, aqueles computadores ali na redação são apenas a ponta de uma complexa rede que nos propomos a analisar, são a caixa-preta que iremos abrir.

1.5. O computador e suas redes

Há diversas abordagens para se proceder à análise do surgimento de uma determinada tecnologia em um dado ambiente. A mais comum é a que privilegia a idéia de impacto (CARTER, 1984), buscando mostrar o impacto que a tecnologia impinge ao ambiente em que foi aplicada. Essa escolha está fundamentada sobre o paradigma modernista que separa natureza e sociedade, ciência e cultura, entre outras polaridades. Essa abordagem desconsidera que a tecnologia seja construída pela mesma sociedade que a utilizará e, portanto, pode ser entendida como vinda de fora e capaz de provocar algo entendido como um “impacto”. Em se tratando de Brasil, torna-se fácil entender por que é tão bem recebida entre nossos cientistas. Por fazer parte dos países classificados como “em desenvolvimento”, o Brasil constantemente inclui-se na categoria de consumidor de tecnologia, e não produtor. Poderíamos sugerir, então, que tendo em vista na prática a tecnologia vir literalmente de fora, no campo analítico a analogia é difundida sem maiores contestações.

A tecnologia não vem nem deixa de vir de fora, e sim é concebida, adotada, reconcebida e readotada por essa mesma sociedade que utilizará – e vamos nos abstrair aqui de fronteiras geográficas e econômicas nem tão fixas a ponto de não poderem ser discutidas sociotecnicamente. Este estudo olha para o desenvolvimento de uma tecnologia sob o prisma a-modernista defendido por LATOUR (2000b) – em vez do pós-modernista que se supõe posterior à modernidade -, por afirmar que, na verdade, nunca chegou-se a ser moderno de fato, já que nunca deixou-se de fazer híbridos. A Teoria Ator-Rede baseia-se na não separação entre natureza e sociedade, ciência e cultura, e desmistifica a idéia da existência das coisas-em-si: elas só podem ser observadas a partir de seu envolvimento com outros coletivos ou sujeitos. Da mesma forma, essa teoria desnaturaliza os fatos

científicos creditando-os a uma construção – sem, entretanto, reduzi-los ao ambiente social, já que estão povoados de objetos que foram mobilizados para essa construção. E, por juntar numa mesma relação, sem níveis hierárquicos, elementos humanos e não-humanos, essas construções são chamadas de sociotécnicas. O resultado são os híbridos -atores que não ocupam a posição nem de sujeitos nem de objetos e que também não podem ser considerados uma simples mistura de coisa natural e símbolo social (LATOURE, 2000b):

Os modernos afirmam, de fato, que a técnica nada mais é do que uma pura dominação instrumental, a ciência puro arrazoado e puro ato (Das Ge-Stell), que a economia é puro cálculo, o capitalismo pura reprodução, o sujeito pura consciência. É o que fingem crer; mas é preciso sobretudo nunca acreditar neles completamente, já que aquilo que afirmam é apenas a metade do mundo moderno, o trabalho de purificação que destila aquilo que o trabalho de hibridação lhe fornece [p. 65].

Os modernistas querem fazer crer que só realizam a purificação, que é a separação entre humanos e não-humanos, esquecendo-se da hibridização (ou tradução), que é a mistura entre gêneros de seres completamente novos (LATOURE, 2000b).

A presença do computador nas redações de jornal tende a ser naturalizada, principalmente para os novos jornalistas que adentram aquele espaço. O artefato passa a fazer parte da rede como se sempre estivesse estado ali. Nossa pesquisa serve para demonstrar que o processo de informatização de uma redação jornalística – particularmente no jornal O Globo – é uma construção na qual elementos humanos, como repórteres, copidesques, revisores, editores e diagramadores, e elementos não-humanos, como computadores, energia elétrica e arquitetura da redação, conformaram e foram conformados entre si à medida em que se relacionavam dentro da rede. Até chegar à estabilização, a rede de concepção/adoção do computador na redação d'O Globo passou por negociações e

adaptação mútua, tanto dos jornalistas quanto da tecnologia. À medida em que desenharmos essa rede estaremos também desenhando a forma como o computador foi apropriado naquele ambiente.

No início do processo não é possível dizer de que forma o computador será apropriado pelo jornalismo, mas à medida em que acompanharmos os atores em ação será possível estabelecer de que maneira a rede assumiu uma relativa estabilidade – relativa visto que as relações são provisionais. Tal estabilização só é alcançada por meio de negociações, nas quais procura-se resolver as controvérsias existentes visando a atingir uma convergência, um acordo. Uma vez atingida a convergência, e tendo os atores sido transformados no processo de negociação, há uma estabilização, que perdura até que outras controvérsias surjam e tornem-se necessárias novas negociações. O papel desempenhado pelo computador na rede localizada na redação do jornal carioca configurou-se a partir desse processo de controvérsias, negociações, controvérsias, convergências e estabilização. E rever esse processo de adoção da tecnologia significa rever as discussões e os acordos que o conformaram.

Apesar de utilizarmos a palavra computador em sua forma singular, seria mais correto utilizarmos a sua forma plural: os computadores. Fazendo um paralelo com o que DELEUZE e GUATARRI (1995) falam sobre o livro, um computador é uma multiplicidade, um agenciamento. Isso significa dizer que não é possível identificar um único computador: ele é diversos artefatos, diversos objetos – ou sujeitos. Ou os quase-sujeitos de SERRES (1995):

penas, tinteiros, mesas, livros, disquetes, consoles, memórias...produzem o grupo que pensa, que se lembra, se exprime e, às vezes, inventa. Certamente, não podemos chamar tais objetos de sujeitos; melhor seria dizer: quase-sujeitos técnicos...[p.48].

Ou, ainda, como diria LAW (2002):

There are multiple distributions of subjects and multiple distributions of objects. And these distributions overlap. Sometimes the overlaps work to make patterns of light, somewhat singular narratives. Sometimes they consolidate themselves to make coherences, simplicities [p.65].

Essa simplicidade é derivada da coordenação dos múltiplos objetos/sujeitos, o que torna possível descrever uma narrativa singular. Quando falamos “o computador”, e não “os computadores”, é porque estamos olhando para essa coerência, essa simplicidade. No entanto, para fins analíticos é fundamental que aproximemos o olhar sobre a sua multiplicidade.

O computador que foi introduzido na redação d'O Globo é, ao mesmo tempo, vários computadores. É o computador que iria otimizar a relação entre redação e oficina; o computador que agilizaria o fechamento da edição diária do jornal; o computador que permitiria juntar as funções de repórter, redator e revisor em um só profissional; o computador que reduziria custos com pessoal na redação; o computador que capacitaria o jornalista para as novas exigências do mercado de trabalho. Quando nos referimos ao “computador” estamos falando de todas essas relações contidas na simplicidade.

Essa multiplicidade ocorre no âmbito do agenciamento. Um computador é um agenciamento porque só é possível reconhecê-lo, identificá-lo, a partir de suas interações. Ele não tem uma identidade fixa, são várias e elas são construídas ao longo das suas relações (como as descritas acima) e, portanto, só é possível observá-las dentro da rede que as conformam. Se o computador é um agenciamento que está em conexão com outros agenciamentos, é porque a rede que o conforma não está isolada, mas relaciona-se com outras redes. Nosso olhar cairá, portanto, sobre as diversas redes – e seus atores humanos

e não-humanos – que interagiram na redação d'O Globo naquele momento.

Mudanças são seguidas por estudos que tentam compreender o novo momento. Com a informatização dos processos jornalísticos não tem sido diferente. No entanto, as atenções parecem estar voltadas prioritariamente para uma situação de desemprego generalizada que, na opinião de teóricos e profissionais, acompanharia a adoção de computadores pelas empresas jornalísticas. Essa preocupação com questões trabalhistas é o foco do trabalho *A Mudança Anunciada – O Cotidiano dos Jornalistas com o Computador na Redação* (2003), de Maria José Baldessar, no qual ela se mostra preocupada com as mudanças nas questões sociais do jornalista. Ela diz (2003) que

(...) na redação torna-se visível o fim de determinados ofícios e a extinção de postos de trabalho, que são coincidentes com o uso do computador na redação. Esse é, por exemplo, o caso dos revisores e dos copydesk [p.96].

Ou então uma visão geral e também voltada para a ameaça de desemprego causado pelo computador, caso do *Informatização da Imprensa Brasileira* (1992), de Ruth Penha Alves Vianna, no qual a autora pretende traçar um panorama da informatização das redações jornalísticas ao longo do Brasil ao listar os casos da Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, A Tribuna, O Globo, Rede RBS, Jornal de Nova Hamburgo, a imprensa baiana e a imprensa mineira. Tal amplitude impede que cada caso separadamente receba uma análise minuciosa. VIANNA diz (1992) que a idéia do estudo surgiu quando fez parte do grupo de cem jornalistas que trabalharam na revisão da Folha de São Paulo e que foram demitidos em 1984 em decorrência do uso de computadores. Mais raros são os estudos que se propõem a abandonar essas visões pessimista e geral e olhar para o jornalista como um profissional que sofreu profundas modificações na sua atividade e no seu espaço de trabalho. Outro ponto problemático nos estudos até então realizados é que partem da

tecnologia dada, estudando os efeitos provocados nas redações, mas se eximem de abrir a caixa-preta e questionar por que os computadores foram apropriados de tal forma e não de outra. Não há questionamento sobre o processo de concepção/adoção da tecnologia, apenas análise dos efeitos.

Assim como não é possível, para fins analíticos, generalizar a imprensa de localidades diferentes, também não é possível determinar uma identidade cristalizada para ela dentro de uma mesma região. Dizer que há um papel pré-determinado para a mídia dentro da sociedade é subestimar as relações fluidas e constantes que definem a sua identidade. E, por serem fluidas e constantes, é que essa identidade é provisional: só pode ser aferida levando-se em conta as circunstâncias e atores de uma determinada situação. Sendo provisional, a identidade da imprensa só pode ser determinada a cada nova relação; isso significa dizer que para se determinar o papel de conformação que ela sofre e exerce junto à sociedade é preciso olhar para cada caso específico. Da mesma forma em relação ao jornalista⁹. Só é possível estabelecermos a identidade desse profissional de forma contingente, levando em consideração a relação ao veículo em que trabalha, as condições de trabalho, as relações entre colegas de trabalho, a tecnologia disponível no momento e, como nos lembra ROCHA [2003], a materialidade dos meios de comunicação, entre outros. E a geração do conhecimento se dará, dessa forma, pela criação de padrões que, ao se estabelecerem, resultam em similaridades. Similaridades essas que se opõem às igualdades e permitem que haja um avanço do estudo. A informatização da redação d'O Globo constitui-se numa rede formada por elementos heterogêneos, humanos e não-humanos, que pretendemos desconstruir com esse estudo e cuja concepção/adoção pretendemos mostrar. Esperamos com isso contribuir para uma melhor compreensão

9 Ao longo da monografia as palavras 'jornalista' e 'repórter' serão utilizadas no gênero masculino visando a manter a fluidez do texto e por referir-se à forma convencionada. No entanto, ambas as palavras, no presente estudo, referem-se tanto ao gênero masculino quanto feminino.

desse fenômeno de informatização de redações jornalísticas, por meio da identificação de padrões que poderão ser utilizados e reconhecidos em outros casos semelhantes. Seguindo o que CARR (2002) nos aponta – de que o historiador está interessado no que é geral no único -, pretendemos que esse estudo, ao refletir sobre a informatização da redação de um jornal diário, possa trazer elementos que ajudem a entender a informatização da mídia como um todo.

A história preocupa-se com a relação entre o particular e o geral. Como historiador, não se pode separá-los ou dar precedência a um sobre o outro, da mesma maneira como não se pode separar o fato da interpretação [CARR, 2002, p.100].

Pretendemos analisar o processo de implementação do computador na redação d'O Globo – escolhido por ter sido o primeiro jornal carioca e um dos primeiros do Brasil a iniciar tal processo - tendo como foco o profissional jornalista e seu ambiente de trabalho, a redação. Nosso objetivo é demonstrar que a adoção de uma nova tecnologia – o computador - no processo de construção da notícia provocou uma mudança desse profissional para quem, como diz LAGE (1996)

Ampliou-se sem dúvida, o âmbito de suas atribuições. A reciclagem necessária para isso é do tipo inclusiva – isto é, nos obriga a acrescentar a nossas habilidades o manuseio de sistemas informatizados e o conhecimento de processos de telemática, afora a percepção mais aguda das questões sociais contemporâneas (...) a realidade da convergência tecnológica fará surgir um novo tipo de jornalista, informado sobre questões relacionadas com a produção de mensagens em sistemas informatizados e telemáticos [p.02].

Procuraremos demonstrar também que a redação enquanto espaço de trabalho e de relação entre os jornalistas sofre alterações com a introdução do computador. Já que, “a introdução de um novo meio exige muito mais do que uma acomodação automática por parte do usuário” [ROCHA, 2003, p.47]. Por estarmos estudando um fato ocorrido há

mais de vinte anos, é fundamental ressaltar que, tanto a pesquisa de campo quanto a análise, estão constrangidas e informadas pelos dias atuais. Seja pela dificuldade na localização dos atores que efetivamente participaram do processo, seja por estarmos trabalhando com memórias de um fato que, após todos esses anos, podem ter se modificado ou se tornado mais escassas à medida em que o tempo passa, seja pela análise do pesquisador informada pelo tempo presente. “ (...) nós podemos visualizar o passado e atingir nossa compreensão do passado somente através dos olhos do presente [CARR, 2002, p.60]”. Com esse estudo pretendemos colaborar para uma melhor compreensão do processo de informatização da mídia de uma forma geral, já que todo fato específico fornece pistas que nos indicam caminhos, similaridades e recorrências em direção ao todo.

Capítulo 2 – No início era o verbo

Talvez a controvérsia que envolve a criação da máquina de escrever nem fosse conhecida pela maioria dos profissionais que, debruçados sobre suas Remingtons, cigarro à mão, compuseram por muito tempo o retrato típico de um jornalista.

Assim como o repórter, o fotógrafo e o motorista formavam uma trinca unida na apuração de rua, especialmente nas grandes reportagens que exigiam viagem para fora da sede, na hora de escrever o trio inseparável era formado pelo conjunto jornalista-máquina-cigarro [CALDAS, 2004, p.20].

Nelson Rodrigues costuma ser lembrado como ícone dessa geração de jornalistas identificados por muitos como boêmios, para quem a redação era a extensão de suas casas – espaço compartilhado com o bar da esquina - e a permanência ali se estendia para além do fechamento do jornal.

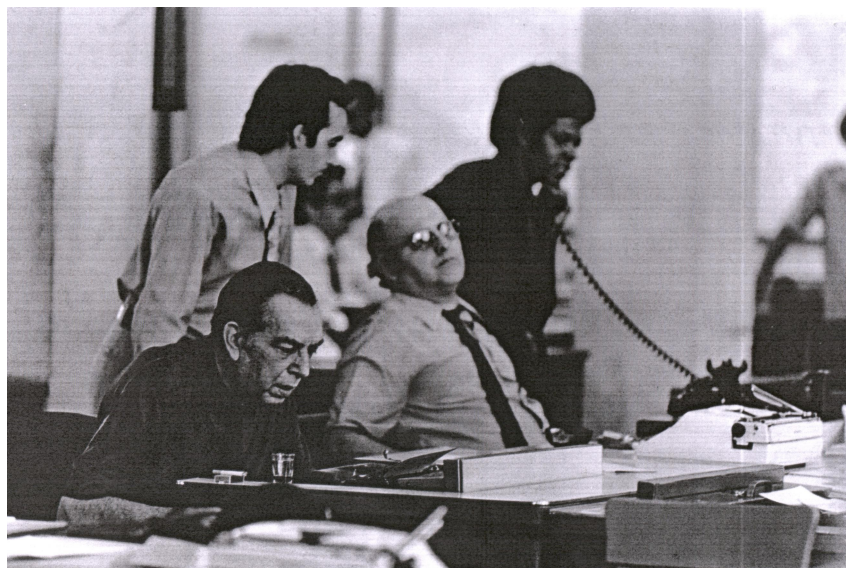


Figura 6: Nelson Rodrigues na redação do Globo, em 1974, tendo ao lado o cigarro e o cafézinho, companheiros inseparáveis proibidos nas redações atuais¹⁰

10 Arquivo O Globo.

Jornalismo boêmio caracterizado como um jornalismo “sem horário, nem disciplina, com jeito anárquico e muita liberdade. Não havia a imposição industrial de tempo e espaço.” É o que conta Cícero Sandroni, contrapondo ao jornalismo moderno, que “deixou de ser um lugar de convívio, como antes, onde as pessoas podem crescer culturalmente. Hoje é uma empresa, e o dono quer um bom produto, e para isso exige muito do jornalista” [TRAVANCAS, 1993, pp. 74/75]. Segundo CALDAS [2004], o cinema contribuiu para a difusão da imagem do jornalismo como atividade romântica, improvisada e boêmia e do jornalista como um profissional que cumpria sua função com liberdade e um sentido de missão. Essa visão romântica é contestada por autores como Carlos Eduardo Lins da Silva, que argumenta que do final do século 19 até a década de 1930 “a importação de máquinas, a adoção de técnicas, a compra de serviços de agências, a incorporação de valores do jornalismo americano são todos sinais importantes do desejo de fazer do jornal um negócio” [SILVA, 1990, p.63] - embora saliente que a falta de condições na economia local tenha feito desta uma tentativa frustrada. O mesmo autor [SILVA, 1990, p.58] reproduz trecho do discurso feito por José do Patrocínio, em 1887, por ocasião da inauguração do seu diário *Cidade do Rio*, onde explicava como esperava obter dinheiro com seu jornal: “Um pouco de trabalho, um bocado de esforço, e acharemos o veio da mina. Porque será uma verdadeira mina. Que diabo, não basta ter talento, é preciso também um pouco de senso prático”.

Mas, se os jovens jornalistas recém-saídos da faculdade podem estranhar que nem sempre as matérias tenham sido escritas em computador, estranhamento maior talvez causasse saber que tampouco à máquina eram escritas nos primórdios da imprensa. Carlos Heitor Cony [COSTA, www.penadealuguel.com.br] conta como seu pai, o jornalista Ernesto Cony, vivenciou nas redações jornalísticas a mudança do texto manuscrito para o datilografado:

Meu pai chegava a digitar, mas não conseguia pensar com os dedos na máquina. E o Getúlio, por volta de 1942/43, muito pressionado pelo sindicato dos gráficos, fez uma lei dizendo que os gráficos não eram mais obrigados a trabalhar com textos escritos à mão. Na época, noventa por cento dos repórteres escreviam à mão, em tiras. Mas a luz batia, o grafite do lápis brilhava e o gráfico forçava a vista. Então foi proibido. Só gente do porte de Chateaubriand e Mário Rodrigues pôde continuar a escrever à mão. Os repórteres e redatores tiveram que se mecanizar [...] Começou junto o reinado do copidesque e o da máquina de escrever.

O jornalismo brasileiro em seu início, além de escrito à mão, mantinha estreitas relações com a literatura. Principalmente devido à presença de escritores em suas redações, figuras como José de Alencar, Machado de Assis e Olavo Bilac.

2.1. Primeiros passos

O primeiro jornal impresso brasileiro nasceu fora do Brasil. Em maio de 1808, ano da chegada de D. João VI para fazer da colônia sede do poder real, começava a circular o Correio Brasiliense ou Armazém Literário, produzido em Londres onde seu criador, Hipólito da Costa, vivia como exilado político.

A impressão de livros ou papéis avulsos na então colônia de Portugal era proibida e a palavra impressa considerada crime, sendo clandestina a pouca que havia. Em 1706 a tentativa de fazer funcionar um prelo em Pernambuco sofreu bloqueio da autoridade colonial e, em 1747, uma tipografia no Rio de Janeiro inaugurada por Antônio Isidoro da Fonseca no ano anterior foi fechada pela Carta Régia, que além de fechar a tipografia punia os infratores com pena de prisão e exílio e seqüestrava tipos, que eram remetidos para a metrópole. Hipólito da Costa escolheu Londres, fora do domínio português, para lançar seu libelo à liberdade em Portugal e no Brasil. O Correio Brasiliense – uma brochura mensal de 140 páginas, capa azul escuro, seções de política, comércio e artes,

literatura e ciências, miscelânea, reflexões sobre as novidades do mês e correspondência - foi lançado em 1º de junho mas seu primeiro exemplar só aportou por aqui em outubro.

O jornal posicionava-se contra a violência da polícia política, os atos discricionários da administração colonial e a conspiração dos poderosos para reduzir ao silêncio as idéias liberais e democráticas, preconizando reformas, convocando as Côrtes e reclamando a monarquia constitucional. Segundo BAHIA [1990], as matérias publicadas por Costa fizeram desabar reputações e colocaram a nu a moral corrupta do absolutismo.

No Brasil, o jornal foi proibido, apreendido, censurado e processado. Em Portugal, a leitura do Correio era considerada violação da lei. Tentativa de impedir que o jornal fizesse chegar até a população as idéias de Costa: liberdade de opinião, abolição da escravatura, defesa da imigração, criação do júri popular, instituição da universidade, mudança da capital para a região central e independência do Brasil. O periódico carregava uma característica que se reproduziria ainda por algum tempo em outros títulos da imprensa brasileira: o tom panfletário. O Correio circulou de 1808 a 1822 já que, ao saber da Independência, Costa aderiu a ela e julgou terminada sua tarefa.

Servir como arauto de ideários sociais não é uma premissa para o funcionamento da imprensa. Ela foi caracterizada dessa maneira em seus primórdios no país dada a situação política existente e o descontentamento com o que era considerado abuso de poder, principalmente pelos intelectuais da época. A imprensa brasileira começou panfletária porque viu-se nela uma oportunidade de fazer chegar à população informações e idéias que antes estavam restritos a pequenos círculos. Assim como toda nova tecnologia ou artefato, a imprensa não é boa nem má em si mesma: depende da forma como é apropriada pela sociedade. Mas também não é neutra já que, como estamos vendo, pode ser apropriada de forma a servir a propósitos e interesses políticos.

O papel do jornalismo em tão pouco tempo de existência é o de intérprete do sentimento de emancipação que se projeta desde a tradição revolucionária dos séculos XVII e XVIII [BAHIA, 1990, p.52].

A tipografia e o jornalismo só chegaram ao Brasil juntamente com D. João VI, no mesmo ano do lançamento do Correio, em 1808. Meduza, uma das naus da família real, trazia a bordo dois prelos e 26 volumes de material tipográfico. A Impressão Régia – futuramente Imprensa Nacional – foi instalada em maio e em setembro circulava a Gazeta do Rio de Janeiro. Enquanto o Correio Brasiliense exprimia uma aguda visão crítica dos fatos políticos, econômicos e sociais envolvendo o Brasil, a Gazeta publicava intermináveis relatos dos sucessos nas frentes portuguesas e espanhola, relacionando os feitos dos soldados de Sua Majestade e ignorando a vida local. Era um órgão criado para informar sobre a vida administrativa e a movimentação social do Reino e que, por ser o único editado no país, absorveu a história de forma documental: editais, pequenos anúncios, leilões, perdidos e achados, atos do governo. E, ao abrir suas colunas à publicidade, o jornal interrompeu a leitura de anúncios pelo padre à hora de missa, a continuidade dos anúncios pregados à porta da igreja ou transmitidos oralmente na rua pelos cegos das folhinhas.

Limitada às conveniências da administração, a Gazeta do Rio de Janeiro reflete, como pode, a sociedade da época. Desde as restrições à liberdade até à (sic) definição de regras culturais, comerciais e industriais que resultam de mudanças geradas na economia em geral e na produção agrícola ou mercantil [BAHIA, 1990, p.19].

Até 1820, a Gazeta e a Idade d'Ouro do Brasil – criado em 1811 - são os únicos jornais com licença de impressão. A Gazeta circulou pela última vez em 31 de dezembro de 1821, quando foi substituído pelo Diário do Governo. Nesse mesmo ano surgiu o Diário do Rio de Janeiro e a Impressão Régia deixou de ser a única tipografia na cidade. A primeira

revista impressa – As Variedades ou Ensaios de Literatura – surgiu em 1812 pelas mãos do português Diogo Soares da Silva de Bivar, um dos pioneiros das publicações independentes e também redator da Idade d'Ouro. A filha de Bivar, V. A. Ximenes de Bivar e Velasco, tornou-se a primeira mulher no Brasil a exercer funções de direção na imprensa ao fundar e administrar o Jornal das Senhoras, em 1852, na Bahia.

Aos poucos a imprensa se diversifica. Surgem O Compilador, em 1823, em Minas Gerais; o Diário de Pernambuco, também em 1823 e que se tornará o jornal mais antigo em circulação no país e na América Latina; o Jornal do Commercio, em 1827, no Rio de Janeiro; o Precursor das Eleições, em 1828, em Ouro Preto, e O Olindense, órgão estudantil de Olinda e Recife, entre outros.

No ano de 1823 é criado O Paulista, um jornal ainda inteiramente manuscrito devido à dificuldade de seu criador, Antônio Mariano de Azevedo Marques, em ter acesso a um estabelecimento gráfico. Esse é um exemplo de que o surgimento de uma nova tecnologia num ambiente não elimina automaticamente a velha tecnologia. Durante algum tempo, ambas permanecem atuando paralelamente até que a nova seja totalmente incorporada pelos demais atores. Segundo ROCHA [1998, p.178], “a emergência de novos meios coexiste com a resistência de outros que, apenas a partir dessa emergência, se tornarão obsoletos”.

Em 1808 o Brasil dispunha de uma única tipografia, a Impressão Régia. Em 1822 eram aproximadamente seis; em 1850 chegavam a vinte e cinco e, em 1862, já eram trinta. De 1908 em diante foram criados inúmeros parques gráficos para assegurar aos jornais a desejada suficiência técnica [BAHIA, 1990].

2.2. O jornal chega ao século XX

A imprensa ampliou o seu domínio político e econômico no início do século XX, apesar de manter a sua concentração física no eixo Rio-São Paulo, com os escritores recheando as páginas dos jornais com suas crônicas de costumes ou matérias de cunho panfletário. Com a especialização da atividade jornalística, escritores consagrados como Graciliano Ramos passam a ser incorporados pelos jornais não mais como cronistas mas como redatores com a função de consertar erros cometidos pelos repórteres. Essa situação de escritores atuando como redatores nos jornais ainda perduraria por muito tempo, caracterizando a função como uma atividade que mantinha os laços com a literatura – pelo conhecimento da língua que muitas vezes não era encontrado nos repórteres. À medida em que inicia-se a importação do modelo norte-americano de objetividade em substituição ao modelo francês - que privilegiava a análise e o comentário, e não a informação - , fortalece-se a separação entre as técnicas literárias e jornalísticas que aos poucos vinha sendo desenhada e que resultará na identificação da literatura com a alta cultura e do jornalismo com a cultura de massa – uma separação que hoje parece tão naturalizada. O poeta Ferreira Gullar [COSTA, www.penadealuguel.com.br], que também trabalhou como redator, lembra que

O jornal do começo do século tinha muito de literatura, inclusive no próprio texto jornalístico, a notícia era dada em forma de crônica. Aos poucos, o jornalismo vai se tornando objetivo, tornando-se um serviço essencial de informação para uma sociedade cada vez mais complexa [...] por isso o jornal vai necessitar cada vez mais do redator; é preciso que se opine menos e informe mais. O escritor já não pode mais ocupar no jornal o lugar do cronista porque o jornal necessita muito mais do trabalho dele em outros setores, na redação da notícia. Todos tinham função jornalística.

O redator era encarregado de reescrever as matérias dos repórteres, de limpar os textos, de

dar um ar jornalístico ao material que chegava à redação a fim de aproveitá-lo. A maioria velhos repórteres, alguns escritores, outros cineastas, professores e dicionaristas, conhecedores de fazer um bom texto para o jornal [CALDAS, 2004]. O objetivo era acabar com a literatice. CASTRO [1992] lembra que no jornalismo como profissão não era mais permitido ser literato, a não ser em textos assinados e, mesmo assim, em poucos casos.

O caminho percorrido pelo jornalismo brasileiro rumo à objetividade passa pelo abandono do modelo francês, que durante muito tempo norteou os escritos da imprensa nacional, a introdução da reportagem com João do Rio – que se aventurou pelas ruas atrás de fatos a serem noticiados, já que até então o que existia era um jornalismo de gabinete e opinativo – e a importação do modo objetivo de fazer jornalismo.

Nelson Rodrigues foi um ferrenho crítico da objetividade no jornalismo e da separação entre as técnicas literária e jornalística - pois foi justamente dessa sobreposição de linguagens que fez seu estilo. Inconformado com as novas regras, que proibiam os pontos de exclamação, as reticências e os adjetivos, Nelson pregou nos copidesques o rótulo de “idiotas da objetividade” [COSTA, 2005].

Nelson, na década de 20, criou o arquétipo do repórter como o cara esperto, próximo de malandros e demais tipos do submundo carioca a quem recorria para, cheio de subterfúgios, conseguir furos de reportagem. O tipo ganhou espaço nas suas peças teatrais, como *O beijo no asfalto* e *Boca de ouro*, em que repórteres sensacionalistas usam e abusam de atitudes que seriam consideradas anti-éticas pelos padrões atuais de jornalismo. Para além de seus personagens, esse repórter foi muitas vezes identificado como sendo o próprio Nelson, apaixonado pelos casos policiais – especialmente os pactos de sangue feitos por casais de namorados - que chegavam até a redação e para quem a

realidade precisava ser retocada com a pena da ficção.

Os colegas já sabiam da fixação de Nelson por esses casos. Quando ocorria um, o secretário do jornal, seu irmão Milton, gritava: Está pra ti, Nelson!” [...] de posse dos dados essenciais (nomes, aparência física, endereços), aquilo era suficiente para Nelson velejar pelo tema da paixão impossível e eternizada pela morte, com requintes de descrição de pais tirânicos, tias insensíveis e padres intrometidos. Servia-lhe também para exercitar sua capacidade de imaginar diálogos, descrever cenários e sentir-se um Pérez Escrich em versão 3x4 [CASTRO, 1995, p.48].

Não é de espantar que muitos dos textos de Nelson publicados na imprensa mais tarde tenham sido incorporados em suas peças, dado o nível de criação literária encontrado neles.

Em 1938, Getúlio Vargas, através do decreto-lei número 910, determinou a criação de escolas de preparação ao jornalismo destinadas à formação dos profissionais de imprensa. Isso fez com que a partir do fim da década de 40 disseminassem-se os cursos superiores de jornalismo em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Santos – o que contribuiu para colocar em pauta a questão da regulamentação profissional. A 22 de agosto de 1961, saía no Diário Oficial, em Brasília, o decreto do presidente Jânio Quadros, regulamentando a profissão do jornalista. O decreto se referia ao decreto-lei 910 de 1938, que criava as escolas de jornalismo. Foi assinado pelo ministro do Trabalho em 1962 e sacramentado pelo presidente a 13 de dezembro de 1963. Com o governo militar, a regulamentação é esquecida, mas a industrialização dos meios de comunicação na década de 60 faz as empresas cobrarem a capacitação de seus jornalistas. O decreto definitivo que regulamenta a profissão de jornalista é de 17 de outubro de 1969, o que torna obrigatório o diploma de bacharel na área para o exercício da atividade.

A profissionalização da atividade jornalística, juntamente com a disseminação dos cursos universitários na área, vão construindo um novo perfil para esse profissional. Sai de cena o repórter sem formação cuja habilidade estava em conseguir infiltrar-se no chamado submundo, cenário da maioria dos crimes cometidos e que ocupavam grande parte das páginas dos jornais, e dali extrair informações para suas matérias. A vez agora é do repórter com formação universitária – o que incluía além da técnica de apuração dos fatos, habilidade para escrever um texto jornalístico e alguma bagagem cultural. Ainda assim, não foi de uma hora para outra que os repórteres tornaram-se os únicos responsáveis pelos seus textos. Não raro um deles chegava da rua com todas as informações apuradas e contava o ocorrido a um redator, que tratava de transformar aquele relato numa matéria a ser publicada. A função de redator passa, aos poucos, a ser exercida por jornalistas mas muitos profissionais oriundos das Letras ainda permaneceram na função.

2.3. Pelas lentes da objetividade

A idéia de objetividade [AMARAL, 1996] só passou a ser empregada em relação à imprensa após a Primeira Guerra Mundial, sendo que até a primeira metade do século XIX não havia preocupação, por parte do editor e do nem do leitor, com equilíbrio e imparcialidade. A imprensa era político-partidária e, ao comprar o jornal, o leitor queria exatamente uma versão parcial dos acontecimentos, a que coincidissem com seus princípios e interesses. O foco no interesse público, em assuntos da comunidade, só viria mais tarde; assim como a idéia de notícia¹¹ que temos hoje em dia.

A partir de então, na Inglaterra, França e Estados Unidos ocorre a passagem da imprensa politizante para uma imprensa comercializada [AMARAL, 1996]. Características do que

¹¹ Relato de fatos ou acontecimentos atuais de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público (RABAÇA & BARBOSA, 2001, p.513)

mais tarde seria denominado objetividade começam a aparecer nos textos: estilo direto, imparcialidade, fatualidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologia.

Quer dizer que, em sua tarefa diária, o jornalista precisaria deixar em casa suas normas, princípios, referências políticas e ideológicas, procurar excluí-los do pensamento e se concentrar na narração dos fatos, sem tentar explicá-los ou comentá-los [AMARAL, 1996, p.26].

AMARAL [1996] aponta quatro acontecimentos que, ao longo do tempo, contribuíram para a adoção definitiva do princípio de objetividade no jornalismo: o advento das agências de notícias, o desenvolvimento industrial, as duas guerras mundiais e o advento da publicidade e das relações públicas.

A primeira agência de notícias foi a Havas (posteriormente France Press), criada em 1835, e que levou o nome de seu fundador, Charles-Louis Havas. A americana Harbor News Association (mais tarde Associated Press), foi criada em 1848. No ano seguinte surgia a alemã Telegraphen Compagnie de Berlim e, em 1851, a inglesa Reuter. A Havas trabalhou com pombos-correio até 1845, ano em que utilizou o telégrafo pela primeira vez.

Primeiramente, essas agências foram criadas para vender notícias por atacado a governos, banqueiros, diplomatas, negociantes, corretores, armadores e transportadores. Mais tarde é que passaram a vender também para os jornais. Era preciso, então, que oferecessem um produto capaz de atender às necessidades específicas de cada cliente, vendendo assim notícias uniformes, neutras e imparciais a jornais politicamente diversos – o que muitos consideram a origem do posterior conceito de objetividade.

O desenvolvimento industrial viabilizou a criação da impressora a vapor, utilizada pela primeira vez em 1814 pelo Times, de Londres, e ponto de partida para a produção em

massa que permitiu reduzir o custo e acelerar a circulação [MOTT apud AMARAL, 1996]. Com isso, começou a circular nos Estados Unidos, em 1833, o primeiro *penny press*¹²— o New York Sun.

A *penny press* inventou o moderno conceito de notícia, passando a se interessar pelo que acontecia no dia-a-dia da comunidade [SCHUDSON apud AMARAL, 1996]. Em pouco tempo o Sun se tornou o jornal mais difundido dos Estados Unidos, com grande fluxo de anúncios e abrindo caminho para seus seguidores. Esses empreendimentos mostraram ser inviável a resistência do jornalismo de cunho pessoal e a nova política era oferecer aos leitores notícias selecionadas e escritas num tom desapaixonado que não parecesse ficção, propaganda ou panfleto.

A disputa entre objetivistas e subjetivistas [AMARAL, 1996] marcaria bastante a imprensa americana a partir da Primeira Guerra Mundial. A propaganda de guerra mostrou à comunidade jornalística as diversas maneiras como um fato pode ser apresentado, interpretado, manipulado ou simplesmente criado. Com isso os jornalistas passaram a suspeitar dos fatos apresentados.

A publicidade e as relações públicas, que sofriam resistência por parte da imprensa, deram uma guinada no início do século XX graças à ação de Ivy Lee e Edward Bernays, marcando a diferença entre fazer propaganda e trabalhar a opinião pública. Depois da Primeira Guerra Mundial, proliferaram as relações públicas do governo norte-americano, Theodore Roosevelt instituiu a sala de imprensa da Casa Branca, Woodrow Wilson iniciou o hábito das entrevistas coletivas regulares e Warren Harding criou o uso do termo porta-voz da Casa Branca [SCHUDSON apud AMARAL, 1996].

¹² Jornal de *penny*, jornal-centavo, barato, popular.

KAPLAN [2002] demonstra de que forma a idéia de objetividade no jornalismo foi adotada nos Estados Unidos, a partir do início do século XX, e dali propagou-se para o mundo. Até então, cada jornal fazia questão de expressar claramente sua filiação a um dos grupos que polarizavam as discussões e a atenção da opinião pública: os partidos políticos. No século XIX, os partidos desempenhavam um papel fundamental na cena política dos Estados Unidos: eleição após eleição a disputa entre Democratas e Republicanos dominava a arena pública. As duas organizações eram vistas como as únicas possíveis de representar legitimamente a vontade do povo.

Ao mesmo tempo, os jornais se tornaram órgãos ligados a comunidades políticas específicas, com a missão de articular uma perspectiva única dessa comunidade e operar como um fórum de debates e diálogo dentro do grupo. Com os partidos tomando para si a responsabilidade de representar os pontos de vista políticos que competiam na esfera pública, os jornais se viram sujeitos a gravitar em torno de um ou de outro, difundindo e apoiando suas diretrizes. Assim, cada jornal era identificado com um partido político [KAPLAN, 2002].

Mas as eleições de 1896 e a reforma Progressista do início do século XX iriam mudar a forma dos norte-americanos fazerem jornal, iniciando pelo estado de Detroit. Na campanha presidencial daquele ano houve queda da participação popular nas urnas e os partidos políticos perderam a centralidade na arena pública, especialmente nos debates em que a política monetária e o rígido padrão-ouro monopolizavam a atenção. O saldo foi uma queda nas paixões políticas e, conseqüentemente, na influência dos partidos nos jornais. O partidarismo explícito nas matérias desapareceu, permanecendo nos editoriais mas apenas em períodos eleitorais.

À medida em que os partidos norte-americanos não detinham mais a capacidade de

definir as identidades e lealdades políticas da população, os jornais tomaram o rumo da independência e do não-partidarismo. Sem o apoio dos partidos e tendo de sobreviver na competição de mercado, houve um aumento no uso da publicidade e um cuidado constante com a não promoção de interesses particulares dos partidos – já que os eleitores, e também os anunciantes, estavam menos tolerantes a isso.

The journals responded to the decreased power of parties and joined reformers in attacking all partisan affiliation as blind and corrupt [KAPLAN, 2002].

Serviço público e imparcialidade se tornaram a auto-concepção jornalística a partir de então, uma defesa contra a crítica externa e as pressões políticas. O que se observa é que nesse momento houve uma reconfiguração dos propósitos da atividade jornalística. Magali Sarfatti-Larson [apud KAPLAN, 2002] enfatiza as vantagens econômicas das profissões que alcançam o que ela chama de “fechamento de mercado” por meio da exigência de treinamento formal. Pois as noções de imparcialidade e especialização asseguraram aos jornalistas a pureza de seus motivos e a verdade do conhecimento por eles gerados.

A new rhetorical guise assured readers that no political bias marred the straight gray columns of print; journalists became professional technicians, experts at gathering information and separating truths from half-truths, distortions, and outright lies. Reliable facts won pride of place over all political advocacy. Claims of public service supplanted past commitments to particular communities or private interests [KAPLAN, 2002, pp. 191-192].

A era do partidarismo dá lugar, então, à era da objetividade, segundo a qual o texto jornalístico deve retratar fielmente os fatos, sem a interferência de valores subjetivos e opiniões pessoais. AMARAL [1996] defende que no Brasil essa mudança no jornalismo ficou apenas na forma, enquanto o conteúdo permaneceu o mesmo sem grande esforço

em direção à isenção e à parcialidade. O que importa aqui é que ela se tornou o padrão a ser buscado no jornalismo norte-americano – e, mais tarde, no brasileiro. Esse distanciamento entre técnica literária e técnica jornalística ajudou os jornalistas norte-americanos a adquirirem um sentido de categoria profissional [SILVA, 1991]. No Brasil, a regulamentação profissional só aconteceu em 1969 mas, antes disso, o estilo objetivo foi sendo implantado nas redações e o jornalista delineado como um profissional com características próprias. Isso fez com que muitos que alternavam o trabalho na redação com o expediente de funcionário público tivessem de optar por um deles, já que a crescente busca por imparcialidade não permitia vínculos com o poder governamental. Como diz Ronal Weber,

os novos requisitos profissionais do jornalismo e o crescente papel do treinamento específico para a carreira fizeram do jornal cada vez menos um caminho natural para o jovem com sonhos literários traçar [SILVA, 1991, p.112].

2.4. Representar objetivamente a realidade: eis a questão

Falar em objetividade – especificamente no jornalismo, mas não apenas – é mais complicado do que parece. À primeira vista um conceito facilmente compreendido, esquece-se que, assim como todo conceito, foi construído a partir de certas premissas. O que acostumou-se a relacionar com a busca por uma ausência de ideologias é, nada mais nada menos, do que mais uma construção ideológica. Objetividade [CARR, 2002] não é um princípio fixo, inalterável, e sim inclui elementos de interpretação; senão seriam apenas incidentes isolados e insignificantes sem avanço de um para o outro.

Segundo RABAÇA E BARBOSA [2001, p.621], objetividade é a “qualidade de um texto informativo que procura retratar fielmente os fatos, sem a interferência de valores subjetivos e opiniões pessoais no processamento da informação”. Para KUNCZIK [2002,

p.230], a “objetividade é própria do procedimento científico e define a possibilidade da verificação intersubjetiva”. Ele diz que isso se aplicaria também ao jornalismo como uma marca da investigação e da informação profissional ao se separar a notícia do comentário apaixonado. Alguns procedimentos para se alcançar essa objetividade jornalística seriam:

- *informar sem emoções;*
 - *informar de modo desapassionado;*
 - *selecionar palavras neutras para descrever o contexto;*
 - *empregar citações diretas;*
 - *citar fontes contraditórias;*
 - *preservar evidências adicionais;*
 - *estruturar na sequência apropriada.*
- [BENTELE apud KUNCZIK, 2002, p.230]

O processo que envolve a produção de um texto informativo abrange a etapa de apuração (coleta de dados) e a redação propriamente dita do texto. A apuração consiste em que o repórter tome conhecimento dos fatos ocorridos por meio de recursos como observação, entrevistas e pesquisas – ou seja, ocorre uma interação entre esse jornalista (humano) e o fato a ser noticiado (não-humano). A falsa idéia de que é possível “conhecer” algo sem, no entanto, interagir com ela há muito caiu por terra. No momento em que um humano se aproxima de um não-humano para conhecê-lo acontece a modificação de ambos: o humano influencia o não-humano e vice-versa e o que resulta dessa interação é algo diferente do inicial. Não é possível conhecer algo sem modificá-lo e, ao mesmo tempo, sem ser modificado por ele. Portanto, se no momento da apuração ocorre essa modificação mútua entre repórter e fato, como retratá-lo sem que haja o elemento subjetivo presente? “As ciências sociais (...) não podem se harmonizar com uma teoria de conhecimento que coloque sujeito e objeto separadamente e que reforce uma separação rígida entre o observador e a coisa observada” [CARR, 2002, p. 153].

Definir objetividade como a “representação exata da realidade” apresenta outro problema

na medida em que faltam indicações para se definir o que pode ser entendido como “realidade”. LA ROCHE [apud KUNCZIK, 2002] diferencia objetividade interna de objetividade externa. Para ele, a “objetividade se limita no momento em que entram em jogo as crenças daqueles que experimentam alguma coisa” [p.232], logo a escolha dos fatos a serem apurados por parte do repórter e a seleção e processamento das notícias por parte do redator são representativos da objetividade interna de cada um – o que macularia a objetividade externa do fato.

O que La Roche faz é separar as ditas objetividades do actante humano e do não-humano, da mesma forma que tornou-se comum separar contexto de conteúdo. Na medida em que, no processo de conhecimento entre repórter e fato há uma modificação de ambos (como foi dito acima), só é possível pensar em objetividade interna e externa até o momento anterior à interação, já que a partir daí ambas estarão envolvidas e farão parte de um fato novo: o fato conhecido.

Essa visão pode ser relacionada a uma teoria que assenta separadamente os humanos, privados de toda a realidade, e os não-humanos tendo todo o poder e que LATOUR [2004] afirma não existir mais: “de um lado, o mundo social ou político, e, de outro, aquele da objetividade e da rentabilidade” [p.51]. Os objetos eram caracterizados pela constituição moderna como pertencentes ao mundo da realidade (natureza) em contraposição ao mundo dos humanos (sociedade).

Antes de tudo, o objeto produzido tinha contornos nítidos, uma essência bem definida, propriedades bem reconhecidas. Ele pertencia, sem contestação possível, ao mundo das coisas, um mundo feito de entidades obstinadas, teimosas, definidas por estritas leis de causalidade, de eficácia, de rentabilidade, de verdade (...) acarretava certas conseqüências esperadas ou inesperadas, mas sempre pensadas sob a forma de um impacto sobre um universo diferente, composto de entidades menos fáceis de delimitar, e que se designavam com nomes vagos como “fatores

sociais”, “dimensões políticas”, “aspectos irracionais” [LATOURE, 2004, p.49]

Estes não-humanos seriam “mais confiáveis que o comum dos mortais, aos quais é atribuída uma vontade, mas que não possuem a capacidade de indicar, de forma confiável, os fenômenos” [LATOURE, 1994, p.29]. Eis a declarada primazia moderna do mundo da realidade, da natureza, sobre o mundo da cultura, da sociedade; e por que aquele deveria ser retratado “tal qual ele é”, sem interferência das subjetividades humanas. LATOURE [1994] nos chama a atenção para a impossibilidade de separação entre o poder científico – que seria encarregado de representar as coisas – e o poder político – encarregado de representar os sujeitos. “A transcendência da natureza, sua objetividade, ou a imanência da sociedade, sua subjetividade, provêm ambas do trabalho de mediação sem contudo depender de uma separação entre elas, como faz crer a Constituição dos modernos” [p. 138].

Essa separação moderna que coloca em lados opostos natureza e sociedade não é, no entanto, uma construção aceita por todos. “O conteúdo prático de absolutos hipotéticos como igualdade, liberdade, justiça ou direito natural varia segundo a época e segundo o continente” [CARR, 2002, p.117]. E, como diz LATOURE [1994]:

Apenas nós diferenciamos de forma absoluta entre a natureza e a cultura, entre a ciência e a sociedade, enquanto que todos os outros, sejam eles chineses ou ameríndios, zandés ou barouyas, não podem separar de fato aquilo que é conhecimento do que é sociedade, o que é signo do que é coisa, o que vem da natureza como ela realmente é daquilo que suas culturas requerem [p.99]

Donde a conceito de objetividade que adotamos e que se propagou em nosso jornalismo não seria aplicável numa dessas culturas, já que não há o entendimento de uma “natureza como ela realmente é” para ser retratada. Vimos, com isso, que não é possível falar de

“uma” objetividade, mas sim de várias, cada qual construída e moldada pela compreensão que se tem das relações entre actantes humanos e não-humanos. Enquanto nos Estados Unidos esse processo se deu pela idéia de afastamento dos interesses partidários na política (como vimos no subcapítulo anterior), na Alemanha o jornalismo socialista assegurava a objetividade em seus veículos exigindo que fosse seguida a linha traçada pelo Partido.

Nosso jornalismo é objetivo e partidário. No jornalismo socialista não existe contradição entre a objetividade e a parcialidade (...) É permitido ao adversário externar a sua opinião se esta servir ao nosso propósito. [BUDZILWSKI apud KUNCZIK, 2002, p.224-225].

Objetividade e parcialidade, duas características consideradas compatíveis para o jornalismo socialista da Alemanha que, no jornalismo brasileiro importado dos Estados Unidos, encontram-se em lados opostos. “Honestidade e imparcialidade são atributos exigidos do repórter (...) só se considera completa uma notícia, quando ela proporciona ao leitor a idéia exata e minuciosa sobre um acontecimento” [ERBOLATO, 1978, p.52].

Minha experiência também me ensina: objetivo é aquilo que agrada, que é útil, que alguém quer escutar, que confirma a opinião de alguém. Espectadores e partidos políticos, igrejas e sindicatos, empresários e grupos de ação cívica, esquerdistas e direitistas, não consideram objetivo aquilo que não lhes agrada, que usurpa seus próprios interesses, que não queiram escutar, que coloca em dúvida sua própria opinião [FRANZ ALT apud KUNCZIK, 2002, p.231].

Ao falar sobre o ofício do historiador, CARR [2002] destaca que os fatos, sejam encontrados em documentos ou não, ainda têm de ser processados antes que se possa fazer qualquer uso deles. “Os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto” [CARR, 2002, p.47]. Da mesma forma podemos falar sobre o jornalista, que se torna porta-voz dos fatos

na medida em que seleciona o que merece ser publicado. E não apenas o quê, mas também – se não principalmente – como será publicado: “o uso da linguagem impede-o [o historiador] de ser neutro” [CARR, 2002, p.61], uma afirmação que pode ser perfeitamente aplicada ao ofício do jornalista, cujo instrumento principal é a linguagem.

O que se pode verificar também é que, na medida em que os construtores dessa objetividade jornalística importada por nós buscaram opôr conhecimento à crença (ou cultura) – sendo o conhecimento objetivo porque vem dos objetos propagados puros e a crença subjetiva porque vem dos homens –, o que se pode observar é um desejo de aproximar a atividade jornalística da ciência, dando-lhe um caráter de realidade já que os fatos não deveriam ter interferência humana, e afastá-la da literatura (com quem manteve estreitos laços em seus primórdios no Brasil) – uma criação dos homens e, portanto, menos real e mais propícia às paixões humanas.

2.5. De cabeça para baixo

Se há uma palavra que o estudante de jornalismo ouve desde seu ingresso no curso e leva para a vida profissional, essa palavra é lide¹³ (do original em inglês, *lead*). O lide faz parte da técnica de redação de texto jornalístico que convencionou-se chamar de pirâmide invertida e consiste na hierarquização das informações no sentido decrescente de importância. A ordem utilizada para relatar os acontecimentos não é a cronológica, que representaria um interesse crescente pela história, mas a de importância, segundo a qual o início da matéria já deve conter o fato principal. O surgimento do lide é creditado a diferentes situações. MAR DE FOTCUBERTA [ZAMITH, 2005] atribui a criação da

13 Resumo inicial, constituído pelos elementos fundamentais do relato a ser desenvolvido no corpo do texto. O lide torna possível, ao leitor que dispõe de pouco tempo, tomar conhecimento do fundamental de uma notícia em rapidíssima e condensada leitura do primeiro parágrafo. Deve ser redigido de modo a “fisgar” o interesse do leitor para a leitura de toda a matéria. Na construção do lide, o redator deve responder às questões básicas da informação: o quê, quem, quando, onde, como e por quê (embora não necessariamente a todas elas em conjunto). (RABAÇA & BARBOSA, 2001, p.426)

pirâmide invertida à Guerra de Secessão norte-americana, quando os correspondentes dos jornais se dirigiam aos postos dos telégrafos a fim de relatarem os acontecimentos antes de seus concorrentes. Para atender à demanda urgente, os operadores do telégrafo teriam desenvolvido um método, segundo o qual os correspondentes poderiam ditar apenas um parágrafo e teriam de ceder a vez ao próximo. Somente quando todos já tivessem ditado o primeiro parágrafo é que poderia-se ditar o segundo. Para ganhar tempo, os jornalistas tratavam de inserir em seu primeiro parágrafo as informações mais importantes e urgentes a serem transmitidas.

Outra versão é a defendida por WARREN [ZAMITH, 2005], segundo a qual foram os editores dos jornais que criaram a pirâmide invertida em 16 de abril de 1861, data da queda do forte Sumter. As linhas telegráficas costumavam ser cortadas constantemente, o que fez com que os editores ordenassem aos seus correspondentes que relatassem o essencial nas primeiras linhas. SILVA [1991] diz que a criação do lide deve-se às agências norte-americanas, já que os textos por elas produzidos eram utilizados por milhares de jornais de todas as partes do mundo. Como cada jornal tinha seus próprios critérios de edição da matéria, as agências teriam desenvolvido a estrutura da pirâmide invertida para que fosse possível realizar cortes para adaptar os textos às necessidades específicas de cada veículo sem perda de informação.

Daí a colocação dos dados em ordem decrescente de importância. O corte poderia ser feito “pelo pé”, numa operação rápida, sem perda de substância informativa. Daí, generalizou-se na imprensa americana, como maneira mais simples de dar a cada leitor a mesma opção que as agências davam aos jornais: interromper a leitura em qualquer ponto do texto de acordo com seu interesse pelo assunto, tendo recebido as informações fundamentais desde que lido o primeiro parágrafo [SILVA, 1991, p. 110].

Na era pré-computadores das redações, a pirâmide invertida era de grande utilidade para o fechamento do jornal diário impresso. A matéria escrita na lauda à máquina pelo repórter ia para a mesa do diagramador, responsável por desenhar graficamente as notícias, fotos, legendas, títulos e anúncios na página. Não era raro essa matéria retornar ao repórter (ou ao copidesque) para que a mesma fosse reduzida a fim de caber no espaço a ela determinado no diagrama. Isso porque o volume de informações e matérias circulando numa redação é sempre muito maior do que o espaço disponível para sua publicação. Daí costumar-se dizer que para cada jornal pronto para ser impresso há mais um ou dois na lata do lixo. Logo, a matéria tendo sido escrita na técnica da pirâmide invertida facilitaria o corte, que seria feito de baixo para cima eliminando as informações menos importantes do fato, e evitaria de ter de ser reescrita por completo. Mesmo após a saída das máquinas de escrever, a pirâmide invertida continuou como padrão. Talvez porque ela sirva também aos leitores que, na pressa do dia-a-dia, não têm tempo de ler as matérias inteiras e, com o lide, a leitura do primeiro parágrafo já permite o conhecimento do fato noticiado.

A pirâmide invertida não é a única técnica de se estruturar um texto jornalístico, além de receber críticas ao longo dos anos. Um exemplo de movimento contrário é o “novo jornalismo”, surgido no final da década de 50. Com representantes que transitaram entre o jornalismo e a literatura – como Truman Capote e Tom Wolfe – obteve adesão especialmente nas revistas, já que acrescentava uma dimensão pessoal e impressionista ao relato jornalístico.

2.6. Nada se cria, tudo se copia

Embora muitos defendam que já na década de 1930 era possível perceber uma aproximação dos jornalistas brasileiros com os Estados Unidos – e que, na década anterior o noticiário estrangeiro na imprensa brasileira era monopolizado pelas agências

americanas -, é na década de 1940 que essa relação vai se estreitar.

Se, até a Primeira Guerra Mundial a formação cultural do Brasil era predominantemente européia, após a Segunda Guerra essa influência passará a vir dos Estados Unidos, que investem maciçamente no setor ideológico. Um dos instrumentos utilizados foi o “Office of the Coordinator of Interamerican Affairs”, com Nelson Rockefeller no comando e criado para investir em atividades como a distribuição de artigos à imprensa latino-americana e patrocinar viagens de jornalistas aos EUA [SILVA, 1991].

Dois jornalistas brasileiros, considerados entre os mais importantes da época, viajaram aos Estados Unidos na década de 1940 e voltaram de lá com novas idéias para o jornalismo nacional: Pompeu de Souza e Samuel Wainer. Pompeu de Souza trabalhou no serviço brasileiro de “A voz da América” de 1941 a 1943 e, de volta, como chefe de redação do *Diário Carioca* a partir de 1951, começou a implementar transformações no periódico – juntamente com Danton Jobim e Luís Paulistano.

É no Diário Carioca que o lide vai afinal ser adotado como norma e que um manual de redação vai afinal ser levado a sério apesar das dificuldades porque “o fato é que nós, latinos, simplesmente não gostamos de manuais. Os franceses, como os brasileiros ou os argentinos, preferem a improvisação e não acreditam muito em sistema”, explicaria Danton Jobim anos mais tarde a uma audiência americana” [SILVA, 1991, pp. 77/78].

Pompeu de Souza relatou que, em sua experiência norte-americana, os jornais americanos eram escritos com objetividade, a notícia era só notícia, só informação, com a opinião deixada para o espaço dos editoriais – diferentemente dos nacionais. Sua intenção ao voltar foi tornar o jornalismo brasileiro mais dinâmico, eliminando o nariz-de-cera ¹⁴. Ele diz que “a idéia era criar uma coluna vertebral de uma nova técnica de estruturação e

¹⁴ Abertura empolada da matéria, que demorava a chegar aos fatos principais e que seria substituída pelo lide.

uniformização da notícia e de sua redação: o copy-desk” [SILVA, 1991, p.78]. Pois o copidesque (do inglês, *copy-desk*), outra forte influência do jornalismo norte-americano, veio ocupar o lugar do redator e foi por muito tempo o profissional responsável em manter a padronização do estilo dentro da redação. Mais tarde, entre o final da década de 1950 e meados de 1960, outros jornalistas brasileiros – entre eles Alberto Dines – foram morar nos Estados Unidos e após voltarem realizaram mudanças na forma em que funcionavam os nossos jornais, tendo como modelo os periódicos norte-americanos.

Mas, além dos jornalistas que traziam a influência do modelo norte-americano direto para as redações, os cursos de jornalismo desempenharam um papel fundamental na disseminação desse modelo no Brasil. Ainda durante algum tempo após a criação dos cursos superiores em Jornalismo, era escassa a literatura específica produzida no país, o que dificultava o ensino. A solução era utilizar livros norte-americanos da área, o que fez com que fossem autores norte-americanos – e, conseqüentemente, o modo norte-americano de fazer jornalismo - os responsáveis pela formação de nossos bacharéis. Essa influência ecoava a influência sentida nas redações e já preparava – como faz até hoje – o futuro profissional para o que ele iria encontrar no seu trabalho. Apesar de em muitas revistas - especialmente as de periodicidade maior e direcionadas a assuntos de comportamento e cultura - serem produzidas matérias a partir de outros modelos, como o “novo jornalismo”, na imprensa diária do país o que se verifica é a predominância da técnica da pirâmide invertida, com o lide reinando absoluto nas aberturas. Especialmente nas “hard news”, como são chamadas as notícias quentes, factuais, que perdem a atualidade rapidamente.

Capítulo 3 – Das laudas às telas de fósforo verde

Voltam-se as vistas para a nossa borracha! Era com essa manchete – ainda escrita com o ponto de exclamação considerado abominável nos manuais de estilo atuais – que saía o primeiro número de O Globo, em 29 de julho de 1925. Mas seu fundador, Irineu Marinho, viveria o suficiente para ver apenas outras 20 edições do periódico ir às ruas. Depois de sua experiência à frente do vespertino *A noite*, na década de 1910, Marinho decidira abrir seu próprio jornal, em sociedade com Herbert Moses e Justo de Moraes. Com sua morte, a direção passou ao secretário Euricles de Matos e, a partir de 1931, ao seu filho mais velho, Roberto Marinho.

Só em 1954 a sede do jornal seria transferida para o número 35 da rua que leva o nome de seu fundador e onde funciona até hoje. Seu início se deu na Rua Bittencourt da Silva, perto do Largo da Carioca, com as edições sendo rodadas numa rotativa alugada, pela qual eram pagos dez contos mensais até que, após três anos, o jornal tivesse condições de comprá-la. A máquina era uma Marinoni, de fabricação francesa e que pertencera ao exército britânico. Mais tarde, ainda no mesmo endereço, ela seria substituída por uma rotativa Hoe e, posteriormente, por uma Goss. Quando o jornal se mudou para a Rua Irineu Marinho, entrou em operação uma nova Hoe – a “Hoe Streamline Superproduction”, com 12 unidades.

No tempo das rotativas, os textos escritos em laudas pelos jornalistas debruçados sobre suas máquinas de escrever precisavam ir para a composição – o setor onde as matérias eram dispostas na página segundo as diretrizes da diagramação, visando à confecção de uma matriz para impressão. A composição era feita em blocos de chumbo nos quais as linhas eram amarradas com barbante para não empastelarem – o que, em linguagem gráfica, significa embaralharem. A fundição em chumbo das linhas de texto era

comandada por um teclado conhecido por linotipo. Essa tecnologia foi patenteada em 1886 em substituição ao método manual, letra a letra, usado desde Gutenberg – o que permitia uma maior agilidade no processo de composição. Por cima ia uma massa, prensada em baixo relevo, que servia de molde para a chapa de impressão.

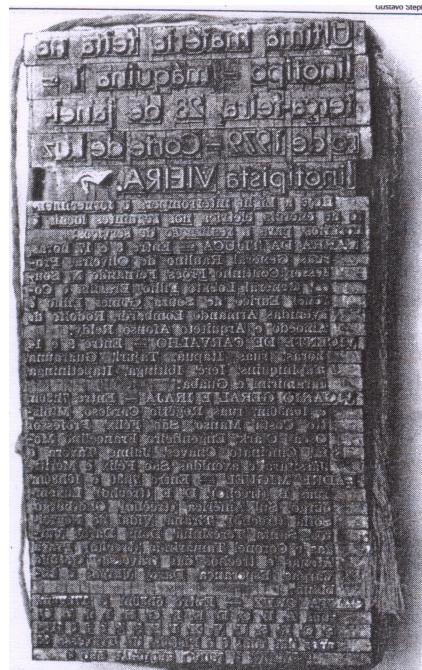


Figura 7: Placa de chumbo¹⁵

Essas páginas de chumbo eram transportadas entre os setores da oficina em mesas de ferro sobre rodas. Esse conjunto todo – que além dos textos, títulos, subtítulos e legendas moldados em chumbo ainda continha a armação de ferro que cercava isso tudo e os clichês, placas de metal que reproduziam as fotos por meio de retículas – pesava mais de cem quilos. Mas essa arrumação toda só foi possível depois da criação da diagramação – que é o planejamento da disposição dos elementos na página ainda na redação. Antes disso, os editores enviavam à oficina apenas recomendações a respeito do destaque do dia

¹⁵ Jornal O Globo, 25/12/1995.

e o resto ia sendo montado segundo critérios do paginador – o que muitas vezes resultava em textos e títulos dispostos caoticamente. A Última Hora foi a pioneira no uso da diagramação na redação [YAZBECK, 2002].



Figura 8: O processo de impressão a chumbo¹⁶

O diagramador desenhava a página do jornal a partir dos elementos que nela iriam constar: matérias, títulos, subtítulos, fotos, legendas, gráficos etc. Ele contava o número de linhas datilografadas na lauda para encaixá-las nas colunas da página, bem como estabelecia o número de toques que cada título, subtítulo e legenda comportaria e o espaço que cada foto ocuparia. Isso tudo a partir de tabelas com informações matemáticas simplificadas e correlações entre paucas e centimetragem. A página seguia, então, para a composição (descrita acima) e depois para a pré-impressão, quando o chumbo e os clichês

¹⁶ Jornal O Globo, 12/01/1999.

passavam suas formas em baixo relevo em uma folha de papelão sólido, o “flan”, que as repassava em alto relevo sobre a chapa de impressão. A peça se encaixava na rotativa de acordo com sua numeração e acasalamento com outras páginas para a rotativa começar a rodar [CALDAS, 2002]. Esse sistema de impressão que utiliza imagens e textos em relevo é chamada de tipografia (letterpress).

3.1. A informática chega ao Globo

Um primeiro indício de automação e da presença da informática no jornal pode ser sentido em 1973, quando o antigo sistema de composição a quente (o chumbo) começou a ser substituído gradativamente pela fotocomposição. Em vez de compor linhas em chumbo, o sistema imprimia fotograficamente letras em papel. Cola e estiletes eram usados para montar páginas, depois transformadas em fotolitos. Inicialmente, o sistema conviveu hibridamente com a tipografia (letterpress), criando relevo com um produto especial, mas logo passou a ser usado para se gravar páginas diretamente nas páginas [O GLOBO, 12/01/1999]. Quando o chumbo cedeu lugar ao papel fotográfico a página encolheu no peso de mais de cem quilos para umas dez gramas, no máximo. A composição era feita através de computadores – quase doze anos antes de eles aparecerem na redação em outra versão:

Os primeiros computadores eram alimentados por fitas picotadas em terminais de datilografia, com teclados estranhamente silenciosos no lugar do tique-taque monótono e barulhento produzido pelas imensas linotipos [...] Os furinhos eram decodificados por carretéis de fitas magnéticas embutidas em armários de aço, que registravam e comandavam o mecanismo no sentido de se fornecer a composição de acordo com a família (desenho da letra), tamanho do corpo (letra), entrelinhamento (espaço entre as linhas) e medida (largura) [CALDAS, 2004, p. 116].

Em 1978, O Globo realizou uma mudança no seu sistema de impressão que influenciaria a adoção futura de computadores na redação – o que só aconteceria em 1985. Como diz YAZBECK [2004, p.115], “cada avanço tecnológico na indústria significa adaptação da redação aos novos sistemas”. Um prédio foi construído na rua Marquês de Pombal – nomeado de Parque Gráfico do Globo - para receber a Goss Metroliner Rockwell – chamada simplesmente de Metro por quem nela operava -, rotativa com 18 unidades consecutivas, sendo seis para cor, 64 metros de comprimento, 12 metros de altura, pesando 780 toneladas e que foi isolada do prédio por 216 amortecedores devido à trepidação durante a impressão. O novo sistema, chamado off-set¹⁷, significava maior velocidade de impressão – 70 mil cópias/hora contra 35 mil do tipográfico -, melhor impressão com nitidez nas fotos – permitindo retículas de até cem linhas por polegada contra 65 linhas por polegada no sistema convencional - e maior capacidade de produção – 140 mil cópias/horas com quatro cadernos de 72 páginas, contra 70 mil cópias/hora com dois cadernos de 48 páginas [O GLOBO, 16/01/1992]. Além disso, as velhas rotativas permitiam apenas a impressão de uma cor chapada raramente utilizada nos jornais diários por causa da sua baixa qualidade de reprodução. Já o off-set tinha uma impressão limpa, fiel ao degradê dos tons cinzentos ao preto fechado e capaz de imprimir policromias. Além disso, eliminava a prova tipográfica.

Evandro Carlos de Andrade [ABREU, LATTMAN-WELTMAN & ROCHA, 2003, p.42], na época diretor de redação do jornal, compara a mudança para off-set no Globo com a decisão do Jornal do Brasil em manter o mesmo sistema. O JB foi o último jornal carioca a aposentar a sua rotativa tipográfica, já no final dos anos 1970:

Na época [da mudança do sistema tipográfico para o off-set no Globo], o Jornal do Brasil já tinha feito a sua reforma,

¹⁷ Off-set é um sistema de impressão baseado no princípio da litogravura, onde a tinta passa indiretamente para o papel por meio de um cilindro recoberto por uma borracha.

aquele prédio suntuoso, aquela coisa toda, mas, na hora de determinar o processo industrial, segundo nós ouvíamos, o Nascimento Brito teria dito: “Não vou mudar, porque o New York Times não mudou.” Só que o Brito, no meu modo de ver, cometeu um erro estratégico [...] estabeleceu uma relação direta New York Times-Jornal do Brasil e resolveu manter o sistema letter-press. Fez algumas adaptações para tentar melhorar a impressão, mas isso foi, no meu modo de ver, um desastre na competição, porque a qualidade gráfica é um dado fundamental, embora as pessoas não saibam disso necessariamente [...] Quando o dr. Roberto resolveu fazer o off-set, enfrentou novamente uma reação incrível da diretoria [...] E outra coisa: diferentemente do Jornal do Brasil, que comprou a máquina para o prédio que fez, o dr. Roberto fez o prédio para a máquina que comprou.

As impressões em off-set começaram aos poucos, primeiro pelos Classificados e Segundo Caderno, em seguida pelos noticiários internacional, econômico e esportivo. O político, o nacional e o local ainda eram impressos pela Hoe. A primeira edição impressa inteiramente em off-set estava programada para o fim de abril de 1978, porém, um incidente antecipou a estréia. Eram 21h45min do dia 12 de abril, e o jornal preparava a edição do dia seguinte, quando um curto-circuito no cabo de alta tensão que passa pela Irineu Marinho interrompeu o fornecimento de energia elétrica. A Light só conseguiria localizar o defeito no cabo às 6 horas do dia 13, dia em que o jornal não circularia se os testes com a Metroliner não estivessem bem adiantados e a impressão de todos nos cadernos não fosse transferida para o novo sistema. Manchete do dia: “O Globo antecipa a edição em off-set” - note-se que, passados 53 anos da sua fundação e, diferentemente de sua manchete inaugural, o título, mesmo caracterizando algo a ser comemorado, já não suporta mais o ponto de exclamação. Um amostra das mudanças no estilo de texto jornalístico que acompanharam as mudanças tecnológicas do jornal.

3.2. Com vocês, o computador

Em 1981 o jornal O Globo, que ainda utilizava máquinas de escrever na redação, iniciou

o processo de automatização desse setor. Foi criada uma equipe para trabalhar nesse projeto, chefiada por João Roberto Marinho e que tinha entre seus componentes pessoas de informática, engenharia e jornalismo. A equipe fez pesquisas em jornais no exterior que já utilizavam a informática em suas redações. Nos Estados Unidos foram visitados jornais como Chicago Tribune, New York Times e USA Today. O objetivo era avaliar qual o sistema que melhor se adequaria à realidade d'O Globo. O escolhido foi o *Communication Systems Incorporation (CSI)*, um sistema mainframe de edição de texto e mensagens com terminais “burros” adaptado para o jornal brasileiro. A flexibilidade do sistema evitou que fossem necessárias mudanças na forma de fazer jornal que O Globo utilizava, visto que o sistema off-set já havia sido implantado. A empresa norte-americana fabricante do CSI tinha interesse em que o sistema fosse o escolhido pois, a partir da sua implementação n'O Globo, esperava vendê-lo para outros jornais da América do Sul que também iniciavam seu processo de informatização.

Fazia parte da equipe de informatização da redação do Globo Iran Frejat, jornalista já falecido com grande experiência profissional e boa relação com os jornalistas. Havia na equipe uma pessoa ligada ao Centro de Processamento de Dados, Rita Braune, que, junto com Frejat, ficou responsável por realizar a ponte entre a redação e o setor de informática. Sua atuação deu-se em dois momentos. No primeiro, sua tarefa era especificar as necessidades do jornalista-usuário para que o projeto de informatização pudesse atendê-los. No segundo momento, o papel de Braune era o de levar a nova tecnologia até seus usuários. Ela era responsável pelo treinamento dos jornalistas e a supervisão do sistema. Juntamente com Frejat, Braune foi a responsável pela implantação do sistema junto aos jornalistas, incluindo a produção de um manual de uso. Podemos verificar aqui Braune como porta-voz da nova tecnologia junto aos jornalistas. Ela não era a única a falar, mas ela era a pessoa de tecnologia que ficava mais próxima dos jornalistas sem ser um

jornalista, como Frejat. Ali ela falava pela tecnologia.

AKRICH [1995] nos alerta que usuários desempenham múltiplos papéis, sendo simultaneamente cidadãos, consumidores e membros de uma família, por exemplo. E que o sucesso de uma nova tecnologia a ser implantada depende da capacidade de se lidar simultaneamente com esses diferentes tipos de usuários, já que muitos podem ser incompatíveis ou mesmo conflitantes. É necessário, portanto, durante o processo de concepção tecnológica gerar representações de usuários compatíveis e integrá-las ao projeto. :

the problem for succesful design [...] is how to deal with this proliferação of “users”, each of whom corresponds to a specific situation. At some point, if they do not merge into a whole, they must at least become coherent with each other [AKRICH, 1995, p.176].

O texto de Akrich insere-se nos estudos de Avaliação Construtivista da Tecnologia (em inglês, *Constructive Technology Assessment – CTA*) e apresenta técnicas de representação de usuários: algumas explícitas, como pesquisas de mercado, teste do consumidor e feedback na experiência, outras implícitas como a baseada em experiência pessoal, a do especialista e a adotada por outros produtos. Todos esses métodos são empregados com o intuito de trazer o usuário final para dentro do projeto e, com isso, enfrentar menos dificuldades no momento da adoção.

Como o CSI já era utilizado em jornais no exterior, as técnicas de representação de usuários foram, na verdade, adaptações realizadas a partir de especificações fornecidas pela equipe. O teclado e as inscrições nas teclas, por exemplo, foram desenhados segundo suas necessidades, com a acentuação na língua portuguesa. Havia a predominância de termos em português – como “enviar” no lugar de “enter” - mas outros como “reset”

permaneceram, causando desconforto entre alguns jornalistas. Havia também algumas teclas-atalho para onde se guardava os arquivos pessoais, mas ninguém confiava porque não funcionavam direito [BRAUNE, 2003]¹⁸. Houve também a arregimentação de jornalistas veteranos e com cargos de chefia para serem os primeiros a utilizarem os sistemas e posteriormente transmitirem aos demais sua experiência, atuando como aliados no processo de adoção da tecnologia.

Para o anúncio da adoção da nova tecnologia houve uma tradução de interesses no discurso utilizado pela direção do jornal e repetido pela porta-voz. De acordo com BRAUNE [2003]¹⁹, com a informatização o objeto jornal ficaria pronto mais cedo e, portanto, mais cedo estaria disponível para compra nas bancas de jornal. Isso ofereceria uma vantagem sobre seus adversários. Ela lembra uma reclamação feita pelo jornalista Ricardo Boechat, então n'O Globo, dizendo que cada vez que o jornal colocava um sistema novo os jornalistas tinham de se virar para fechá-lo mais cedo. Já COELHO DA GRAÇA [2004]²⁰ diz que, ao contrário, “o Globo podia se dar ao luxo de fechar depois de outros jornais porque o sistema off-set eliminava a fase da linotipia e, com isso, a produção da chapa era muito mais rápida”. O tempo utilizado para o fechamento era compensado pela ligação direta entre redação e oficina, propiciada pelos terminais da redação e pelas máquinas off-set da oficina. A questão que surge é: quem se apropria do tempo ganho com a utilização do computador? Se a produção da chapa era mais rápida passaria a haver sobra de tempo que, no entanto, não foi transferida para os jornalistas. Logo, esse tempo foi apropriado pelas instâncias superiores dentro da redação, mantendo assim o poder de dispor do tempo na mão dos editores. Determinar o poder de cada ator significa determinar a extensão da rede de cada um. A rede de Coelho da Graça era mais

18 Entrevista realizada em 25/09/2003.

19 *Idem*

20 Entrevista realizada em 17/06/2004

forte por alistar mais aliados que a de Boechat, o que fazia dele o editor-chefe do jornal. O computador permitiria que algumas funções fossem assimiladas por um mesmo profissional reduzindo, com isso, o número de jornalistas e, portanto, os gastos. No entanto, o discurso utilizado para embasar a decisão junto aos jornalistas foi outro.

EDWARDS [1996] utiliza o conceito de discurso a fim de mostrar de que forma o computador conforma e é conformado pelo que ele chama de *closed world*: linguagem, tecnologia, práticas e ficções que formaram a idéia de um mundo que precisava ser defendido da ameaça externa (leia-se os comunistas).

I use the phrase “closed-world discourse” to describe the language, technologies, and practices that together supported the visions of centrally controlled, automated global power at the heart of American Cold War politics. Computers helped create and sustain this discourse in two ways. First, they allowed the practical construction of central real-time military control systems on a gigantic scale. Second, they facilitated the metaphorical understanding of world politics as a sort of system subject to technological, management [EDWARDS, 1996, P.7].

A interação homem-máquina é tratada por EDWARDS [1996] de forma simétrica ao analisar de que forma o discurso do *closed-world* foi construído: “weapons, systems, and strategies whose human and machine components could function as a seamless web”.

O conceito de discurso serve para exemplificar o processo de arregimentação de aliados para a adoção da nova tecnologia e de que forma ele ajudou a conformar a nova tecnologia a ser adotada. Enquanto que para o jornal, na figura de sua diretoria, o computador significava agilidade no processo de produção, aumento nos lucros por possibilitar uma vantagem competitiva em relação aos demais e diminuição de pessoal, para os jornalistas ele foi apresentado como uma valorização da profissão.

O computador iria permitir que os profissionais fossem os

pioneiros no Brasil a lidar com essa nova linguagem, teriam uma tecnologia potente a seu favor e, por se virem obrigados a exercer mais funções, teriam uma valorização da profissão no mercado do trabalho marcada pela diversidade de capacitações [BRAUNE, 2003]²¹.

Com a adoção do computador, de acordo com o discurso adotado, o jornal estaria propiciando a entrada dos seus jornalistas na nova era tecnológica. Segundo BALDESSAR [2003], “o discurso empresarial nega a tendência da especialidade e reforça a necessidade da polivalência”. Isso significa dizer que, a fim de arregimentar aliados para o processo de informatização, os porta-vozes da empresa jornalística costumam louvar a polivalência que o computador possibilita desenvolver no profissional ao mesmo tempo que diminui o lugar especialista no mercado de trabalho.

O discurso de “doutrinação dos jornalistas” (expressão utilizada por Coelho da Graça) era baseado nos seguintes pontos: qualquer ser minimamente alfabetizado aprenderia a utilizar a tecnologia em duas horas e o número de jornalistas que não conseguem se adaptar ao computador de jeito nenhum está estatisticamente comprovado que é de apenas dois por cento. “Então já foi todo mundo preparado com esse ultimato”, recorda COELHO DA GRAÇA [2004]²². Tanto repórteres quanto editores receberam treinamento para que todos fossem capazes de utilizar o computador como anteriormente utilizavam a máquina de escrever. O discurso era: o computador é uma máquina de escrever com recursos a mais. Portanto faziam a analogia com algo conhecido do jornalista para promover a aceitação da nova tecnologia.

E para reforçar esse discurso era preciso arregimentar aliados poderosos. Os primeiros a serem recrutados foram os editores. O chefe da redação fez reuniões explicando as vantagens profissionais que a informatização traria e o que cada um deles ganharia

21 *op. cit.*

22 *op.cit.*

individualmente - mais conforto, menos trabalho para fazer a mesma coisa – e não apenas os ganhos do jornal. MALHEIROS [2006]²³ lembra que durante o curso dado para aprender a trabalhar com o computador era salientada a situação mundial, numa referência ao movimento de adoção dos computadores por outros jornais estrangeiros e à inclusão d'O Globo nesse movimento. “Houve um trabalho prévio bastante sério por parte do jornal. Acho que O Globo foi o que fez isso melhor”, conta COELHO DA GRAÇA [2004]²⁴. Outros aliados tiveram papel importante dentro da redação: Cora Rónai e Cristina De Luca, repórteres da área de informática que, por conhecerem bem a tecnologia, ajudavam Braune e Frejat no convencimento dos demais profissionais. Elas traduziam e explicavam o que a nova tecnologia traria de bom para o trabalho deles. “Cora é uma pessoa muito respeitada no meio jornalístico, então ela ajudou o jornal nesse processo”, atesta BRAUNE [2003]²⁵.

A forma encontrada por Braune para conquistar aliados foi tomar muito chope com os jornalistas, pois ela não era do meio como Frejat e a imagem que tinham dela é que havia vindo para tirar o emprego deles. “Tinha a questão de reduzir profissionais mesmo, mas acho que no fundo eles sabiam que aquilo seria bom”, minimiza BRAUNE [2003]²⁶. “Quem ficasse contra podia dançar”, complementa. O que se percebe é que se o computador em algum momento facilitou a atividade do jornalista, não foi nesse primeiro momento. A aceitação foi uma questão de sobrevivência e a partir daí a mudança foi inevitável. “Em pouco tempo a gente percebeu que era uma ida sem volta”, alega BRAUNE [2003]²⁷.

Com o computador substituindo a máquina de escrever o que se deu foi a substituição de

23 Entrevista realizada em 23/05/2003

24 *op. cit.*

25 *op. cit.*

26 *op. cit.*

27 *op. cit.*

uma rede por outra, sendo nesse caso necessário todo um trabalho de alistamento de novos aliados para que a nova rede se estabilizasse, subsistisse e se tornasse realidade. Os aliados que precisavam ser trazidos para a rede e controlados eram tanto humanos, como os jornalistas, quanto não-humanos, como, por exemplo, a rede de energia elétrica – já que ela poderia falhar e literalmente derrubar a rede de computadores. Para que os jornalistas cooperassem o computador foi transformado em ponto de passagem obrigatório para seus objetivos, fossem eles manter seus empregos ou estar melhor preparados para o mercado de trabalho. Temos então a razão apoiando a força e a força apoiando a razão nesse processo de tradução de interesses. A razão: o jornal estava dando uma oportunidade de os jornalistas se aperfeiçoarem e estarem mais aptos para a sua profissão. A força: os que não se adaptassem à nova tecnologia não teriam mais lugar na redação.

3.3. As mudanças continuam

Em 1992, uma nova aquisição para a oficina do jornal torna a informática ainda mais presente no processo. A rotativa Goss Colorliner– até então usada apenas em grandes jornais americanos como o The New York Times e o Los Angeles Times - com seu sistema de controle computadorizado foi adquirida para trazer melhor qualidade, cores mais nítidas e mais rapidez na produção do diário. Para suportar o novo equipamento, outro prédio foi construído ao lado do prédio industrial de cinco andares e 12 mil metros quadrados já existente na Rua Marquês de Pombal.

No mesmo ano, 80 novos terminais foram somados aos já 156 existentes na redação. Mas para os jornalistas a grande mudança não seria o aumento do número de terminais, mas a troca de sistemas realizada em 1995. O CSI, primeiro sistema implantado na redação, era um processador de texto junto com troca de mensagens que rodava em terminais (os

chamados “terminais burros”). Os textos produzidos nele eram enviados para a montagem, onde eram compostos, recortados e colados nas páginas, de acordo com o desenho que os diagramadores haviam feito previamente em folhas de papel. O jornal só era visto em sua forma final depois de pronto.

Pois no final de 1995, a redação abrigava lado-a-lado os antigos terminais onde rodava o CSI e os novos micro-computadores nos quais o Hyphen, sistema que rodava em Windows, estava sendo implantado. Durante alguns meses há uma interseção entre as duas tecnologias, duas linguagens convivendo enquanto uma vai se sobrepondo e a outra vai se tornando obsoleta. Como já vimos no capítulo anterior, quando jornais manuscritos conviviam com jornais impressos no Brasil do século XIX, a tecnologia anterior resiste à nova e compartilha o mesmo ambiente até que esta se torne dominante.

Com o Hyphen a diagramação deixa de ser feita no papel e passa para a tela. O sistema permitia visualizar as páginas completas no monitor, desde a fonte utilizada até detalhes das fotos, antes de ser tirada a prova nas impressoras da redação. Vemos aqui que o papel também não desapareceu de vez ainda da redação. Durante algum tempo ainda vai ser utilizada a prova de impressão e só aos poucos, à medida em que vão se acostumando ao sistema, é que a cópia em papel passa a ser dispensada.

O Hyphen foi parar nos micros d'O Globo porque a *softhouse* italiana que o produzia, GoodNews, procurou o jornal para apresentar seu produto. Segundo Nelson Ricciardi, gerente de projetos de produção na época, já estava-se buscando uma alternativa ao CSI. “Nossa idéia era usar um sistema aberto, baseado em plataformas consagradas como Windows e redes” [O GLOBO, 25/12/1995]. Antes de ser escolhido, o Hyphen foi confrontado com o Dewar-View e o Harris, sistemas ainda mais abertos. Para isso foram buscar referências em outros jornais que já utilizavam o sistema e as dicas obtidas do

“The Scotsman”, da Escócia, ajudaram a fortalecer a escolha.

Mudar de sistema significou mudança nos comandos das máquinas, na posição das teclas, no teclado propriamente dito, na cor da tela e no processo de trabalho. Em vez de escrever o texto e depois enviá-lo para a composição, o Hyphen permitia que o texto fosse visualizado dentro da página em que seria impresso, já no formato de coluna, o que dava ao jornalista a idéia da página inteira e de como seu texto estaria em relação aos demais. Uma das dificuldades sentidas num primeiro momento foi a adaptação ao uso do mouse, apelidado na redação de “mouse de Parkinson”. Os jornalistas que já tinham alguma experiência fora do jornal – principalmente os do caderno de informática, cuja tecnologia é a matéria-prima de seu trabalho – se adaptaram mais facilmente à passagem dos terminais para os micros. Os outros tiveram de aprender rapidamente o que era um micro, um mouse, uma interface gráfica.

No final de 1995 as mudanças tecnológicas da oficina e da redação mostram a sua cara aos leitores d'O Globo. A edição de 20 de dezembro circula com o novo projeto gráfico do jornal, desenvolvido em Nova York pelos designers Milton Glaser e Walter Bernard. Com o objetivo de valorizar a organização e a clareza, introduzindo novos conceitos de diagramação - – incluindo aí o logotipo adaptado às cores da bandeira brasileira e uma tipografia mais limpa - , a execução do projeto só foi possível graças às mudanças realizadas na tecnologia e que permitiram colocar em prática o que ia na cabeça dos designers.

3.4. O jornal sai do papel e entra na Internet

Os primórdios da Internet no país remontam a 1987, quando pesquisadores brasileiros da área de tecnologia e informática se reuniram com representantes do governo e da

Embratel, na USP, para discutirem o estabelecimento de uma rede nacional com fins acadêmicos. No ano seguinte, o Laboratório Nacional de Computação Científica do CNPq e a Fapesp se ligaram a redes internacionais – Bitnet e Hepnet – através de instituições de ensino e laboratórios norte-americanos.

Em maio de 1989 a UFRJ, auxiliada pela Universidade da Califórnia, liga-se à Bitnet e, em julho do mesmo ano, o Ibase coloca em operação o Alternex – o primeiro serviço internacional de correio e conferências eletrônicos do Brasil operado por entidade privada. MOURA [2002] ressalta que o fato mais importante de 1989 foi a criação da Rede Nacional de Pesquisas (RNP), que desenvolveria a rede em âmbitos nacional e internacional. Em 1991 foi implantada em território nacional uma rede que interligaria 11 capitais brasileiras com conexão e, de 1994 a 1996, a RNP dedicou-se à implantação de uma infra-estrutura que integraria todos os estados brasileiros numa conexão mais rápida. A exploração comercial da Internet ficou a cargo da Embratel, mas esse monopólio foi contestado pela iniciativa privada. O governo optou, então, em 1995 por criar o Comitê Gestor da Internet para traçar os rumos da implantação, administração e uso da Internet no Brasil.

É dessa época que a redação d'O Globo, já completamente composta de micros e utilizando o Hyphen, que rodava no Windows, dá mais um passo na sua corrida tecnológica: colocar a internet disponível a seus jornalistas. Quer dizer, não exatamente. No início, havia apenas um computador com Netscape Beta numa salinha à parte.

Ninguém usava, poucos sabiam o que era. Eu só descobri porque, um dia, passando pela salinha, vi um colega que era casado com uma editora de revista de informática mexendo no micro. Fui lá numa de 'tá fazendo o quê aí' e ele me explicou o que era aquele negócio [ZAGARI, 2007]²⁸.

28 Entrevista realizada em 30/01/2007

Para Zagari, que era repórter e redator da editoria de Ciência, o que mais chamou a atenção no início do uso da internet na redação foi a possibilidade de fazer apurações antes impossíveis, citando furos de reportagem que deu com informações da NASA e de outros centros de tecnologia.

Lembro de um ano que um cidadão ganhou um prêmio Nobel. Assim que as agências divulgaram, fui na web, busquei o site da Universidade onde ele trabalhava e mandei um email pra ele. O cara respondeu e publicamos no dia seguinte. Todos ficaram assombrados, "como vc conseguiu isso?". Na verdade, todos meus colegas dizem que fui um pioneiro no uso da internet para apurar matérias [ZAGARI, 2007]²⁹.

É também em 1995 que as empresas jornalísticas resolvem expandir suas atividades para a Internet. Segundo GONÇALVES [apud MOHERDAUI, 2002], enquanto o Jornal do Commercio, de Recife, vinha há alguns meses utilizando a rede apenas para reter arquivos de textos com notícias, a Agência Estado entra na Internet, em fevereiro, utilizando um link com a Worldnews, de Washington. Em 28 de maio do mesmo ano entra no ar o Jornal do Brasil Online, primeiro jornal brasileiro a fazer uma cobertura completa no espaço virtual. Em seguida, vários jornais seguiram o mesmo caminho. Posteriormente, comentando a disseminação da Internet, MOURA [2002] diria que

a Internet vem conquistando usuários de forma rápida. Foram necessários aproximadamente sete anos, desde 1991, para que ela se estabelecesse como uma grande massa de internautas que navega, pelo menos, uma hora por dia. Para se fazer uma comparação, a imprensa levou quatrocentos anos, desde a invenção por Gutenberg em 1454, para a sua aceitação generalizada. O telefone, inventado por Graham Bell em 1876, só entrou em uso comum depois da Segunda Grande Guerra. O rádio, invenção de Guglielmo Marconi em 1885, tornou-se popular somente no período entre as duas guerras mundiais – passaram-se, portanto, quarenta anos até sua plena aceitação. E a televisão, para quem não sabe, levou 25 anos para se difundir em massa nos anos 50, pois sua invenção pelo escocês John Baird data de 1925[p.14].

29 *op. cit.*

No início, o uso da Internet na redação tinha muitos bloqueios, além da limitação de equipamentos conectados. Assim como o computador, sua importância no ofício de jornalista é percebido em termos de vantagens e desvantagens.

Uma coisa boa da internet: é uma ferramenta que ajuda quem sabe escrever, quem tem mesmo vocação jornalística, a dar alguns saltos a mais. Uma coisa ruim: a internet oferece aos que não nasceram para a coisa, ou não são vocacionados para o jornalismo, expedientes que considero excusos (...) Antigamente, o repórter ia à Pesquisa ou ao Arquivo (o nome variava de jornal para jornal) e pegava pastas sebatas cheias de recortes para ler sobre o assunto, apenas para ter um background. Agora, para quem está na Redação, mas não é do ramo, basta copiar e colar. Mexe-se um pouco ali, aproveita-se até o estilo do colega que fez matéria sobre o mesmo assunto, e pronto! Mais um texto "original" é produzido. Acho isso pavoroso [ROCHA, 2008]³⁰.

Em um pouco mais de dez anos os jornalistas do Globo viram a máquina de escrever sair pela porta e a internet entrar pela janela. E não demoraram eles mesmos a entrarem por essa janela. Em 29 de julho de 1996 entrava no ar o Globo On, versão online do jornal O Globo. Além das notícias mais importantes veiculadas pelo jornal impresso, o Globo On oferecia aos usuários facilidades como: programa de busca inteligente, interatividade com a redação do jornal e oportunidade de participar da edição do Globo por meio de sugestões e opiniões. A mudança de suporte – do papel para o computador – provocou também uma adaptação nos textos desenvolvidos.

Textos muito longos e com letras pequenas se tornam maçantes e desconfortáveis para a leitura. Foi preciso pesquisar até encontrar os formatos certos de letras, títulos e legendas, adequados à baixa resolução das telas da maioria dos micros. Mais importante, porém, foi a adoção da linguagem típica da Internet, com o uso do hipertexto – conceito que, para os usuários de computador, significa o desdobramento de uma história através de pequenos textos elaborados a partir de idéias que se relacionam, até que o assunto tenha sido suficientemente aprofundado [O GLOBO, 1996].

30 Entrevista realizada em 29/02/2008

No início, os jornais online eram mera reprodução dos jornais impressos. Aos poucos, porém, as empresas perceberam que a atualização constante era um atrativo a mais para o leitor, que passou a contar com a notícia em tempo real. Por isso, o jornal na Internet está sempre em reconstrução. Não há um produto acabado, como o impresso; a cada nova atualização ele se reconfigura, é um novo jornal.

Capítulo 4 – Por dentro da notícia

Cena 1: Um ambiente árido no qual falta o que comer e beber, grupos rivais disputando os poucos recursos da região, a aparição de um monolito negro, a fome e a carcaça de um animal morto. Dessa carcaça, um macaco retira um osso e o lança para o alto. O osso faz movimentos circulares antes de cair e ser novamente tomado pelo macaco, que está agora em posição superior aos demais pois empunha um osso transformado em ferramenta/arma.

Cena 2: “Armas matam pessoas” é o slogan daqueles que procuram controlar a venda livre de armas de fogo. “Armas não matam pessoas, pessoa matam pessoas”, replicam, por outro lado, os contrários a essa idéia. A arma é uma ferramenta, um meio, um veículo neutro à vontade humana. Se o atirador for um bom sujeito, a arma será usada com prudência e só matará quando necessário. Se, porém, for um velhaco ou um lunático, o assassinato que de qualquer maneira ocorreria será (simplesmente) executado com mais eficiência.

Cena 3: Um repórter está escrevendo sua matéria e, em determinado momento, se sente bloqueado, não encontra a melhor forma de dispôr as informações. Resolve levantar, tomar um café e conversar um pouco com os colegas para ver se alguém dá alguma sugestão para desenrolar o texto. Quando retorna ao seu lugar leva um susto. Acostumado a deixar a lauda com o início da matéria na máquina de escrever para, quando voltasse, prosseguir do ponto em que parou, seu desespero é ver que não há mais texto algum no terminal à sua frente. Terá de começar o texto novamente.

A cena 1 marca o início do filme “2001 – uma odisséia no espaço”. A cena 2 foi retirada do livro “A esperança de Pandora” [LATOUR, 2001, pp.203-204]. A cena 3 tornou-se

comum na redação do jornal O Globo no ano de 1985, quando os primeiros terminais de computador foram ali instalados. E o que há em comum nas três cenas? Todas representam uma translação³¹. É possível perceber a criação de um vínculo que modifica os dois originais: o macaco original torna-se um macaco dotado de uma ferramenta capaz de colocá-lo em vantagem na luta por comida frente aos demais, enquanto o osso original foi deslocado para uma outra função pelo macaco; o homem com uma arma é um homem com um poder de fogo que não teria sem a arma, assim como a arma na mão do homem está em situação diversa do que se estivesse na gaveta; e o repórter precisa se adaptar ao novo ator se quiser ver a sua matéria pronta, bem como o computador assume um papel específico, antes reservado à máquina de escrever, no momento em que se torna um ator do processo de produção de notícias. Isso porque nem o sujeito nem o objeto são fixos, eles se articulam e formam novas composições. Tanto sujeito quanto objeto são actantes, suas ações interferem no outro de forma simétrica, sem que haja sobreposição de um ou de outro. O que, segundo LATOUR [2001], nos obriga a abandonar a dicotomia sujeito-objeto, que impede a compreensão dos coletivos, visto que a responsabilidade pela ação deve ser dividida entre os vários actantes.

Ao interferirem um no outro, por meio de suas ações, os actantes transformam-se em híbridos. O híbrido jornalista-máquina de escrever, que durante muito tempo foi considerado indestrutível, deixa de existir quando o actante máquina de escrever deixa de exercer seu papel. Um novo híbrido é criado e o computador é colocado em seu lugar, passando a agir de forma diferente do que o actante anterior. Há, portanto, um deslocamento na forma de interagir entre sujeito e objeto, numa adaptação mútua para que não haja dispersão dos mesmos e sim integração num todo pontualizado. A pontualização será a notícia pronta, que conterá em si as ações do jornalista e do computador.

31 Translação refere-se a todos os deslocamentos por entre outros atores cuja mediação é indispensável à ocorrência de qualquer ação. LATOUR, Bruno, “A esperança de Pandora”, p.356.

A introdução de um novo meio exige muito mais do que uma acomodação automática por parte do usuário; na verdade, o computador contribui decisivamente para a formação de um novo modo de raciocínio e, em consequência, de um novo relacionamento com os dados a serem processados [ROCHA, 1998, p.15].

E por que o híbrido jornalista-computador é diferente do híbrido jornalista-máquina de escrever se a pontualização de ambos é a notícia? Para responder a isso precisaremos nos deter numa questão importante que ajuda a determinar essa diferença: a materialidade do actante não-humano. É preciso “compreender como tais materialidades influem na elaboração do ato comunicativo” [ROCHA, 1998, p.15], no nosso caso, na produção da notícia.

4.1. No tempo das pretinhas³²

Primeiramente, vamos nos lembrar de como a notícia era produzida na época da máquina de escrever. Após chegar da rua com a apuração, ou seja, as informações coletadas, e depois de buscar dados complementares via telefone, o repórter se preparava para escrever a matéria. Eram três ou quatro laudas colocadas na máquina, pelo menos, intercaladas com carbono: uma ia para o editor (e, posteriormente, para a oficina), uma para o pauteiro, e uma para o repórter, que gostava de ter cópias de suas matérias, muitas vezes para confrontar com a versão final que saía publicada; a quarta cópia poderia ir para o escaninho, caso a cópia da oficina sumisse. Posteriormente, passou-se a direcionar uma para o editor, uma para o pauteiro, uma para a Rádio Globo, uma para a Agência Globo e uma poderia ficar com o repórter, caso ele quisesse. Debruçado sobre a máquina, não raro tendo o cigarro como companhia, o repórter desandava a batucar nas pretinhas (como costumava-se dizer) para dar forma ao texto. Às vezes, se levantava, ia até o cafezinho

³² Forma carinhosa com que os jornalistas se referiam às máquinas de escrever devido à cor de suas teclas. Era comum o uso da expressão “batucar nas pretinhas” em vez de “bater à máquina”.

para esticar as costas e comentar com os colegas sobre o que estava escrevendo. Pedia sugestões, dava outras para textos alheios e voltava para o seu lugar retomando o texto do ponto de onde parou. No entanto, ao ler o parágrafo já datilografado, acontecia de o repórter não gostar do que escreveu. Ou pior, descobrir que o lide da matéria – a informação principal que deveria estar no primeiro párrafo – estava no final da página. A solução era arrancar as laudas da máquina, jogá-las fora e colocar laudas novas para iniciar novamente a matéria. O contato constante com o carbono tornava desagradável o manusear das laudas. No entanto, às vezes a preguiça ou a pressa eram maiores e o texto ficava como estava. “Antes do computador saía muito erro publicado, pois dava trabalho corrigir tudo” [COSTA, 2007]³³. Quando, finalmente, se dava por satisfeito, o repórter entregava sua matéria ao editor e encerrava sua participação no processo. Muitas vezes ao puxar a lauda rasgava e era necessário consertá-la com fita adesiva. Era comum permanecer na redação conversando com os colegas e esperando para ver como ficaria sua matéria depois de passar pelo copidesque. A redação era um único grande ambiente onde repórteres das diversas editorias trabalhavam lado-a-lado.

Havia uma mesa enorme, batizada de mesão, e de 10 a 15 linhas de telefone. Era onde ficávamos quando não estávamos batendo matéria. Os repórteres ficavam ali apurando - era tudo feito por telefone – confirmando informação, fazendo entrevista, esperando ligação, conversando, esperando dar o horário...era como uma família [MALHEIROS, 2006]³⁴.

A lauda do repórter seguia para o copidesque, que fazia alterações à caneta nas laterais a fim de corrigir erros e falhas de padronização. O texto, então, voltava para o editor, que o juntava aos demais aguardando o fechamento. No final do dia, horário do fechamento, o editor se reunia com o diagramador para definirem cada página do jornal, que ia sendo desenhada uma a uma no diagrama. Escolhidas as matérias principais e a posição de cada

33 Entrevista realizada em 15/06/2007

34 *op. cit.*

texto na página, o diagramador fazia mais anotações na lauda referentes à fonte, corpo de letra e outras indicações necessárias à composição, além de indicar em outra lauda o tamanho do título, subtítulo e eventuais legendas que o copidesque teria de fazer. O texto era composto numa prova para o fotolito (ver capítulo 3). Essa prova e o original com as anotações do copidesque e do diagramador iam para os revisores que, em duplas, comparavam os dois para ver se houve algum erro de digitação. Só depois era enviado para a fotolitagem. O secretário de redação entregava-o ao contínuo, que era quem fazia a ponte entre a redação e a oficina. Os textos desciam (pois a oficina ficava abaixo da redação) para a área da composição levados pelo contínuo.



Figura 9: Redação do Globo em 1956³⁵

Mas, segundo SILVA [2005], há um equívoco por parte do público que considera o revisor um profissional altamente qualificado que conhece muito bem a língua e descobre erros dos outros.

35 Arquivo O Globo

Na verdade, a revisão é um dos estágios mais baixos da carreira jornalística. O revisor apenas confere provas tipográficas com os originais datilografados para ver se não há discrepâncias entre o texto redigido pelo jornalista e o que foi composto e vai para a impressão. Em geral, o profissional que trabalha na revisão ou está entre os menos qualificados tecnicamente na categoria ou logo é promovido para outra função.

Logo, a imagem de exímio conhecedor da língua portuguesa, que costuma estar relacionada com o revisor, corresponderia melhor à figura do copidesque – este sim, capaz de salvar um texto dos erros cometidos pelo repórter.

A exigência em relação ao repórter era de que fosse um bom apurador, porque o texto sempre passaria pelo copidesque e poderia ser melhorado. “Foi isso que fez alguns repórteres serem ótimos sem no entanto terem grandes textos. Muitos escreviam mal mesmo, mas tinham contatos. Isso valia mais do que o diploma de jornalismo” [COELHO DA GRAÇA, 2004]³⁶. O arquétipo do repórter cuja única competência é o faro para a notícia ficou imortalizado na obra de Nelson Rodrigues: Amado Ribeiro, o jornalista sem escrúpulos de “Beijo no Asfalto” inspirado num Amado Ribeiro de carne e osso que trabalhava com Nelson na Última Hora. “Tem toda a aparência de um cafajeste dionisíaco” [RODRIGUES, 2004, p. 11]. O próprio Amado Ribeiro clamava “Eu sou pior! Eu sou pior!” frente à criação rodrigueana [CASTRO, 1992, p. 316].

Vários repórteres que não sabiam escrever, mas sabiam apurar. Hoje isso ainda existe um pouco, mas em escala bem menor. Na reportagem de polícia do JB, tinha um (já falecido) que raramente fazia um texto concatenado. Não digo bem escrito. Digo com idéias que se associavam(...) Eram laudas muito doidas, mas que continham boas informações. Cabia ao redator (no caso, aos redatores do Copidesque) decifrar a esfinge [ROCHA, 2008]³⁷.

36 *op. cit.*

37 *op. cit.*

4.2. A notícia produzida na era dos computadores

Com a chegada dos computadores na redação d'O Globo, esse processo é reconfigurado. A estrutura de chefia da redação d'O Globo, na época da informatização, contava com um editor-chefe, Milton Coelho da Graça, e um chefe de redação, Henrique Caban. O editor-chefe cuidava de preparar a edição do dia, enquanto o chefe de redação administrava a redação. Em caso de grandes coberturas como, por exemplo, Olimpíadas, o chefe de redação também participava das decisões referentes à produção de matérias por parte dos repórteres. Na informatização do sistema, coube a ele administrar o processo de implantação e transmissão do conhecimento aos jornalistas, inclusive ao próprio editor-chefe.



Figura 10: Redação do Globo em 1983, dois anos antes da chegada dos computadores³⁸

O que podemos perceber desde já é que nesse momento houve um primeiro deslocamento de poder, dentro da divisão apresentada anteriormente, da redação em direção à administração. Segundo CALDAS [2004],

38 Arquivo O Globo.

A influência do editor-chefe, que podia quase tudo, até atrasar o jornal para esperar uma boa notícia, passou a ser dividida com executivos, engenheiros e técnicos que comandam a Circulação, o Comercial, o Industrial, desde que o que importa é a eficiência e a rapidez, a antecipação do horário de fechamento, a produção simultânea para diversas mídias [p.18].

Com o computador na redação, o repórter, ao chegar com os dados da apuração, passou a escrever sua matéria num terminal que, diferentemente da época da máquina de escrever, tinha de ser disputado com os colegas, já que a quantidade disponível não era suficiente. A relação com o actante não-humano também muda. Os mais velhos, principalmente, haviam desenvolvido uma ligação afetiva com suas máquinas, a ponto de terem suas preferidas na redação. “Os que eram mais velhos e resistiam um pouco, acho, sim, que temiam a concorrência dos mais jovens, que aprendiam mais rápido” [ROCHA, 2008]³⁹.

A resistência maior era da turma mais velha, dos profissionais em fim de carreira, que passaram a vida toda trabalhando com a ordem operacional analógica [CHACEL, 2008]⁴⁰.

Em décadas passadas, não era raro que algum jornalista, para evitar que sua máquina fosse utilizada por outro colega, levasse-a consigo quando fosse tirar férias [GUERREIRO, 2006]⁴¹. Algo impensável de se fazer com o computador, ainda mais que no início eram apenas terminais e teclados. Dada a diferença de materialidade com a máquina de escrever, o computador estabelece uma padronização nas relações entre os actantes dentro da redação, favorecendo o distanciamento, o não envolvimento, agindo muitas vezes como um adversário e não um aliado, nos momentos em que some com o texto ou dá defeito.

Apesar disso, o computador foi inicialmente apropriado como uma máquina de escrever,

39 *op. cit.*

40 Entrevista realizada em 06/03/2008

41 Entrevista realizada em 16/05/2006

um meio termo entre o que se tinha antes e o que viria mais tarde. Por exemplo, no primeiro sistema, o CSI, a tela era uma reprodução da lauda em papel, sem nenhuma marcação de diagramação. Já no segundo sistema, o Hyphen, o repórter passa a escrever o seu texto diretamente no espaço que será destinado a ele na página impressa, com tamanho, fonte, espaçamento, tudo já pré-definido. Terminado o texto, basta apertar um botão que será enviado automaticamente para o editor. Apesar disso, no início ainda havia o medo de que o texto daquela forma tão fluida poderia se perder – como não era raro acontecer -, então preferiam imprimir e entregá-lo ao editor em papel. Fora que não havia o hábito de ler e corrigir na tela e que o esverdeado dos terminais era bastante desconfortável.

Na verdade, o computador era bem limitado e visto mais como uma espécie de máquina de escrever sofisticada. A gente sentia falta do papel. Era um hábito tirar o papel da máquina para ler o que havíamos escrito. Mesmo na máquina não era a mesma coisa para quem lia. Nem sempre tínhamos impressora. A primeira que me lembro era uma matricial e o pessoal chamava de Porquinho porque o som lembrava um porco grunhindo de dor ao ser morto. No computador, a gente terminava a matéria e não se sentia satisfeito. Sempre achávamos que estava faltando algo. Até que um dia nos acostumamos [ROCHA, 2008]⁴².

Os próprios editores, acostumados a ler em papel, pediam que seus repórteres imprimissem as matérias antes de entregar-lhes. Segundo COELHO DE GRAÇA[2004]⁴³, esse procedimento durou algumas semanas até que Caban proibisse a impressão de matérias a fim de acabar com o papel e criar o hábito de se ler na tela do computador. “Foi um trabalho educacional para as pessoas pararem de imprimir. Eu naturalmente tinha de dar o exemplo, então não podia nunca pedir para ninguém imprimir a matéria”, conta COELHO DA GRAÇA [2004]⁴⁴.

42 *op. cit.*

43 *op. cit.*

44 *op. cit.*



Figura 11: Os primeiros terminais instalados na redação eram assim⁴⁵

Do editor, o texto seguia para a diagramação – no caso do CSI – ou, noutro simples apertar de botão, diretamente para a oficina – no caso do Hyphen. Foram excluídos desse processo o copidesque – já que agora o repórter deveria ter um bom texto final – e o revisor, pois o sistema de impressão off-set da redação está ligado ao da oficina e não há mais a prova tipográfica. Logo, não há mais digitação, não há mais revisão comparando o texto original com o digitado. Quanto aos diagramadores, há uma redução deles, pois a partir do segundo sistema já é possível contar com fôrmas pré-diagramadas estocadas no computador, não é mais necessário desenhar uma a uma as páginas. Com isso, a quantidade de trabalho diminui.

Com a informatização há uma mudança de entendimento do que é um bom jornalista.

45 Arquivo O Globo

COELHO DA GRAÇA [2004]⁴⁶ conta que “paralelamente à implantação dos computadores na redação foi importante fazer uma revisão geral do quadro profissional. Não era mais possível que o repórter fosse alguém que soubesse apenas apurar bem, já que a forma como a tecnologia foi adotada exigia do repórter ter também um bom texto.”

Ele aponta essa decisão como sendo a única opção possível no momento, mas no entanto a forma de adoção de uma tecnologia envolve determinadas escolhas. Essas escolhas são realizadas na fase de concepção da rede, que envolve longas negociações sobre todos os atores envolvidos. Portanto, se foi necessário mudar o perfil dos jornalistas foi porque a identidade dos usuários do sistema foi estabelecida dessa forma.

Segundo COELHO DA GRAÇA [2004]⁴⁷, a entrada do computador na redação d’O Globo foi facilitada pela escolha do sistema off-set para substituir a impressão a chumbo. Aqui ele introduz um novo vínculo para a forma como a tecnologia foi adotada no jornal. Para ele, “o declínio do JB começa com a decisão sobre impressão. No momento de trocar as máquinas e que O Globo decidiu pelo off-set, o JB resolveu seguir a decisão do New York Times, que era o modelo de jornal para o Nascimento Britto e havia optado pelas rotativas letterpress” [COELHO DA GRAÇA, 2004]⁴⁸. Segundo ele, para quem entende era óbvio que a substituição da composição a chumbo pelo computador iria ser muito mais rápida do que letterpress para o computador. Isso devido ao investimento necessário e à mudança de concepção; enquanto que para O Globo foi só uma mudança de sistema, a eliminação do chumbo. “É possível tomar a decisão de trocar as máquinas de escrever por computador e realizá-la no prazo de um ano, mas não é possível trocar todas as rotativas letterpress por off-set no mesmo prazo”, explica. “Esses anos que O Globo se antecipou com o off-set foram decisivos no momento em que se quis introduzir o computador na

46 *op. cit.*

47 *op. cit.*

48 *op. cit.*

redação.” A diferença é que com o off-set é possível fazer a redação comunicar-se com a oficina, enquanto que com a rotativa letterpress o sistema de computador tinha de ser produzido para gerar uma chapa de chumbo. No caso do JB houve a necessidade de utilizar-se um sistema intermediário que produzia um simulacro de telha de chumbo que pegava o resultado do trabalho do computador e transformava em alto relevo.

4.3. Os computadores têm política

A relação entre a tecnologia da oficina e a da redação com a utilização do computador apresenta similaridades com a entrada da máquina de escrever nos jornais, na década de 40. Em ambos os casos utilizou-se um discurso respaldado em questões técnicas como forma de arregimentar aliados para as mudanças promovidas. Tanto o computador como a máquina de escrever são transformados, via discurso, em ponto de passagem obrigatório para que a produção do jornal fosse agilizada. Segundo CONY apud BALDESSAR [2003]:

O Globo havia comprado máquinas impressoras mais modernas e os novos funcionários começaram a reclamar da letra de alguns jornalistas. A constatação de que os textos datilografados facilitavam a leitura dos revisores e agilizam o processo de produção contribuiu para instituir o uso da máquina de escrever na redação [p..41].

Cabe-nos chamar a atenção para o fato de que mudanças tecnológicas expressam motivações humanas, entre as quais o desejo de alguns de dominar outros, mesmo que isso exija um ocasional sacrifício na redução de custos [WINNER, 1986]. No caso da adoção da máquina de escrever, percebemos que os revisores foram priorizados em sua atividade, tendo os repórteres de se apropriarem da nova tecnologia. Nenhuma mudança é neutra e, aqui, os repórteres cederam em prol dos revisores. Já na informatização da redação do Globo, o que se pode perceber é que a implantação de uma nova tecnologia

serviu para promover mudanças que não são intrínsecas a ela e que, desta vez, privilegiaram o repórter em detrimento dos copidesques e dos revisores.

Intensificou-se um movimento que já existia, no sentido de exigir dos repórteres a capacidade de produzirem texto final e participarem, quando possível, do fechamento. Esse era um objetivo antigo, mas certamente ficou mais fácil atingi-lo com o novo sistema [GARCIA, 2007]⁴⁹.

Pois não é o computador que traz em si essas consequências. Elas advêm das escolhas feitas no momento da sua implantação. ROCHA [2008]⁵⁰ destaca outra questão importante sobre a forma como o computador foi incorporado à redação do Globo, lembrando que, anteriormente, os jovens eram pouco ouvidos e, com exceções, era difícil achar um editor com menos de 40 ou 50 anos:

Os donos de jornais e seus editores-chefes não mesclaram, na proporção devida, os talentos jovens e os talentos mais experientes, a garotada que realmente nasceu para aquilo e os dinossauros mais pró-ativos. O importante era incentivar os mais novos, mas não se pensou muito nos mais antigos. Entendo que houve casos de intolerância e falta de visão de futuro de parte a parte. Tanto dos aquários quanto dos veteranos que se julgavam detentores da verdade absoluta. As redações no início e em meados dos anos 70 eram mais equilibradas em termos de faixa etária. Hoje você entra num jornal e raros jornalistas têm mais de 40, 45, 50 anos. Cadê a mescla?

Acostumamos-nos a pensar nas tecnologias como ferramentas neutras que podem ser usadas de forma positiva, negativa ou algo intermediário. Mas não pensamos que um determinado artefato ou fato tecnológico possa ser adotado de tal forma que ele produza um conjunto de consequências lógicas e temporalmente anteriores a seu uso. Isso significa dizer que os artefatos têm política.

There are, however, good reasons to believe that

49 Entrevista realizada em 16/01/2007

50 *op. cit.*

technology is politically significant in its own right...by the term "politics" I mean arrangements of power and authority in human associations as well as the activities that take place within those arrangements [WINNER, 1986].

Se o movimento de fazer o repórter assumir mais funções dentro da redação era uma vontade da direção do jornal anterior à implantação dos computadores, logo esse era um fator presente já no momento de decisão sobre qual sistema adotar para O Globo. E a escolha do CSI, portanto, se dá considerando-se a possibilidade de fazer o repórter mais atuante no fechamento do jornal e excluindo do processo o copidesque e o revisor da forma como eram conhecidos até então.

Sim, a informatização pegou em cheio os redatores, mas a verdade é que esta função estava mesmo se esgotando. Tínhamos, há tempos, tanto no JB quanto no Globo, editores e editores-chefes que pensavam que o repórter novo, mais bem formado, alguns com outras especializações acadêmicas além do diploma de jornalismo, seria o remédio para todos os males. E alguns redatores não ajudavam muito a evitar essa solução, pois - como em todas as atividades - alguns se acomodavam [ROCHA, 2008]⁵¹.

Cada editoria tinha seus próprios redatores, mas TAVARES [2006]⁵² lembra que houve um período intermediário em que foi criado um mesão onde ficavam todos os redatores do jornal, que iam sendo ocupados pelos editores à medida em que havia necessidade: “Percebeu-se, então, que havia muito ociosidade, então houve um enxugamento de redatores”. Depois desse período, os copidesques que permaneceram na função voltaram a ser os velhos redatores de antes da importação do modelo norte-americano. Em vez de corrigir e colocar no padrão os textos dos repórteres – que agora são reponsáveis pelo texto final – esses redatores produzem textos para quadros explicativos dentro das matérias, de contextualização do assunto a partir de reportagens já publicadas. Além disso, escrevem matérias nas quais é necessário fundir textos de dois repórteres. Mas

51 *op. cit.*

52 Entrevista realizada em 30/10/2006

muitos dos copidesques foram promovidos a sub-editores, encarregados do fechamento das páginas, já que com o aumento do número de cadernos e páginas, os editores ficaram sobrecarregados. Só para se ter uma idéia, antes da implantação do sistema off-set – que permitiu posteriormente a adoção dos computadores – eram produzidos dois cadernos, num total de 48 páginas diárias. Já a partir de 1978, passaram a ser produzidos quatro cadernos, num total de 72 páginas diárias. Como esses profissionais eram mais velhos, mais experientes e já não tinham mais o pique de ir para a rua atrás de notícia, foram aproveitados como sub-editores. COELHO DA GRAÇA [2004]⁵³ lembra que houve redatores que saíram de lá para serem editores de conteúdo de revistas, que ainda mantinham essa função. Com a eliminação da etapa de copidesque das matérias, diz COSTA [2007]⁵⁴, “aumentou o nível de responsabilidade do editor, já que antes ele a dividia com o redator e agora é tudo decisão dele”. Outros redatores/copidesques foram assimilados por assessorias de imprensa, agências de publicidade ou empresas. “Os redatores encolheram nas redações, mas surgiram esses outros espaços de trabalho para eles” [TAVARES, 2006]⁵⁵.

O copidesque era o jornalista mais experiente, com senso crítico, capacidade intelectual. O salário era maior e o horário de trabalho – das 16 às 23 horas ou das 17 às 24 horas - permitia que tivessem outras atividades. Muitos escritores e dramaturgos passaram pelo copi do Globo [ABREU JÚNIOR, 2008]⁵⁶.

Em relação aos revisores, a mudança foi mais drástica: de 45 profissionais que existiam anteriormente apenas quatro permanecem hoje em dia. Antes da chegada dos computadores havia um setor na Secretaria Gráfica com mesas para as duplas de revisores, que comparavam o original e a prova tipográfica, frente a frente. Atualmente eles ficam na própria redação e, como não são feitas mais provas antes da impressão, são

53 *op. cit.*

54 *op. cit.*

55 *op. cit.*

56 Entrevista realizada em 10/03/2008

responsáveis por revisar na tela do computador a primeira e segunda páginas, as páginas de Opinião e as colunas Gente Boa, Panorama Econômico e Ancelmo Gois, além de lerem todo o jornal já impresso para controle de qualidade. Os revisores eliminados do processo foram trabalhar em editoras e agências de publicidade exercendo a função. Para NEVES [2007]⁵⁷, que ainda trabalha no Globo como revisor, “a função é a mesma de antes, só que com mais responsabilidade”. E, sobre o computador, “só vejo vantagens, a principal é ter o material gravado por tempo indeterminado”. É preciso levar em conta que Neves é um dos quatro revisores que permaneceu no jornal. Segundo ABREU JÚNIOR [2008]⁵⁸, “o processo de substituição foi gradual, já que não houve formação de novos revisores e os que saíram do processo foram para as editoras”.

A relação do jornalista com a fotografia também sofreu mudanças com a entrada dos computadores. Para fazer as legendas, o copidesque recebia do diagramador a indicação do tamanho que deveriam ter juntamente com uma fotocópia da foto. Além da legenda, era preciso escrever ao lado os comandos para impressão da mesma. A mudança de sistema da redação permitiu que fosse criado um banco de fotos, em sistema de thumbnails, onde é possível ver a imagem para fazer a legenda. Com o comando “ctrl + i”, são obtidas informações sobre as fotos, com nome do fotógrafo, personagens, situação e local. “Particularmente, eu gosto de olhar a página pra ver as fotos escolhidas e qual a localização delas, isso é importante para 'casar' legenda e imagem no caso de matérias com mais de uma foto, evitando colocar a legenda de uma foto na outra”, relata SOARES [2007]⁵⁹, redator do Globo. Outros redatores localizam a foto por um código escrito em cima das fotos. Nesse código, estão o dia da edição, a editoria e a página.

Os diagramadores da redação só começaram a diminuir em número com o segundo

57 Entrevista realizada em 28/05/2007

58 *op. cit.*

59 Entrevista realizada em 29/05/2007

sistema implantado, em 1990, dessa vez já em PCs: o Hyphen-Goodnews que, além de ser editor de texto e sistema de mensagens como o CSI, tinha também funções de paginação. A partir daí, os diagramadores passaram a desenhar fôrmas de páginas que ficam arquivadas e são posteriormente escolhidas pelos editores ou colunistas. Apenas páginas importantes, como a capa, são diagramadas no computador no próprio dia do fechamento. E quanto aos pauteiros?

perderam sua razão de ser depois que a informação em tempo real, as agências de notícias dos grandes jornais e os e-mails das assessorias de imprensa ofereceram a possibilidade de se produzir um jornal inteiro sem praticamente sair da redação [COSTA, 2005, p.194].

4.4. A valorização do repórter

O repórter, que durante muito tempo participou apenas da etapa inicial do “fazer jornalismo” - a apuração - aos poucos foi sendo trazido para fazer parte de todo o processo de se produzir um jornal diário. COELHO DA GRAÇA [2004]⁶⁰ conta que os repórteres que eram basicamente apuradores - e estavam concentrados principalmente nas editorias de Polícia e Cidade - foram eliminados logo no início. “Eram repórteres que não tinham diploma de jornalismo”, assinala. Esses repórteres, segundo GUERREIRO [2006]⁶¹, foram os que tiveram mais dificuldade em ter um bom texto final. “Isso fez com que muitos repórteres fossem estudar”, completa, citando os cursos de atualização oferecidos pelo Sindicato dos Jornalistas e pela Associação Brasileira de Imprensa.

Para COELHO DA GRAÇA [2004]⁶², o computador multiplica a capacidade de apuração do repórter. Ele diz que a nova tecnologia muda mais a apuração do que o texto do jornalista. “Antigamente tínhamos que recorrer ao Almanaque Abril ou à Enciclopédia

60 *op. cit.*

61 *op. cit.*

62 *op. cit.*

Britânica, hoje com o computador e o acesso à Internet é possível fazer uma matéria melhor”, exemplifica. DE LUCA [2003]⁶³ concorda que o computador como ferramenta de trabalho é imprescindível. “Você chegava na redação, tinha que ler um arquivo de coisas para se inteirar do que estava acontecendo, lia aquele catatau de material e ia embora. Agora há a internet”, relata. Além disso, diz que “o computador muda a forma de pensamento do jornalista. Você vai jogando as idéias e depois dá o formato final, e isso faz toda a diferença”.

A forma de recrutamento dos profissionais também mudou. O então editor-chefe d'O Globo revela que se anteriormente o jornal buscava o malandro, o vagabundo, aquele que tinha contatos que podiam render matéria para o jornal, a partir desse momento o alvo é outro. “Aquele lado folclórico da redação morreu”, sentencia. Ainda segundo COELHO DA GRAÇA [2004]⁶⁴, O Globo foi o primeiro jornal a implementar o sistema de vestibular para estagiários. Os melhores alunos das faculdades de jornalismo eram convidados a realizar uma prova de seleção para entrarem no jornal. A prova servia para averiguar quais candidatos melhor se adequavam ao novo perfil do profissional, um perfil que teria de dar conta das tarefas realizadas anteriormente por três funções: repórter, copidesque e revisor. Dessa forma, o jornal treinava seus futuros jornalistas de acordo com suas necessidades.

A valorização do repórter promovida pelo computador pode ser percebida pelo aumento do número de matérias assinadas.

No tempo das máquinas de escrever, em que o repórter dividia a autoria do texto com o redator e o revisor, era mais difícil uma matéria sair assinada, já que era praticamente uma autoria coletiva. Com a informatização e o repórter sendo o responsável pelo texto final essa situação mudou. Hoje o repórter

63 Entrevista realizada em 20/02/2003

64 *op. cit.*

é o único autor de sua matéria [COELHO DA GRAÇA, 2004]⁶⁵.

FARIA [2006]⁶⁶ concorda: “antes o texto não era de ninguém”. TAVARES [2006]⁶⁷ vai além e diz que os repórteres passaram a gostar de serem donos do produto final e não terem mais sua matéria cortada ou modificada por outro: “houve corte de postos de trabalho mas também houve a qualificação da autoria”. GUERREIRO [2006]⁶⁸ diz que o computador desnuda o repórter: se ele sabe escrever bem isso vai aparecer, se não sabe vai aparecer também. “O computador exclui quem tem texto ruim”, diz, “pois se apertasse o botão por engano poderia enviar ao editor a matéria que ainda não estava boa”. Não é o computador que exclui, essa não é uma decisão da tecnologia e sim da direção do jornal que, na sua escolha, caracterizou o computador com tal política.

Para CHACEL [2008]⁶⁹, o computador permitiu armazenar a produção que, antes, ia para o lixo.

Então, qualquer um poderia reaproveitar ou atualizar um determinado material que, eventualmente, não tivesse sido publicado. Com o armazenamento em uma plataforma coletiva, mesmo que burra, dependente de um computador central, a produção não estava apenas na cabeça de um, mas à disposição de muitos jornalistas.

No entanto, ABREU JÚNIOR [2008]⁷⁰ diz que a disponibilização da produção no computador gerou um outro problema: a perda de controle da matéria por parte do repórter.

65 *op. cit.*

66 Entrevista realizada em 30/10/2006

67 *op. cit.*

68 *op. cit.*

69 *op. cit.*

70 *op. cit.*

Como os repórteres não ganhavam para fazer matérias para a Rádio de a Agência, muitos não colocavam as respectivas vias datilografadas nas caixinhas direcionadas a esses meios. Com o computador, perde-se o domínio da matéria, já que a nova tecnologia abre um acesso da Rádio e da Agência a essas matérias.

DE LUCA [2003]⁷¹ diz que o jornal perdeu um pouco no estilo, porque o repórter tem menos tempo para pensar. Mas também vê o processo como inevitável. “A informática é importante para o jornalista porque o negócio dele não é vender jornal, é vender informação”, sentencia. Em outras palavras poderíamos dizer que o negócio de um veículo de comunicação não é vender átomos e sim bits [NEGROPONTE, 1995], já que o que importa é a informação que ele carrega e não a forma em que se apresenta. E bits são os elementos com o que os jornalistas passam a lidar diretamente após a adoção dos computadores na redação.

Há quem perceba que a adoção dos computadores teve como efeito a diminuição no tamanho dos textos. “As matérias ficaram menores, com até 30 linhas, e se fosse necessário colocava-se um box”, conta MALHEIROS [2006]⁷². Aliás, retirar partes do texto que ficou muito grande e transformá-lo em box tornou-se uma prática após o computador, já que anteriormente seria necessário reescrever a matéria toda novamente. O que se pode perceber ao analisar edições anteriores à adoção dos computadores na redação do Globo é que as matérias tendiam a ser mais prolixas, com grande espaço para o *fait divers*⁷³ e diagramadas em corpo de letra menor. Pesquisas demonstram que os leitores têm buscado informações que possam lhe trazer ganho imediato e, por terem cada vez menos tempo para a leitura dos jornais, estariam se tornando mais seletivos e pragmáticos [ABREU, 2002]. Logo, um texto curto se tornaria mais atrativo para o leitor

71 *op. cit.*

72 *op. cit.*

73 Notícia cotidiana que desperta interesse do leitor por seu caráter insólito ou extraordinário, como a briga de rua e o crime passional.

e atenderia mais rapidamente à sua necessidade de informação.

O computador trouxe rapidez à produção do texto. COSTA [2007]⁷⁴ lembra que, com a máquina de escrever, costumava-se levar até uma hora e meia para começar a escrever a matéria, bolar a estrutura, pensar na abertura e encaixar. “O copia e cola te liberta, dá para escrever mais rápido. As matéria são mais encadeadas”, comenta. A facilidade em mudar a ordem ou corrigir palavras costuma ser citada como a grande vantagem do computador em relação à máquina. Para CHACEL [2008]⁷⁵, o computador oferece a possibilidade de articular mais informações em uma mesma reportagem. ROCHA [2008]⁷⁶ diz que o computador era melhor para acertar as idéias e que, com isso, foi “o fim das laudas rabiscadas, sujas, emporcalhadas, rasgadas de tanta correção”. ABREU JÚNIOR [2008]⁷⁷ concorda que o computador tenha “limpado o texto”: “Antes era cheio de 'x' sobre os erros, setas mudando os parágrafos de lugar, folhas coladas. Hoje em dia está limpo, mas também não espelha o esforço do repórter . COSTA [2007]⁷⁸ vai além: “antes o nível de erro era maior pois dava muito trabalho corrigir tudo. Hoje o texto é mais redondo. O que há são erros de digitação”. Já TAVARES [2006]⁷⁹ afirma: “não tenho o menor saudosismo, hoje em dia se escreve muito melhor já que é possível mexer no texto à vontade para melhorá-lo”. Visto que não há revisores para todo o jornal – pelo menos não antes de ser impresso – esses erros de digitação acabam indo para os leitores. E os erros de redação que anteriormente eram corrigidos pelo copidesque? Pode-se pensar no revisor ortográfico do computador como um substituto para aquele profissional – um recurso bem mais barato para os jornais. No entanto, “o revisor ortográfico, pode ser bom ou derrubar o repórter, já que cria a falsa idéia de que é capaz de corrigir as coisas” [ABREU

74 *op. cit.*

75 *op. cit.*

76 *op. cit.*

77 *op. cit.*

78 *op. cit.*

79 *op. cit.*

JÚNIOR, 2008]⁸⁰. Mas a responsabilidade pela qualidade do texto passa a ser toda do repórter, com alguns mecanismos de detecção de erros pós-publicação, o que funcionaria mais como um aprendiz. É o caso de “Algumas incorreções que saíram no jornal”, crítica de cada edição criada por Luiz Garcia ainda no tempo da máquina de escrever, mas que com o computador pôde ser mais facilmente distribuída a todos rapidamente. Posteriormente, migrou também para o jornal impresso sob o nome de “Autocrítica”, uma espécie de ombudsman, conceito inaugurado na imprensa brasileira pelo jornalista Caio Túlio Costa, que estreou na função na Folha de São Paulo em setembro de 1989 – ocasião em que o jornal já tinha promovido a informatização de sua redação. E, como já foi citado, os revisores que permaneceram na redação também fazem a leitura do jornal já impresso. O que aconteceu foi a eliminação de uma etapa anterior à impressão – que era realizada pelo copidesque – e a intensificação de formas de avaliação do material já publicado.

Se o computador permite rapidez na produção do texto, esse tempo economizado não reverte para o jornalista, já que é cobrado dele uma quantidade maior de matérias. “Vendeu-se a idéia de que o computador reduziria o tempo de produção, haveria mais tempo para a apuração e para redação, queimaria etapas. Pensavam que era infalível, mas por conta das falhas encurtou-se o tempo da produção [ABREU JÚNIOR, 2008]⁸¹.

CHACEL [2008]⁸² diz que

havia a falsa esperança de que o computador traria mais tempo para a reflexão que toda a prática jornalística deveria exigir (...) o computador foi utilizado não para elevar a mencionada qualidade, mas, sim, para elevar a produtividade.

Esse tempo ganho com a mudança de tecnologia é apropriado pelo jornal que, com isso,

80 *op. cit.*

81 *op. cit.*

82 *op. cit.*

consegue aumentar o rendimento do profissional e não precisa fazer novas contratações. “A cobrança por quantidade acaba matando a qualidade. Não há grandes furos, pois esses exigem dedicação”, explica MALHEIROS [2006]⁸³. É importante ressaltar que o acúmulo de tarefas sobre o repórter não é uma característica da tecnologia e sim advém da forma escolhida para implantá-lo nesse jornal.

Um dos grandes temores em relação ao texto no computador era que sumisse da tela de um momento para outro. Isso porque havia o desconhecimento da tecnologia, a rede elétrica costumava dar pane desligando os monitores e houve uma mudança de materialidade. Se o papel já era velho conhecido e podia ser controlado, a tela de fósforo verde era ainda um mistério. Não raras foram as vezes em que repórteres tiveram de reescrever todo o texto porque algum problema técnico apagava todo o conteúdo. Pois esse acaso, não previsto pelos jornalistas, forçou a criação de um hábito até então inexistente no processo: salvar o documento.

A introdução de novos meios de comunicação e/ou transporte é acompanhada de um período no qual as metáforas disponíveis revelam-se incapazes de expressar os novos meios [ROCHA, 1998, p.181].

Se os jornalistas já tinham o seu vocabulário específico da profissão, tiveram agora de aprender um novo, relacionado à informática. Palavras novas como salvar e deletar foram introduzidas, outras foram substituídas, como lauda por tela, paucas por centímetros. E novas expressões foram criadas para representar essa mudança, que não foi apenas tecnologia mas, principalmente, na cabeça das pessoas. É o caso de “mouse de Parkinson”, expressão criada na ocasião da mudança de sistema do CSI para o Hyphen, que roda em Windows, para designar o novo acessório que deixou muita gente sem coordenação motora.

83 *op. cit.*

Capítulo 5 – Das pretinhas às branquinhas⁸⁴

Era uma pequena sala, mais comprida que larga, com duas filas paralelas de minúsculas mesas, em que se sentavam os redatores e repórteres escrevendo em mangas de camisa. Pairava no ar um forte cheiro de tabaco; os bicos de gás queimavam baixo e eram muitos.

O espaço era diminuto, acanhado, e bastava que um redator arrastasse um pouco a cadeira para esbarrar na mesa de trás, do vizinho. Um tabique separava o gabinete do diretor, onde trabalhavam o secretário e o redator-chefe; era também de superfície diminuta, mas duas janelas para a rua davam-lhe ar; desafogavam-no muito. Estava na redação do O Globo, jornal de grande circulação, diário e matutino, recentemente fundado e já dispondo de grande prestígio sobre a opinião.

(Recordações do Escrivão Isaías Caminha,

Lima Barreto, 1995, pp.83/84)

A redação jornalística descrita acima sob o nome fictício de O Globo por Lima Barreto em seu primeiro romance, lançado em 1909, é a do jornal Correio da Manhã, periódico fundado no Rio de Janeiro em 1901 e onde o autor já havia trabalhado. Mesmo sendo um O Globo ficcional, o retrato apresentado por Lima Barreto espelha como eram as redações no início do século XX, inclusive do próprio jornal O Globo, que só seria lançado 16 anos depois.

O jornal que compramos na banca é a pontualização de uma rede que se desmembra na redação. Uma rede formada por atores humanos e não-humanos em interação constante. Essa rede mobiliza outras redes para que o produto jornal possa ser distribuído e vendido como um “objeto” de fronteiras definidas e desembaraçadas, como a rede da direção da empresa jornalística, a rede da impressão, a rede dos anunciantes, a rede da distribuição e

⁸⁴ Branquinhas numa referência à maioria dos teclados de computador que foram produzidos nessa cor.

a rede dos jornalheiros, por exemplo. LAGE [2001] nos apresenta uma tradução para essa relação entre as redes, mas é preciso estar ciente de que não é a única possível, nem exclui uma multiplicidade de outras, todas atraentes, sob o risco de nos tornarmos reducionistas:

Relação triangular em que o produtor de informação busca atrair o interesse de um público, que retribui consumindo produtos do sistema econômico-ideológico. Este gratifica o produtor de informação com verbas publicitárias, financiamentos e apoio social [p.31]

As empresas jornalísticas, segundo ERBOLATO [1978], dividem-se em três grandes setores: a administração, a redação e a oficina. À administração compete a orientação financeira da firma, contratação e demissão de empregados, campanhas de relações públicas, compra de materiais permanentes e de consumo, execução de venda avulsa, angariação de publicidade e de assinaturas. A redação é a responsável pela produção das notícias, reportagens e demais textos jornalísticos, procurando sempre melhorá-lo com a inclusão de novos serviços e a ampliação da rede de sucursais e correspondentes. Além disso, orienta intelectualmente o jornal sugerindo à administração a admissão de empregados e a contratação de colaboradores e agências. Enquanto que a oficina se encarrega de produzir o jornal fisicamente, imprimindo-o em papel. Essa divisão serve a alguns propósitos como, por exemplo, para definição de funções e organização da folha de pagamento, no entanto não passa de uma outra tradução dentro de uma multiplicidade possível. ABRAMO [1988] divide o jornal em apenas duas operações qualitativamente diferentes, numa utilização da metáfora da fábrica: uma de entrada de notícias e materiais (produção) e outra de saída (edição). Seguindo essa divisão, os repórteres – assim como os pauteiros - fariam parte da operação de entrada, responsáveis pela apuração das informações e redação dos textos. Já os copidesques – responsáveis por padronizar o texto a ser publicado -, estariam na operação de saída, juntamente com diagramadores, revisores e editores. Mas é preciso lembrar que essas são apenas três formas de se dividir

as atividades dentro de um jornal diário, não excluindo outras possibilidades de acordo com os interesses envolvidos e o rendimento que cada uma fornece. O próprio O Globo (16/01/1992), por exemplo, dividia da seguinte maneira seus processos internos após a informatização da redação:

1. *Redação (textos e fotos) – Publicidade (anúncios);*
2. *Fotocomposição (quatro máquinas que transformam o texto eletrônico em papel fotográfico) – Fotomecânica (para as fotos serem reticuladas e os anúncios produzidos);*
3. *Montagem (funcionários montam os textos, fotos ou ilustrações e anúncios numa folha-diagrama (past-up));*
4. *Fotomecânica (onde o past-up é fotografado, obtendo-se então o negativo da página)*

Início da área industrial:

5. *Sala de chapas (onde os negativos entram numa processadora de chapas. As chapas de alumínio são copiadas, reveladas e, a seguir, têm suas extremidades vincadas numa dobradora para possibilitar a montagem nos cilindros da impressora);*
6. *Impressão (na rotativa é definida a passagem do papel, programada a paginação e pré-ajustado o balanceamento tinta/umectação. Durante a rodada, os exemplares que saem da dobradeira são levados por uma esteira transportadora num fluxo contínuo até a ...)*
7. *Expedição (onde os jornais são contados e empilhados em pacotes. Após a manipulação e rotulagem, os pacotes passam pelas amarradeiras e descem por uma calha para a área da...)*
8. *Distribuição (os pacotes entram em caminhões por meio de uma esteira, obedecendo a um roteiro previamente programado, e são arrumados para a remessa).*

E, para nos ajudar a entender de que forma a redação moldou e foi moldada pela nova tecnologia, é preciso analisar as características do primeiro sistema a ser implantado no Globo.

5.1. O CSI em foco

Ao olharmos para uma tecnologia temos a ilusão de que ali está presente uma unicidade. O que identificamos como a tecnologia X ou Y é, na verdade, uma singularidade extraída de sua multiplicidade por meio de mecanismos de coordenação. A coordenação faz com que elementos que a princípio estariam separados sejam relacionados e colocados juntos de forma a compor um único objeto. Assim, um objeto coordenado é constituído por uma série de partes que podem ser observadas como uma unicidade. Aqui, no entanto, estaremos fazendo o caminho inverso: o computador na redação do O Globo será analisado a partir de seus elementos separados, e não coordenados. Queremos lembrar que estamos nos propondo a abrir a caixa-preta, por isso é necessário desfazer a coordenação observada. E a forma como o computador foi apropriado pelos jornalistas tem a ver com a escolha do sistema a ser implementado e o que esse sistema permitia que fosse feito. O sistema CSI, primeiro a ser implementado na redação de O Globo, em junho de 1985, é muito mais do que apenas um sistema.

Podemos identificar, nesse momento, o problema da diferença – ou problema da multiplicidade -, como nos coloca LAW [2002]:

a reader who insists on being naive is likely to find that he or she is dealing not with a single object but rather with an endless series of different objects, objects that carry the same name [...] but which are quite unlike one another in character [p. 15].

O CSI era um sistema hierárquico. A hierarquia existente na redação era reproduzida no sistema. O repórter tinha direito a ler, escrever, mas não podia apagar as matérias – nem mesmo as suas, a menos que ainda estivessem em seu arquivo pessoal e não as tivesse enviado para o diretório dos copidesques (que nesse primeiro momento ainda existiam).

Ele não tinha mais acesso às matéria que haviam ido para o editor, só se este retornasse a matéria para que o repórter fizesse alguma modificação. O editor, por sua vez, podia ler, escrever, eliminar matérias, ler determinadas mesas de outras editorias. Podia também acessar determinada matéria no momento em que o repórter ainda estava escrevendo-a, inclusive para saber quanto tempo este levava para redigir. Temos então uma versão avançada tecnologicamente do panóptico de Foucault, permitindo que editores controlassem o trabalho dos repórteres sem serem vistos. “O sentimento de repressão se tornou mais óbvio dentro da reportagem. Se antes a cobrança do editor era em cima do copidesque, com a eliminação deste o repórter passou a ser mais pressionado. Costumávamos dizer que tínhamos o ‘olho de Moscou’⁸⁵ sobre eles”, revela COELHO DA GRAÇA [2004]⁸⁶.

BRAUNE [2003]⁸⁷ admite que “algumas pessoas tinham acessos especiais e isso gerava ciúmeira. Havia muito estresse”. Esse primeiro sistema acabou com o canal que existia entre a redação e a área industrial. Ele agilizou a edição do texto ao transmiti-lo diretamente sem que houvesse necessidade de se carregar as laudas para a área gráfica.

De acordo com BRAUNE [2003]⁸⁸, a primeira editoria a ser informatizada teria sido a de esportes por dois motivos: a proximidade com a Copa do Mundo de 1986 e por não ser uma das editorias mais problemáticas – entenda-se como problemática a editoria com um volume grande de informação e muito dinâmica, como a Grande Rio.

O CSI foi todo desenvolvido especialmente para O Globo a partir das especificações

85 A declaração do editor-chefe do O Globo, numa referência à Guerra Fria, guarda estreita relação com o surgimento dessa tecnologia. EDWARDS (1996, p.1-2) alega que a trajetória histórica do desenvolvimento do computador não pode ser separada da grande estratégia americana na Guerra Fria: “...such systems constituted a dome of global technological oversight, a closed world, within wich every event was interpreted as part of a titanic struggle between the superpowers”.

86 *op. cit.*

87 *op. cit.*

88 *idem*

fornecidas pela equipe. Até mesmo o teclado e as inscrições nas teclas foram desenhados segundo suas necessidades, como a acentuação na língua portuguesa. A predominância era de termos portugueses – como “enviar” no lugar do “enter” – mas alguns como “reset” permaneceram, causando desconforto nos jornalistas. “Havia também algumas teclas do que era onde guardavam-se seus arquivos pessoais, mas ninguém confiava porque não funcionava mesmo direito”, cita BRAUNE [2003]⁸⁹.

No sistema de mensagens só era possível comunicar-se com pessoas da mesma editoria. Algumas pessoas como os chefes tinham acesso a todos, o que era visto como uma grande liberdade, poder conversar com todo mundo. O sistema permitia que se enviasse a mensagem para todo mundo, para uma única pessoa ou para três ao mesmo tempo. Quando ela chegava soava um apito na tela do destinatário e até que ele a lesse poderia ser apagada. Não raro na hora da digitação o jornalista cometia algum equívoco e a mensagem era enviada para todos, em vez de para apenas uma pessoa. Braune era a única que tinha o controle de apagar a tal mensagem e, constantemente, alguém irrompia pela sua sala pedindo que apagasse uma determinada mensagem. “A possibilidade de eles, via computador, falarem diretamente com as chefias era algo que lhes agradava”, revelou BRAUNE [2003]⁹⁰. Essa prática com o sistema de mensagens serviria como aprendizado para quando da introdução da internet e do correio eletrônico.

A ditadura militar já estava agonizando, mas ainda existia e nas mensagens essa comunicação também podia ser uma forma de romper com aquele clima meio de terror. Lembro que tinha gente que não mandava mensagens porque a chefia podia ter acesso. E lembro também das mensagens que um podia enviar para todas as pessoas de sua editoria ou até do jornal inteiro, mensagens que podiam ter fundo sindical. Teve gente demitida porque avisou, por mensagem, que haveria alguma reunião no Sindicato ou na ABI [ROCHA, 2008]⁹¹.

89 *op. cit.*

90 *idem*

91 *op. cit.*

Apesar de muitos que viveram esse período guardarem lembranças de fatos ocorridos na redação, as informações sobre quem seriam as pessoas envolvidas já não estão mais tão vívidas – algumas lembranças, inclusive, são lembranças de outros que foram sendo transmitidas no meio.

Por não haver estações de trabalho e o sistema ser todo centralizado em um servidor, cabia a Braune ser a responsável pelos logins e senhas de todos. Isso gerava um mau estar na redação pois havia a desconfiança entre os jornalistas de que ela utilizaria esse poder para infiltrar-se nas mensagens de cada um. COELHO DA GRAÇA [2004]⁹² confessa que não usava o sistema de mensagens, preferia levantar e ir até a mesa do repórter. “Editor-chefe tem de ficar zanzando na redação”, diz.



Figura 12: Redação do Globo em 1987, dois anos após os computadores substituírem as máquinas de escrever⁹³

Eram 155 terminais na redação, insuficientes para todos. Editores, sub-editores e redatores tinham seus próprios terminais, mas os repórteres tinham de disputar quem escreveria primeiro a sua matéria. A partir das 17 horas, quando começavam a voltar de

92 *op. cit.*

93 Arquivo O Globo

suas apurações, faziam fila para utilizar os terminais. Alguns critérios norteavam a utilização dos computadores: suplementos semanais que já haviam sido fechados no dia anterior cediam seus terminais para as demais editorias. Os repórteres dos jornais de bairro não poderiam usar os terminais após esse horário, tendo de deixar lugar para quem escrevia para editorias diárias.

O problema se agravava quando o sistema ficava fora do ar, às vezes até por uma hora, e quando retornava todos, já atrasados, tinham de bater suas matérias. E, ao utilizarem todos os terminais ao mesmo tempo, o sistema sobrecarregava e não raro caía novamente. COELHO DA GRAÇA [2004]⁹⁴ lembra que a dependência da energia era pior do que a dependência do sistema, “pois na maioria das vezes a queda do sistema acontecia por queda da energia”. Pode-se perceber aqui que a tecnologia é modificada quando inserida em um contexto de país de terceiro mundo. A forma como é apropriada pelos jornalistas e os efeitos relacionados à sua utilização estão intimamente ligados ao número insuficiente de terminais – devido a questões financeiras - e à diferença nas condições de fornecimento de energia elétrica no Brasil em relação a outros países. A relação jornalista-computador, portanto, configura-se num ambiente hostil já que, é importante frisar, independente dos problemas ocorridos, o editor cobrava a produção das matérias da mesma forma. Aqui, mais uma vez vemos a rede do editor-chefe mostrando-se mais extensa do que as dos jornalistas. Suas associações são mais fortes, resistem mais, isso o torna um ator mais forte que os demais.

O sistema permitia que as matérias fossem enviadas diretamente dos terminais para as fotocompositoras, já com as medidas exatas de textos, legendas e títulos para ocuparem os espaços de páginas predeterminadas, acelerando o processo de edição. VIANNA [1992] lista outras vantagens do CSI:

94 *op. cit.*

- mecanismo que move automaticamente as palavras incompletas para a próxima linha assim que atinge o final desta, eliminando o comando de retorno no fim de cada linha e, desta forma, aumentando a velocidade da digitação;
- divisão de tela: um texto pode ser mostrado em até quarenta linhas;
- duplicação da tela: o texto mostrado de um lado pode ser reescrito do outro lado da tela;
- o texto pode aparecer na tela em caixa alta e baixa, com caracteres em claro, negrito, grifo e grifo-negrito;
- mostra, a qualquer momento, a lista de matérias de determinada área ou de todas as áreas do jornal, inclusive as de sucursais e correspondentes;
- insere observações em quaisquer partes do texto que não devem ser fotocompostas;
- transfere blocos de texto para qualquer ponto deste mesmo ou de outro texto;
- possui arquivos pessoais que só podem ser vistos mediante a identificação do próprio usuário, e arquivos universais, destinados à consulta de todos os usuários da redação [p.80].

DE LUCA [2003]⁹⁵ lembra que um dos maiores problemas enfrentados no início da relação computador-jornalista foi a possibilidade de o profissional perder o seu material a qualquer momento. Não havia ainda o hábito de se salvar o documento no computador de tempos em tempos prevendo alguma possível falha no sistema, já que com a folha de papel na máquina de escrever isso nunca poderia acontecer. Não raros foram os casos em que o repórter levantava de seu lugar para tomar um café e quando retornava a tela do computador estava vazia, sem sinal da matéria.

Outro problema enfrentado pelos jornalistas foi a construção dos títulos. Acostumados, com a máquina de escrever, a utilizar pontinhos batidos na lauda para orientar o tamanho do título, sentiam-se incapacitados de realizar a mesma tarefa no computador. A solução encontrada pelo pessoal do treinamento foi estimular o uso dos mesmos pontinhos,

95 *op. cit.*

transferindo o antigo hábito para a nova tecnologia. “Muita gente passou a usar o computador como uma máquina de escrever de luxo; porque só conseguia pensar daquela forma”, conta DE LUCA [2003]⁹⁶. BOCZKOWSKI [2005] diz que a criação do novo se transforma na produção criativa do mesmo, o que pode traduzir o comportamento desses jornalistas tão habituados ao actante máquina de escrever que esperavam do novo actante o mesmo tipo de comportamento do anterior. E, quando isso não acontecia, eles se apropriavam do computador como se fosse apenas uma nova máquina, numa resistência ao novo.

COELHO DA GRAÇA [2004]⁹⁷ reconhece que o “computador deu uma certa ordem, pois o fechamento era uma festa, chegava-se a tirar as mesas do lugar para jogar futebol. A partir daí as mesas não saíam mais do lugar, não se podia beber, fumar, isso eliminou a desordem”. Com isso, o bar ao lado do jornal passou a ser o lugar da festa após o fechamento. Os hábitos das pessoas foram alterados, não fazia mais sentido ficar na redação depois da hora. “Ou ia para o boteco ou ia para a casa”, diz COELHO DA GRAÇA [2004]⁹⁸. A redação se transforma exclusivamente em local de trabalho – diferentemente da era do jornalismo romântico. Até falar já não se falava tanto. “A redação que era um lugar barulhento se transformou quase em um museu”, COELHO DA GRAÇA [2004]⁹⁹.

Até mesmo a movimentação dentro da redação foi alterada. Costumava-se andar muito em busca das informações como, por exemplo, ir até o telex ver se o material que se estava esperando já havia chegado, até o setor de fotografia ou até o arquivo. “O Globo colocou na mão do jornalista tudo o que ele precisava para trabalhar. Ele não precisava

96 *op. cit.*

97 *op. cit.*

98 *idem*

99 *idem*

mais levantar da mesa para ver as fotos que chegaram para a matéria que estava fechando, por exemplo”, explica DE LUCA [2003]¹⁰⁰.

5.2. Estabilizando a resistência

Costumamos nos referir à tecnologia como se fosse algo à parte, sem relação com movimentos sociais, econômicos, políticos, históricos e até psicológicos. Mas a idéia de tecnologia pura é uma ilusão, já que ela tanto molda e é moldada quanto espelha a sociedade e suas decisões. E, se há mudanças tecnológicas, isso não deve-se a uma (inexistente) lógica interna e sim a pressões que a moldaram dessa forma. As mudanças são contingenciais e nascem de conflitos, diferenças ou resistência [WIEBE AND LAW, 1992].

VIANNA [1992] diz, com relação à informatização d'O Globo, que

Não coube à redação, num primeiro momento, dar opiniões. A diretoria entendeu que esta era uma questão basicamente econômica, envolvendo altas somas de dinheiro, uma decisão a ser tomada por ela. Mas foi racional e evitou imprevistos e atropelos, obedecendo um certo período de adaptação [p.76].

Havia uma preocupação por parte da direção, mas a mudança seria feita de qualquer maneira. “Independente dos jornalistas a mudança iria acontecer dessa maneira”, declara BRAUNE [2003]¹⁰¹. COELHO DA GRAÇA [2004]¹⁰² concorda dizendo que a mudança “veio como imperativa, vai ter de fazer”. Mas ambos são uníssonos em afirmar que havia um cuidado da direção do jornal pois a redação teria de aceitar, mas aceitar de uma maneira mais leve seria melhor para todo mundo. “Caban tinha uma grande preocupação em deixar as pessoas muito bem informadas sobre o processo, principalmente os

100 *op. cit.*

101 *op. cit.*

102 *op. cit.*

editores”, completa COELHO DA GRAÇA [2004]¹⁰³. Havia a consciência de que haveria uma certa resistência. Os repórteres tinham medo de estarem dentro dos dois por cento que não se adaptam ao computador e, portanto, perderem seus empregos. Segundo CHACEL [2008]¹⁰⁴, apesar do temor do desemprego, ela não considera que as empresas tenham passado a empregar menos por causa do computador; e sim, o que houve, foi que “os jornalistas passaram a trabalhar mais”. “Esse medo era maior entre o pessoal da arte, os diagramadores e os revisores que foram quase totalmente eliminados já no início”, revela COELHO DA GRAÇA [2004]¹⁰⁵. “Poucos repetiam o lugar-comum de tirar o emprego. A maioria entendia que a inovação tecnológica tira alguns empregos mais cria outros”, lembra FARIA [2008]¹⁰⁶. MARTINS [2008]¹⁰⁷ fornece uma explicação mais econômica e menos tecnológica para as reduções de cargos:

Na realidade, sabíamos que o computador, de alguma forma, reduziria o número de empregos, mas mais nas áreas intermediárias (tipo revisão, trabalhadores da gráfica etc). Na redação, se o jornal crescesse, fatalmente cresceria o número de empregos. Houve tentativas de redução no número de profissionais na redação, mas para economizar nas contas da empresa, como no caso dos redatores.

O único registro oral encontrado sobre demissão relacionada diretamente ao uso da tecnologia é o trazido por FARIA [2008]¹⁰⁸. O caso estaria relacionado à greve dos jornalistas de 12 de dezembro de 1986, cujos grevistas teriam sido demitidos alguns dias depois. Dois participantes teriam permanecido no jornal: Ângela Romito (que não foi encontrada para essa pesquisa) – por estar grávida – e o próprio Faria – para evitar o pagamento de indenização em dobro já que ele havia ingressado no jornal em janeiro de 1962 e quando foi criado o FGTS ele não optou pelo novo regime trabalhista. FARIA

103 *op. cit.*

104 *op. cit.*

105 *op. cit.*

106 Entrevista realizada em 18/03/2008

107 Entrevista realizada em 18/03/2008

108 *op. cit.*

[2008]¹⁰⁹ lembra que a lei anterior determinava que, se o empregado fosse demitido depois de dez anos de trabalho, a indenização seria em dobro. Ao voltar da licença-maternidade, Ângela já não teria mais senha de acesso para o seu computador, tendo sido chamada ao departamento pessoal para ser demitida. Utilizando a senha de uma colega, passou uma mensagem de despedida dizendo que “jamais havia dobrado a espinha para os poderosos do jornal e que agora iria viver em função da filha”. Como a senha emprestada só dava direito a passar mensagens para os seis jornalistas da internacional, FARIA [2008]¹¹⁰ emprestou a dele: “A minha senha alcançava a totalidade da área de jornalismo, com 494 profissionais. Peguei a mensagem impressa, digitei e remeti para todos. Horas depois estava demitido por justa causa”. Ele afirma ter sido o primeiro profissional demitido por justa causa “por usar o sistema de mensagens para fins estranhos”. Não foi um caso de não-adaptação à tecnologia que gerou a demissão, mas sim de utilização da tecnologia para fins de controle do pessoal, como já foi citado anteriormente. O tal “olho de Moscou” em ação.

Além das questões relacionadas ao desemprego, eram comuns as alegações de riscos à saúde provocados pelo computador. Numa publicação da Federação Nacional dos Jornalistas intitulada “Stress e violência no lead da notícia”, AGUIAR [1996] alertava para a incidência de Lesões por Esforços Repetitivos (LER) nos profissionais de imprensa que já conviviam com a nova tecnologia.

...a LER provoca dores no punho, cotovelo, ombro e coluna cervical e pode impedir qualquer profissional de exercer funções básicas que dependam principalmente dos braços e mãos. Este é o caso dos jornalistas que utilizam diariamente os teclados do microcomputador durante a elaboração dos textos de reportagem e em ritmo acelerado para atender os prazos de fechamento dos jornais [p.18].

109 *op. cit.*

110 *idem*

Citando um estudo sobre doenças profissionais na área de comunicação social realizado pelo professor Sílvio Júlio Nassar, a publicação segue citando outros males que seriam advindos do uso do computador nas redações:

...o computador pode causar problemas relacionados com os tendões, visão, sistema reprodutor, alergias, radiação, epilepsia fotossensitiva, stress, bronquite crônica devido ao ar refrigerado, além dos problemas de ergonomia, causados por móveis inadequados [p.20].

Esse movimento de apontar malefícios no uso do computador era uma amostra da resistência à tecnologia, já que o que se percebe, na reconstituição histórica desse momento, é que havia um grande temor por parte dos jornalistas de que o computador iria tirar-lhes o emprego. E esse temor era, principalmente, dos jornalistas mais antigos que, segundo verificamos em nossa pesquisa, eram os que apresentavam maior resistência ao uso. Segundo FARIA [2006]¹¹¹, os repórteres mais velhos tiveram mais problemas em se adaptar, talvez por isso, de acordo com sua lembrança, a mudança teria iniciado pelo jornal de bairros – diferentemente do que se recorda Braune. “Não sei se foi uma estratégia da direção, mas era onde estavam os repórteres mais jovens, os mais propícios às novidades”, diz. FARIA [2008]¹¹² se recorda que houve mais aceitação do que resistência: “Havia uma expectativa de mudança para melhor. Tínhamos uma quase inveja dos colegas da Folha de São Paulo, que fora informatizada em 1984. A resistência inicial foi apenas de uns poucos profissionais menos preparados, mais resistentes às inovações. Eles tinham dificuldades em lidar com a máquina, entender o manual. Geralmente eram aqueles de menor preparo intelectual, mais idosos e que assumiam serem excluídos digitais (esta expressão não existia na época). A aceitação como coisa nova foi rápida, quase imediata”. E quanto aos que não se adaptaram, GARCIA [2007]¹¹³ diz lembrar-se

111 *op. cit.*

112 *op. cit.*

113 *op. cit.*

de um único caso de um redator que se demitiu alegando que nunca se adaptaria. “Os demais aprovaram e, com maior ou menor rapidez, adaptaram-se ao sistema”, completa. Os profissionais entrevistados para essa pesquisa declararam ter percepção semelhante, de que uns demorando mais outros menos, ao final todos se adaptaram. Se não todos, teriam sido pouquíssimos os que se recusaram a usar o computador e, por isso, teriam saído do jornal. Também não foram encontrados registros de quem teriam sido esses resistentes. Para CHACEL [2008]¹¹⁴, a pouca resistência se explica por ser o jornalista um profissional do tempo presente, sempre contemporâneo, que acompanha as mudanças de um modo geral e que, por isso, o medo era menor:

Acho que havia uma certa excitação com a novidade, mais do que temor. A Folha foi a precursora e todo mundo queria que os demais jornais acompanhassem. A automação era sinal de investimento nas redações. As redações que ainda não tinham se automatizado eram vistas com preocupação pelos jornalistas. Estavam atrasadas no processo.

A discussão naquela época, ainda segundo CHACEL [2008]¹¹⁵, passava muito mais por outras questões como: melhores salários, cumprimento das jornadas de trabalho, pagamento das horas extras e liberdade de opinião – lembrando que era o final da era da ditadura.

O medo do desemprego, no entanto, encontrava respaldo na experiência estrangeira. “Os jornalistas que viajavam para o exterior se informavam lá fora e ficavam sabendo que as redações haviam diminuído. Com isso havia o medo”, lembra GUERREIRO [2006]¹¹⁶. SILVA [2005], ao comentar a demissão de 72 jornalistas da equipe de revisores da Folha de São Paulo, em 1983, no final do processo de instalação dos terminais que, segundo ele, haviam tornado inútil sua função, lembra de episódios de resistência registrados em

114 *op. cit.*

115 *op. cit.*

116 *op. cit.*

jornais estrangeiros. No Japão, ao longo de cinco anos (de 1971 a 1976), sindicato e proprietários do jornal Asahi Shimbun reuniram-se 294 vezes para resolver problemas causados pelas demissões. O norte-americano New York Times enfrentou uma greve de três meses em 1977 antes do acordo sobre o pagamento de indenizações para os não aproveitados; e os jornalistas da agência de notícias France Press boicotaram os terminais de vídeo durante cinco meses (de novembro de 1976 a março de 1977), até que conseguissem aumento salarial para compensar o tempo gasto em aprender as novas técnicas.

Em relação ao Brasil, o que a nossa pesquisa conseguiu apurar é que a ação sindical dos jornalistas frente à informatização se restringiu à colocação de cláusulas em acordos e dissídios coletivos que previriam, em alguns casos, estabilidade provisória ou adaptação a uma nova tarefa [BALDESSAR, 2003]. Para BALDESSAR [2003], se a história recente do país mostra que os jornalistas se aliaram aos movimentos de resistência política, no que se refere à introdução de novas tecnologias os jornalistas não expressaram resistência. O que nos parece mais evidente aqui é que, mais uma vez, a nossa situação de um país de terceiro mundo nos colocou numa posição de receptores de tecnologia. E a idéia de se seguir os países de primeiro mundo permeava o discurso de apresentação da tecnologia. “Nas aulas que eram dadas para aprender a técnica era colocada a questão mundial. O Globo estava se inserindo num contexto mundial, estava todo mundo se interligando”, recorda MALHEIROS [2006]¹¹⁷.

Para COELHO DA GRAÇA [2004]¹¹⁸, com o passar do tempo, no entanto, houve uma mudança de percepção da utilização da tecnologia pelos jornalistas. Não era mais apenas uma questão de manter os seus empregos, mas como aquela capacitação iria contribuir

117 *op. cit.*

118 *op. cit.*

para a sua carreira. Ao negociarem, os atores acabam por modificar-se. “Eles perceberam que não dava mais para ser jornalista se não mexer com computador direito”, explicita COELHO DA GRAÇA [2004]¹¹⁹. Contribuiu para essa percepção o fato de outros jornais começarem também a informatizar as suas redações. Computador deixou de ser uma ferramenta apenas do O Globo e passou a ser uma ferramenta do jornalismo. O que podemos observar é que os jornalistas se configuraram nesse momento como a rede mais fraca, já que O Globo tinha agora associações mais fortes que incluíam os outros jornais. O computador se tornou um ator agindo pelo jornal na busca por bons profissionais, era uma vantagem para o jornalista já conhecer a ferramenta. Houve, portanto, uma tradução de interesses, já que para alistar os jornalistas como seus aliados no processo a direção traduziu o seu interesse – ter à mão uma ferramenta que a auxiliaria a alcançar as mudanças planejadas para a redação – no interesse dos profissionais – estar melhor preparado para o mercado de trabalho e, com isso, ter um diferencial frente aos demais.

Mas, se na adoção dos computadores na redação do Globo as resistências foram vencidas por uma rede mais forte, num segundo momento a história foi diferente. Após o CSI, houve a tentativa de se implantar um novo sistema na redação: o Cyber. A idéia era criar uma turma para testá-lo no Segundo Caderno e depois ampliar para as outras editorias que requerem maior agilidade. Faziam parte dessa turma De Luca e Cora Rónai, que eram da editoria de informática. DE LUCA [2003]¹²⁰ diz que o sistema era muito ruim, um retrocesso ao que já tinham com o CSI. Chamaram, então, os editores da cabeça do jornal¹²¹, “pessoas com opinião de peso e derrubamos o sistema”. A rede de resistência das jornalistas de informática se mostrou mais forte por ser capaz de mobilizar aliados como os editores das principais áreas do jornal, que por sua vez também têm redes poderosas.

119 *op. cit.*

120 *op. cit.*

121 Editorias diárias

Com isso houve uma convergência das redes, permanecendo o antigo sistema. Em 1990, o CSI foi trocado por um novo sistema, o Hyphen-Goodnews (ver capítulo 4). Atualmente, roda nos PCs da redação o Goodnews 3, que combina edição de texto, diagramação de páginas e banco de dados para o gerenciamento de matérias e editorias. E, se existe uma estabilização que podemos chamar hoje de “processo de informatização da redação d’O Globo” é porque houve toda uma série de negociações nas quais os atores que apresentaram associações mais fracas cederam para que chegassem a uma concordância.

Resistência à tecnologia não é privilégio do computador. Se olharmos para a máquina de escrever, que tanta saudade deixou entre os jornalistas habituados ao seu uso por ocasião da adoção dos computadores, ela também já foi alvo de resistência na época em que foi incorporada pela sociedade. Já vimos no capítulo 2 como a mudança do texto manuscrito pelo texto datilografado foi mal recebida nas redações. Pois entre os escritores não foi muito diferente. Mário de Andrade, em carta a Manuel Bandeira, queixa-se da compra de uma máquina de escrever.

...por enquanto me sinto todo atrapalhado de escrever diretamente por ela. A idéia foge com o barulhinho, me assusto, perdi o contato com a idéia (...) mas isso passa logo, tenho certeza (...) quinze minutos que seja de descanso, estou na frente da Manuela batendo tipo sem parar. [Mário de Andrade apud SÜSSEKIND, 1997]

Do temor ao objeto a objeto de valor afetiva (pois dá o nome carinhoso de Manuela à máquina em homenagem a seu interlocutor, Manuel Bandeira), vai mudando a relação com a tecnologia. E a materialidade da máquina se impõem de tal forma que quando chega o computador há um estranhamento. O barulho da máquina, que a princípio causava a fuga da idéia no escritor, é incorporado à rotina do jornalista e a falta dele na redação informatizada chegou a ser lamentada por alguns.

5.3. Quem é esse jornalista?

É comum lermos que a adoção de computadores nas redações jornalísticas provocou a extinção de alguns ofícios do jornalista. A preocupação parece ser sempre maior com os profissionais que saíram do processo naquele momento— mesmo que posteriormente tenham conseguido colocação em outra empresa — do que com os que permaneceram e vivenciaram as mudanças. Há uma confusão entre ofícios/funções desempenhados e corte de pessoal. As demissões ocorridas não são demonstrativos de que houve eliminação de ofícios. Houve, sim, transferência de funções. Redação de texto final, titulação e legendagem, que eram funções do copidesque, passaram a ser exercidas pelo repórter. Os copidesques voltaram a ter função dos antigos redatores e também assumiram funções de sub-editores (ver capítulo 4). E os revisores, que sofreram os maiores cortes após a informatização, tiveram, sim, seu ofício quase que totalmente extinto da forma como era exercido até então, mas isso não pode ser creditado ao uso do computador. A eliminação de provas tipográficas foi uma consequência da adoção do sistema de impressão off-set, implantado no O Globo em 1978. O que aconteceu foi que o jornal aproveitou o momento de chegada do computador para, juntamente com outras mudanças, efetuar os cortes. Os revisores que permaneceram no jornal foram absorvidos pela redação numa função um pouco diferente. Em vez de compararem as agora inexistentes provas tipográficas com os originais, algumas seções consideradas mais importantes (ver capítulo 4) são revisadas na tela do computador, além da leitura completo do jornal depois de impresso. Mas, cabe lembrar, como vimos no capítulo 4, que a revisão é uma tarefa mecânica, considerada um dos estágios mais baixos dentro da área e sem exigência da qualificação específica do jornalismo.

Uma questão que costuma ser levantada é o porquê de o repórter assumir as funções do

copidesque e não o contrário, este ir para as ruas atrás de notícias. O cargo de copidesque costumava ser ocupado por jornalistas mais antigos, com grande experiência devido às exigências de suas funções: amplo conhecimento da língua portuguesa, das regras de construção do texto jornalístico e do estilo do jornal, geralmente definido por um manual de estilo. Segundo alguns entrevistados para essa pesquisa, para esses profissionais o cargo era quase uma aposentadoria, já que não queriam mais a movimentação das ruas. Daí não terem interesse em fazerem o movimento inverso e preferirem, no caso de serem demitidos, procurar função similar em outros lugares (ver capítulo 4).

O copidesque deixou de ser principalmente um corretor de textos para ser um editor de páginas e os repórteres, dependendo de horário e outros fatores, também passaram a participar da edição [GARCIA,2007]¹²².

Um seminário organizado pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, em 1981, discutiu as implicações que a adoção do computador nas redações poderia trazer para a categoria. A conclusão foi de que a nova tecnologia iria, por um lado, facilitar o trabalho; por outro, traria o fim das etapas intermediárias na produção da notícia e, conseqüentemente, a extinção de postos de trabalho [BALDESSAR, 2003]. Depoimentos colhidos por BALDESSAR [2003] na sua pesquisa revelam a resistência ao computador entre os jornalistas não teve proporções marcantes. Participaram da pesquisa jornalistas que vivenciaram a transição da máquina de escrever para o computador e outros que iniciaram sua vida jornalística após a informatização.

“... houve resistência no início (...) Hoje, acho essa discussão totalmente superada.”

“... nunca vi resistência ou medo. Os colegas gostam do computador e o vêem como aliado.”

122 *op. cit.*

“... em geral, os jornalistas têm um pouco de medo antes de mudanças tecnológicas, porque não sabem como elas vão funcionar, mas uma vez seguros de sua capacidade para trabalhar na nova realidade, percebem que só têm a ganhar com elas.”

“... o que noto, ao contrário, é que o jornalista está sedento por tecnologia.”

[pp.58/59]

Para ABREU [2002], o objetivo das empresas de comunicação ao adotarem novas tecnologias era baraterar seus custos operacionais e a informatização da redação significou um salto em termos de rapidez na execução das tarefas – em contrapartida teria havido o aumento do rigor no horário de fechamento, obrigando o jornalista a terminar suas matérias cada vez mais cedo. Cabe destacar, no entanto, que o que a autora chama de contrapartida da informatização da redação é resultado de exigências comerciais, “pois há contratos com companhias aéreas, que distribuem o jornal para outros estados, e com serviços terrestres, para a distribuição em cidades próximas” [p.34], como ela mesma cita adiante. Logo, a antecipação do fechamento não é uma premissa da tecnologia, e sim uma necessidade comercial que se utiliza da tecnologia para ter melhores condições na disputa por leitores. O computador é apropriado pela direção como uma oportunidade de realizar mudanças decididas anteriormente à sua chegada na redação – tanto a antecipação do fechamento quanto a maior participação do repórter na edição do jornal, como vimos no capítulo 4.

O barateamento dos custos operacionais pode ser trazido também para analisarmos a acumulação de funções no repórter, já que a sobrecarga de tarefas não representa, necessariamente, uma melhora salarial e nem, certamente, uma duplicação de salário – mesmo que esse profissional esteja agora exercendo funções tanto de repórter quanto de copidesque. No entanto, se por um lado há o excesso de trabalho e o salário que não

acompanha todas as tarefas cumpridas, por outro há uma percepção de que há um ganho com tudo isso.

O computador sobrecarrega o jornalista de trabalho, mas também dá condições de ser um profissional mais completo. Hoje o jornalista está mais bem preparado, ele apura, escreve, faz título, subtítulo. Ele participa de todo o processo [FARIA, 2006]¹²³.

ABREU [2002] diz que, ao contrário do jornalista do passado, que se via como um romântico, o jornalista de hoje se vê como um profissional pragmático. O jornalista do passado tinha vários empregos – quase sempre um emprego público – e considerava o jornal um “bico”, uma coisa meio boêmia, por isso não tinha que ganhar muito ali. Com a regulamentação da profissão de jornalista, em 1969, a situação começou a mudar.

A profissão se tornou bem remunerada durante o regime militar; na época do chamado “milagre econômico”, quando a política se tornou um tema perigoso e as editorias de economia adquiriram enorme importância e prestígio. Os jornalistas dessas editorias foram levados a fazer uma opção e a trabalhar em tempo integral em uma só redação. Isso foi pouco a pouco se estendendo a todos os outros setores dos jornais [ABREU, 2002, p.43].

Longe da imagem do escritor ideológico que vai parar na imprensa para defender suas causas, o jornalista de hoje seria um profissional que, dada a escassez de oportunidades de trabalho frente ao grande número de estudantes de jornalismo que se formam a cada ano, percebeu a necessidade de se apropriar das novas tecnologias de forma que possa tê-las como aliadas na disputa por um lugar ao sol. O computador foi, então, transformado em metáfora para a valorização desse profissional: saber usá-lo era estar melhor preparado para o mercado de trabalho, já que, como muitos declararam nas entrevistas, o discurso utilizado era de que esse seria um caminho sem volta para todos os jornais. Um discurso de determinismo tecnológico utilizado para alistar os jornalistas na adoção da tecnologia.

¹²³ *op. cit.*

5.4. O jornal de papel e o papel jornal

Para entendermos por que a necessidade de barateamento dos custos operacionais pode ter contribuído para a decisão de acumular funções do copidesque no repórter, é preciso olhar historicamente para a consolidação das empresas de comunicação.

Antes dos anos 50, a imprensa brasileira dependia dos favores do Estado (como financiamento dos bancos oficiais, isenções fiscais e publicidade governamental), dos pequenos anúncios populares ou domésticos (os classificados) e da publicidade das lojas comerciais. A partir do governo Kubitschek, com a diversificação da atividade produtiva trazida pela indústria, surgiram as primeiras grandes agências de publicidade e os investimentos de peso na área. Com isso, os jornais precisavam aumentar sua circulação, já que as agências davam preferência em colocar seus anúncios nos veículos de maior tiragem e que alcançassem as maiores áreas do território nacional. Além disso, era o governo que controlava a distribuição das cotas de papel, que era em grande parte importado [ABREU, 2002].

O papel seria, ao longo das décadas, uma das maiores fontes de custo dos jornais. ABREU [2002] lembra que, juntamente com as restrições de ordem política, a elevação do custo do papel ajudaria a explicar o desaparecimento de um grande número de jornais e revista na década de 1970.

Com a crise do petróleo em 1973, o papel de imprensa passou de US\$171,00 a tonelada, em 1971, para US\$320,00 em 1974 – um aumento de 187%. Nesse período o país importava 60% do seu consumo em papel jornal [p.18].

Trinta anos depois, o papel continuava sendo um grande problema para os jornais. A

Folha de São Paulo publicava matéria em 15 de fevereiro de 2004 sobre a criação de uma linha de financiamento do BNDES para a compra de papel de imprensa. Seria um empréstimo de médio prazo para aliviar a situação financeira dos grupos de mídia impressa, que apresentavam um endividamento total do setor estimado em R\$10 bilhões. Em outra matéria, no mesmo dia, o então presidente da Associação Nacional de Jornais e do Conselho de Administração do Grupo O Estado de São Paulo, Francisco Mesquita Neto, “todos os jornais, em graus variados, haviam investido na informatização das redações e na compra de impressoras novas para aumentar a tiragem e ter edições coloridas” [Folha de São Paulo, 2004]. Segundo a matéria, as empresas teriam apostado no crescimento da economia e na estabilidade do câmbio, na segunda metade dos anos 90, e se endividaram em dólar para aumentar a capacidade de produção. Com isso, em dois anos (contados de 2004 para trás), as empresas de comunicação teriam cortado 17 mil empregos no total, segundo dados do Ministério do Trabalho.

O endividamento para a informatização da redação é um fator fundamental para se entender as demissões ocorridas no jornal, juntamente com a mudança do sistema de impressão para off-set – que causou a eliminação da prova tipográfica e o conseqüente corte da maioria dos revisores. Era necessário cortar custos e o computador que, como foi dito nas entrevistas, colocou as ferramentas que o repórter precisaria na nova função ao seu alcance, acabou sendo utilizado para justificar as demissões. Logo, o desemprego não é um conseqüência da tecnologia, mas resultado da combinação de fatores locais e contingentes, como o alto preço do papel, o endividamento, a política de acumulação de funções num único profissional (o repórter) e a eliminação da prova tipográfica no processo off-set de impressão. No entanto, durante muito tempo, principalmente entre os profissionais que viram de perto os cortes nas redações, computador virou metáfora de

desemprego para a categoria. ROCHA [2008]¹²⁴ e ABREU JÚNIOR [2008]¹²⁵ concordam em retirar do computador a responsabilidade total pela qualificação do repórter e o esvaziamento da função de redator/copidesque.

O computador não é culpado de nada. Não foi criado pelo demônio, e sim pelo homem, e não vivemos hoje sem ele. O que aconteceu nas redações foi mais ou menos parecido com o que aconteceu em outras empresas, como as de energia, telefonia etc. Nestas, públicas, incentivaram demissões, incorporaram mão-de-obra nova e mais barata, acabaram com a "memória" dessas empresas, a qualidade do serviço caiu. No final das contas, o saldo foi mais positivo em alguns lugares e menos em outros, pois as pessoas acabam aprendendo [ROCHA, 2008]¹²⁶.

Não acho que o computador seja o vilão da história. Já estava em processo um enxugamento das redações, seguindo o princípio capitalista. A mesma coisa aconteceu com a máquina de escrever. Até os anos 50 os repórteres escreviam à mão. No Le Monde os repórteres custaram a escrever à máquina para não tirar o emprego dos datilógrafos [ABREU JÚNIOR]¹²⁷.

A própria informatização pode ser vista, também, como uma resposta à necessidade de controle de gastos. Como foi dito acima, a aquisição do papel sempre foi uma das maiores fontes de custo para os jornais impressos. Nos Estados Unidos, a década de 1980 foi uma época de exploração para os jornais diários que pretendiam se expandir além da versão impressa. Os computadores domésticos daquele país já estavam começando a se conectar a bases de dados online e a pessoas de áreas distantes e os jornais queriam aproveitar os conteúdos editorial e publicitário, que já eram produzidos e estocados nos computadores antes da impressão, e disponibilizá-los por meio de videotexto (que utilizaria os próprios computadores) ou outras formas de publicação eletrônica – como aparelhos de TV modificados, faxes, telefones ou outros artefatos domésticos [BOCZKOWSKI, 2005]. Pois é justamente nesse momento que a equipe formada para trabalhar no projeto de

124 *op. cit.*

125 *op. cit.*

126 *op. cit.*

127 *op. cit.*

informatização da redação começou a viajar para o exterior buscando experiências bem-sucedidas com o computador (ver capítulo 3). Foram visitados vários jornais nos Estados Unidos e o sistema escolhido para funcionar no O Globo foi de uma empresa norte-americana. Se o jornal brasileiro buscava uma solução para a constante elevação do custo do papel, investir na informatização seria um primeiro passo para, mais adiante, poder colocar suas edições disponíveis online, seguindo o caminho que os Estados Unidos vinham fazendo.

Cabe lembrar que esse momento também era o de redemocratização do país, que saía de um período de ditadura no qual a divulgação de informações – principalmente políticas – era submetida à análise da censura. Com a abertura política, os jornais passaram a utilizar pesquisa de mercado para atender às demandas do público por informação, estando em vantagem os que conseguissem chegar mais rapidamente e com o conteúdo mais adequado a seus leitores. O computador foi implantado de forma a permitir trabalhar e re-trabalhar o texto facilmente, com cortes de texto, produção de boxes e outros recursos gráficos.

Os jornalistas foram obrigados a produzir textos mais curtos, a escolher títulos sintéticos, a se preocupar com o uso da imagem. Proliferaram as colunas de notas curtas, que têm um número elevado de leitores. Passou-se a utilizar com maior intensidade recursos gráficos como tabelas, quadros e mapas [ABREU, 2002, p.30]

Além disso, o tempo economizado no fechamento não foi repassado para os repórteres – para que tivessem mais tempo de produzir suas matérias. Pelo contrário, a pressão aumentou e esse tempo foi apropriado pela direção para que o jornal chegasse mais cedo às ruas e pudesse disputar leitores com vantagem.

A redação jornalística pode ser compreendida a partir do conceito de EDWARDS [1996]

para “closed world”:

...a radically bounded scene of conflict, an inescapably self-referential space where every thought, word, and action is ultimately directed back toward a central struggle [p.12].

Um ambiente onde a direção do jornal impôs uma nova tecnologia e os jornalistas, a princípio amedrontados pela possibilidade de perderem seu emprego para a máquina, se apropriaram dela como se fosse uma simples cópia da antiga, utilizando o computador com utilizavam a máquina de escrever. Nesse espaço, o computador é o artefato que permite exercer o controle. Assim como os sistemas norte-americanos C³I (comando, controle, comunicação e inteligência) da II Guerra Mundial, os computadores na redação se tornaram capazes de mediar ou aumentar os processos comunicacionais de seus usuários. O computador era, ao mesmo tempo, uma ferramenta de trabalho a ser utilizada pelo jornalista, uma metáfora para a valorização do repórter e uma ação política de controle e aumento de produtividade.

Não foi uma mera substituição, o computador gerou novas relações de trabalho, as mudanças foram parte de um processo maior e anterior à informatização que se caracterizava pela redução do tempo de produção jornalística. O objetivo era chegar mais cedo nas ruas e com isso superar a concorrência – além de alcançar os domicílios mais distantes - evitando o encalhe, já que com o preço do papel aumentando o encalhe ficava mais caro [ABREU JÚNIOR, 2008]¹²⁸.

Outra visão tem MARTINS [2008]¹²⁹, para quem o que aconteceu foi apenas uma troca de ferramentas:

Quanto à qualidade do trabalho jornalístico, o diferencial continua na capacidade, ou dedicação, de quem faz. Se se tem o Google hoje, não se deve apoiar uma apuração jornalística apenas nele. Há inúmeros meios e caminhos para levantar dados e

128 *op. cit.*

129 *op. cit.*

ai depende do profissional que vai fazer a matéria, se ele vai aprofundar suas apurações ou se contentar com a primeira informação que vê no Google. Há o trabalho de rua, de contato com as autoridades, com eventuais vítimas de algum erro, e há o trabalho na redação. Na frente do computador, é a qualidade do profissional que faz a diferença.

Para FARIA [2008]¹³⁰, foi algo mais profundo do que isso, já que “criou mecanismos de controle para melhor apropriação da mão-de-obra”. E aqui nunca é demais ressaltar que não é o computador que controla a mão-de-obra, mas o uso que dele é feito leva a essa apropriação.

O computador foi, portanto, utilizado e alistado pela rede mais forte – no caso, o jornal – para que interesses e escolhas feitas anteriormente pudessem ser implantados na redação. O que resultou foi um “fazer jornalismo” diferente – não apenas mas também por causa do computador.

As ferramentas são favoráveis para que o trabalho seja melhor (...) É claro que você pode usar a tecnologia mal, de forma rarefeita, rasa, mas ela é uma grande ferramenta [TAVARES, 2006]¹³¹.

E o que difere esse jornalismo pós-computador do fazer jornalismo batucando nas pretinhas?

O que ficou para trás? Talvez o jornalismo coletivo. Sempre fomos concorrentes uns dos outros, isso faz parte do jogo. No entanto, mais do que o individualismo e o brilho do repórter furão, havia um organismo inteiro - formado por repórteres, redatores, editores, pauteiros, repórteres fotográficos etc. - trabalhando, coletivamente, para que tal e qual veículo se destacasse mais e vendesse mais do que os outros. Isso fazia a diferença. Nos "tempos idos", quem queria saber o que estava acontecendo no país e no mundo, lia o JB. Quem queria saber o que acontecia na cidade, na rua onde mora, lia o Globo. Sobre o crime ou o acidente, o Dia talvez fosse a melhor alternativa. Quem

130 *op. cit.*

131 *op. cit.*

queria saber mais sobre economia, Gazeta Mercantil ou Jornal do Commercio. Cada jornal tinha seu foco. Tá certo: é muito melhor que todos façam o melhor em tudo. Será que fizeram? De hora em hora, a Globonews conta o que houve pra gente. De minuto em minuto, os portais jornalísticos contam. Até o celular dá notícias, além de fotografar, tocar musiquinha e oferecer joguinho para quem está no ônibus a caminho do trabalho. Alguns até são usados como telefones! Já os jornais e revistas passaram a "comprar" leitores com brindes de supermercado ou reproduções artísticas. OK, estamos aí. O jornalista sempre deu furos ou buscou o "algo mais" sabendo que vender o jornal onde trabalhava era fundamental para o organismo coletivo e para a própria sobrevivência pessoal. Era um prazer vencer o concorrente. Cadê a concorrência? [ROCHA, 2008]¹³²

132 op. cit.

Conclusão

No ano de 1985 chegava às telas o filme “De volta para o futuro”, que se transformaria em sucesso de bilheteria e renderia duas sequências. Na história, um adolescente norte-americano é enviado de volta no tempo para o ano de 1955 por uma invenção de um cientista excêntrico. Também nós, nesse estudo, pretendemos fazer nossa volta ao passado, justamente ao ano de 1985 – ano em que o jornal O Globo fazia sua incursão naquilo que se transformaria no futuro do processo da produção jornalística: a informatização das redações.

Primeiro jornal carioca a substituir a máquina de escrever pelo computador, O Globo acabou capacitando muitos profissionais que, ao irem trabalhar em outro veículo, levaram consigo a experiência adquirida lá. Ao mesmo tempo, contribuiu para reconfigurar a forma de se fazer jornalismo, introduzindo não só uma nova tecnologia no ambiente de trabalho mas também moldando hábitos e habilidades.

Não é possível, no entanto, analisar uma tecnologia isoladamente sem vinculá-la ao ambiente, à sociedade e ao seu tempo. Na medida em que a adoção de um novo artefato tanto modifica a sociedade que passa a utilizá-lo quanto é modificado por ela, pensar a informatização do Globo requereu esticar o olhar para além de seus contornos, levando em conta as demais relações que o circundavam. Não cabe dar ao computador nem todos os louros pelas vantagens percebidas nem toda a culpa pela desvantagens comumente alardeadas. Tanto as modificações consideradas positivas por quem o utiliza quanto as rotuladas de negativas – como o discurso exaltado sobre o desemprego que o mesmo causaria – só podem ser analisadas circunstancialmente. Pensar o computador é pensá-lo inserido numa determinada rede, onde atores humanos e não-humanos exercem suas relações de maior ou menor poder, maior ou menor influência; aliados são alistados,

divergências são vencidas e mesmo a convergência alcançada é provisória.

Por isso, ao nos dedicarmos a reconstruir o momento da implantação do computador na redação do jornal O Globo a fim de contribuirmos para a reflexão sobre a informatização da mídia como um todo, decidimos olhar além desse artefato. Sua adoção não se deu num vácuo, mas num ambiente permeado por relações muitas vezes divergentes, saindo de um ambiente de censura ditatorial da qual o país se via livre e que, constrangido por outros atores e relações – como a concorrência e o alto preço do papel -, utilizou esse artefato traduzindo-o conforme seus interesses. O computador não tem uma essência, não é bom, não é mau, não é neutro. As escolhas que sobre ele recaem acabam moldando-o de determinada forma, ao mesmo tempo em que, também ele, molda os demais atores da rede.

A troca das máquinas de escrever pelos computadores na redação significou, primeiramente, uma perda sentimental, já que o vínculo criado entre as Remingtons e Olivettis e os jornalistas era tão forte que foi criada até uma expressão para representar o ato de escrever uma matéria à máquina: batucar as pretinhas. Não raro, repórteres tinham suas máquinas preferidas, podendo haver briga caso alguém tomasse seu lugar na redação. Apesar de essa questão aparecer no nosso estudo, nosso foco foi analisar como a informatização mudou o que se conhecia como “fazer jornalismo”.

Para isso, tivemos de voltar um pouco mais no tempo e acompanhar as mudanças ocorridas no processo de impressão do jornal. Essas mudanças foram importantes no momento em que O Globo decidiu informatizar sua redação, pois suas oficinas já estavam equipadas com o sistema off-set, que era preparado para se comunicar com os computadores – ao contrário de outros veículos, cujo sistema de composição a quente (chumbo) acabou retardando a substituição das máquinas de escrever.

Num primeiro momento, a dificuldade foi encontrar os jornalistas que trabalhavam no Globo na época da informatização – em vinte anos são pouquíssimos os profissionais que ainda permanecem no jornal. Num segundo momento, foi conseguir que os profissionais contatados concordassem em conversar sobre o assunto. Para muitos, o simples fato de se fazer uma pesquisa sobre a informatização parece significar que estamos condenando o computador *a priori* por todas as adversidades que a categoria passou ao longo dos anos e fazendo a defesa veemente da máquina de escrever. Mesmo não estando mais trabalhando no Globo, esses jornalistas parecem não querer dedicar ao jornal qualquer tipo de descontentamento sobre as decisões tomadas na época.

Para adotar o computador em sua redação, O Globo criou uma comissão responsável por pesquisar qual o sistema que melhor se adaptaria à realidade do jornal – comissão essa que viajou para outros países visitando jornais que já haviam sido informatizados e colhendo dados para a sua decisão. Por fim, decidiu-se por adquirir o sistema CSI, um sistema de mainframe de edição de texto e troca de mensagens com terminais burros que foi adaptado às características do jornal carioca. Antes da entrada propriamente dita dos computadores na redação, os jornalistas passaram por cursos que duravam uma semana e que os preparavam para usar o sistema que estava sendo adotado. Ao longo desse processo de treinamento, o discurso aplicado aos jornalistas era o de que o computador traria vantagens ao trabalho diário, além de vantagens para ele próprio como profissional – e o exemplo utilizado era o dos jornais estrangeiros que haviam sido visitados. A idéia de que essa era uma mudança irreversível, tanto no Brasil quanto no mundo, foi amplamente difundida; e quem resistisse ficaria para trás no processo. Além do que, eram informados que quem não se adaptasse teria que, inevitavelmente, sair do jornal. Não foram encontrados registros dos profissionais que teriam passado por essa situação, apesar de vez ou outra surgir, em algum depoimento, a lembrança de que isso pode ter

ocorrido “uma ou duas vezes”.

Segundo a nossa pesquisa, os profissionais que teriam apresentado maior resistência a princípio teriam sido os jornalistas mais antigos, acostumados há mais tempo com a máquina de escrever e menos ávidos por novidades do que os mais novos. Apesar dessa resistência inicial, a percepção geral é de que aos poucos todos – ou quase todos – foram aceitando a mudança. O computador foi sendo transformado em ponto obrigatório de passagem do jornalista dentro da redação já que, quem não estivesse apto a utilizá-lo, estaria não só fora do jornal mas também do mercado de trabalho. Num segundo momento, o sistema CSI foi trocado pelo Hyphen, mas então era apenas uma questão de se adaptar ao novo sistema, visto que o computador já estava incorporado à atividade jornalística.

Nessa pesquisa foi possível desenhar de que forma se configurou o trabalho jornalístico após a adoção do computador na redação do Globo e, por conseguinte, na mídia de uma forma geral; já que mudanças percebidas no específico são reverberadas no geral. Jornalistas que saíram do jornal para outros veículos e levaram consigo as habilidades adquirida lá ou outros jornais que seguiram o mesmo caminho: esses são apenas dois exemplos de como uma experiência pode se propagar e ajudar a moldar uma mudança mais ampla. Vejamos os principais pontos que percebemos nessa mudança:

Repórter com texto final – A entrada do computador na redação serviu para colocar em prática uma exigência que já vinha, aos poucos, tomando forma no jornal: a de que o repórter tivesse texto final. Isso significa dizer que o texto não passaria mais pelo crivo do copidesque (ou redator) para ser corrigida ou melhorada. O texto escrito pelo repórter é o que seria publicado. Com isso, houve um aumento do número de matérias assinadas, já que o texto deixou de ser uma criação coletiva, onde muitas vezes já não era possível

dizer o que era criação do repórter, o que era criação do copidesque. Com o repórter sendo o único responsável pelo seu texto ele acaba recebendo todo o crédito pela produção. O uso da nova ferramenta não impedia que fosse mantido o mesmo esquema de trabalho, portanto não foi o computador que “matou o copidesque” - como muitos costumam dizer – mas sim as decisões tomadas anteriormente à sua implantação e que definiram de que forma se daria seu uso. Esse novo repórter viria a substituir a lendária figura do jornalista que era muito bom de apuração mas que não conseguia escrever uma frase com sentido – figura essa muito comum nas décadas de 50 e 60 que foi imortalizada na nossa literatura por nomes como Nelson Rodrigues, que exercia o duplo expediente de escritor-jornalista.

Texto mais limpo – Com o texto sendo escrito na tela do computador e a consequente eliminação das laudas onde eram datilografadas as matérias, o texto se tornou mais limpo (expressão utilizada pelos próprios entrevistados). Isso porque, durante a utilização da máquina de escrever, as quatro ou cinco laudas eram intercaladas com papel carbono, que no manuseio deixava rastros nas laudas e nas mãos, e à medida em que o repórter ia fazendo alterações as laudas iam se enchendo de riscos, setas, Xs sobre as palavras a serem descartadas, pedaços de lauda coladas sobre outras para substituir parágrafos inteiro e, se rasgassem, colava-se com fita adesiva. No computador, mudar o texto ficou muito mais fácil, bastando arrastar blocos de texto, dar um corte-e-cole ou ir substituindo palavras.

Aceleração da produção – Os repórteres imaginavam que escrever no computador seria mais rápido do que na máquina, o que propiciaria mais tempo a eles para elaborar sua matéria, deixando seu trabalho menos estressante. O que aconteceu foi que, ao permitir uma maior velocidade na produção, esse tempo extra foi apropriado pelo jornal para que o

produto final estivesse pronto mais rápido e, com isso, estivesse em vantagem em relação à concorrência. Além disso, esse tempo também era aproveitado para que o mesmo repórter produzisse mais matérias diminuindo, com isso, o número de profissionais necessários na redação. Dessa forma, houve um maior acúmulo de trabalho para o repórter e não um desafogamento, como poderia ser esperado por esse profissional.

Uma nova redação – Antes da chegada dos computadores, a redação teve de passar por uma adaptação: as pesadas mesas foram trocadas por bancadas fixas, a iluminação foi adequada ao novo ambiente, o clima precisava ser refrigerado e houve a proibição de se comer ou fumar ali dentro, já que fumaça e alimentos prejudicariam os equipamentos. Com isso tem fim a imagem símbolo do jornalismo até então: o repórter debruçado sobre sua máquina, uma mão segurando o cigarro a outra catando milho na produção da próxima matéria. A descontração própria do fim de expediente deu lugar a um ambiente mais próximo de um escritório do que da antiga redação que era quase uma extensão do bar ao lado do jornal – ou vice-versa – onde discussões acaloradas sobre as notícias do dia ganhavam espaço ao lado das cervejas. A redação ficou mais silenciosa, tanto porque já não havia mais o barulho das batidas nas teclas da máquina quanto porque as pessoas passaram a utilizar o sistema de mensagens para se comunicar, sem necessidade de levantar a todo instante e ir até a mesa de alguém para perguntar algo ou trocar idéias.

Redução de custos – O sempre alto preço do papel, a concorrência acirrada, a necessidade de fazer o jornal chegar aos domicílios mais distantes, a eliminação da prova tipográfica no processo off-set de impressão, a oportunidade de fazer o jornal chegar mais cedo às ruas, o endividamento em dólar para aumentar a produção na segunda metade dos anos 90, o endividamento para informatização das redações: são vários os motivos que fizeram o jornal decidir pela redução de custos, incluindo o corte de pessoal e o acúmulo

de funções num profissional – o repórter. Logo, o desemprego que a partir de determinado momento começou a ser vinculado à adoção do computador não é um conseqüência da tecnologia, mas resultado da combinação de fatores locais e contingentes.

Transferência de funções na redação - As demissões ocorridas não são demonstrativos de que houve eliminação de ofícios. Houve, sim, transferência de funções. Redação de um texto final, titulação e legendagem, que eram funções do copidesque, passaram a ser exercidas pelo repórter. Os copidesques que permaneceram no jornal tiveram sua função direcionada a atividades como: redação das chamadas de primeira página, junção de matérias de mais de um repórter e o texto final dos artigos recebidos dos colaboradores externos. E os revisores, que sofreram os maiores cortes após a informatização, tiveram, sim, seu ofício quase que totalmente extinto da forma como era exercido até então, mas isso não pode ser creditado ao uso do computador. A eliminação de provas tipográficas foi uma conseqüência da adoção do sistema de impressão off-set, implantado no O Globo em 1978. Esses antigos revisores foram encontrar espaço em editoras, por exemplo, e não houve a formação de novos revisores, já que essa não é uma função reconhecidamente jornalística e nos cursos superiores de Comunicação Social não há essa cadeira.

Do romantismo ao profissionalismo – A imagem que muitos guardam do jornalismo antes do computador é a de um jornalismo romântico e que, após sua introdução na redação, se transformou num jornalismo mais profissional. Para alguns, no entanto, já não era possível falar em jornalismo romântico há um bom tempo, desde que a profissão foi regulamentada e os repórteres foram trazidos dos cursos superiores que proliferaram e não mais formados no dia-a-dia da redação. Os tempos anteriores à regulamentação eram caracterizados por jornalistas que exerciam o ofício por paixão, já que muitas vezes tinham que se desdobrar em vários empregos para conseguir se sustentar e à sua família.

Mesmo assim, a palavra “romantismo” chegou a ser citada algumas vezes como sinônimo de produção de matérias em máquina de escrever – em contraposição à produção informatizada. Apesar disso, os entrevistados são unânimes em afirmar que já não é possível, hoje em dia, pensar em fazer jornalismo sem o computador, já que muitos não se imaginam tendo de escrever um texto de outra forma.

Foi possível constatar, nas entrevistas realizadas para esse estudo, que os jornalistas não guardam rancor ou qualquer tipo de sentimento negativo em relação ao computador. Nem mesmo demonstram terem sentido isso de forma intensa naquela época – apenas, em alguns casos, uma desconfiança inicial. O jornalista foi relacionado, em alguns momentos das entrevistas, a um profissional que tem por hábito do ofício estar aberto a coisas novas, inusitadas, curiosas – tudo o que normalmente faz com que um fato chame a atenção e seja transformado em notícia. Mas, além disso, é preciso lembrar que essa pesquisa acontece há mais de vinte anos após o início do processo e, portanto, é baseada na memória que cada um dos entrevistados guarda a respeito daquele momento. Memória essa que está sujeita à ação dos fatos subsequentes. Ou seja, a consolidação da computador nas redações jornalísticas pode ajudar a reforçar a idéia de que a informatização era mesmo um processo irreversível e, portanto, imune a resistências e, com isso, moldar a memória da época a partir desses dados. Não esqueçamos que olhamos para o passado com os olhos do presente, e os olhos desses jornalistas são olhos acostumados à presença do computador, não só no jornalismo mas na vida pessoal.

Referências

- ABRAMO, Cláudio, 1988, *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ABREU, Alzira Alves de, 2002, *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zaha Ed.
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando, & ROCHA, Dora (orgs), 2003, *Eles mudaram a imprensa*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- AGUIAR, Ronan, 1996, *Stress e Violência no Lead da Notícia*. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas.
- AKRICH, MADELEINE, 1995, “User Representations: Practices, Methods and Sociology”. In: Rip, A., Misa, T. J., Schot, J. (eds), *Managing Technology in Society*. London and New York: Pinter Publishers.
- AMARAL, Luiz, 1996, *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzato.
- BAHIA, Juarez, 1990, *Jornal, história e técnica – história da imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Ática.
- BALDESSAR, MARIA J., 2003, *A Mudança Anunciada – O Cotidiano dos Jornalistas com o Computador na Redação*. Florianópolis: Editora Insular.
- BARRETO, Lima, 1995, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Série Bom Livro. São Paulo: Editora Ática.
- BOCZKOWSKI, Pablo J., 2005, *Digitizing the news*. Massachusetts: MIT Press.
- CALDAS, Álvaro. 2002, “O desafio do velho jornal é preservar seus valores”. In: CALDAS, Álvaro (org.), *Deu no jornal – o jornalismo impresso na era da Internet*, 2ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola.

- CALLON, MICHEL, 1995, “Technological Conception and Adoption Network: Lessons for the CTA Practitioner”. In: Rip, A., Misa, T. J., Schot, J. (eds), *Managing Technology in Society*. London and New York: Pinter Publishers.
- CARR, Edward Hallet Carr, 2002, *Que é história?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 8ª ed.
- CARTER, Nancy M., 1984, “Computerization as a predominate technology: Its influence of the structure of newspaper organizations”, *Academy of Management Journal*, No.2 (Jun), pp.247-270.
- CASTEL, Robert, 1998, *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- CASTRO, Ruy, 1992, *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras.
- COSTA, Cristiane, 2005, *Pena de aluguel – escritores jornalistas no Brasil 1904 a 2004*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____, *Pena de aluguel*. Disponível em: <<http://www.penadealuguel.com.br>> . Acesso em 18 abr. 2007.
- DELEUZE, G., GUATARRI, F., 1995, “Introdução: Rizoma”. In DELEUZE, Gilles, GUATARRI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- EDWARDS, PAUL, 1996, *The Closed World – computers and the politics of discourse in cold war America*, Cambridge (Massachusetts) and London (England): The Mit Press.
- EISENSTEIN, Elizabeth L., 1988, *A Revolução da Cultura Impressa – os primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Editora Ática.
- ERBOLATO, MÁRIO L., 1978, *Técnicas de Codificação em Jornalismo*. Petrópolis:

Editora Vozes, 2ª ed.

EXPO 2000. Disponível em: <<http://www.expo2000.de/expo2000/index.html>> . Acesso em 20 fev. 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO, 15/02/2004a, *Mídia Nacional acumula dívida de R\$10 bi.*

_____, 15/02/2004b, *BNDES estuda financiar dívidas e papel.*

KAPLAN, Richard L., 2002, *Politics and the American Press – the rise of objectivity, 1865-1920.* Cambridge: University Press.

KUNCZIK, Michael, 2002, *Conceitos de Jornalismo.* São Paulo: Editora da universidade de São Paulo.

LAGE, NILSON, 2001, *Ideologia e Técnica da Notícia.* Florianópolis: Editora Insular. 3ª ed.

_____, NILSON, 1996, “Convergência Tecnológica”. In: *Congresso Nacional dos Jornalistas*, 27. Porto Alegre.

LATOUR, BRUNO 2001, *A Esperança de Pandora.* Bauru, SP:Edusc.

_____, 2000a, *Ciência em Ação – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.* São Paulo: Editora Unesp.

_____, 2000b, *Jamais fomos modernos.* São Paulo: Editora 34.

_____, 2004, *Políticas da natureza.* Bauru (SP): EDUSC.

LAW, JOHN, 2002, *Aircraft Stories.* Durham and London: Duke University Press.

_____, 1992, “Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy, and

Heterogeneity”. *Systems Practice*. Vol. 5. Nº 4., p.379-393.

MOHERDAUI, Luciana, 2002, *Guia de Estilo Web – produção e edição de notícia on-line*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.

MOLL, Annemarie, 1999, “Ontological politics. A word and some questions.” In LAW, John e HASSARD, John. *Actor Network Theory and After*. London: Blackwell/ The Sociological Review, p. 74-89.

MOURA, Leonardo, 2002, *Como escrever na rede – manual de conteúdo e redação para Internet*. Rio de Janeiro: Record.

MCLAUGHLIN, Paul; BAYER, Carol Deming, 2001, *The Remington Centennial Book*. Disponível em: <<http://www.rootsweb.com/~nyherkim/ilion/remcentennial.html>> . Acesso em 20 nov. 2007.

NEGROPONTE, Nicholas, 1995, *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras.

NOGUEIRA, Ataliba, 1962, *A máquina de escrever, invento brasileiro*. São Paulo: Serviço Estadual de Assistência aos Inventores.

O GLOBO, 16/01/1992.

O GLOBO, 25/12/1995.

O GLOBO, 29/07/1996.

O GLOBO, 12/01/1999.

PRADO JR., Caio, 2006, *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães, 2001, *Dicionário de*

Comunicação. Rio de Janeiro: Campus, 2ª ed.

REVISTA FAPESP. São Paulo: Julho 2001, Edição 66.

ROCHA, João Cezar de Castro. (org), 1998, *Interseções: a materialidade da comunicação*. Rio de Janeiro: Imago Ed.: EDUERJ

_____, 2003, “Literatura ou narrativa? Representações (materiais) da narrativa”. In: OLINTO, Heidrun Krieger e SCHOLLHAMER, Karl Erik (org.), *Literatura e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio; São Paulo: Loyola.

RODRIGUES, Nelson, 2004, *O beijo no asfalto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª ed.

ROMANO, Frank J. 1986, *Machine writing and typesetting*. Salem: GAMA.

SERRES, Michel, 1995, *A Lenda dos Anjos*. São Paulo: Editora Aleph.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da., 2005, *Mil dias: seis mil dias depois*. São Paulo: Publifolha.

SILVA, DINORÁ FRAGA DA, 2001, “Pensamento complexo nas Ciências da Comunicação”, in: SILVA, Dinorá Fraga da, FRAGOSO, Suely, *Comunicação na Cibercultura*. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos.

SODRÉ, Nelson Werneck, 1999, *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 4 ed.

SÜSSEKIND, Flora, 1987, *Cinematógrafo de Letras*. São Paulo: Companhia das Letras.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira, 1993, *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 3ª ed.

VIANNA, Ruth P.A., 1992, *Informatização da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Edições

Loyola.

VIEIRA, Hugo C.; CABRAL, Alcileide. *Por uma genealogia historiográfica do arsenal de guerra*. Disponível em: <http://www.adevento.com.br/jepex/cdrom/trab_simp_por_uma_genealogia.pdf> . Acesso em 15 fev. 2008.

WINNER, Langdon, 1986, “Do Artifacts Have Politics?”. In: WINNER, Langdon, *The Whale and the Reactor – A Search for Limits in an Age of High Technology*. Chicago: The University of Chicago Press.

YAZBECK, Ivan, 2002, “A era das cores”. In: CALDAS, Álvaro (org.), *Deu no jornal – o jornalismo impresso na era da Internet*, 2ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola.

ZAMITH, Fernando, Pirâmide invertida na cibernotícia: argumentos pró e contra. Disponível em: <<http://www.webjornalismo.com>> . Acesso em 29 mar. 2006.

Fontes Primárias

ABREU JÚNIOR, João Batista de: depoimento [10/03/2008]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

BRAUNE, Rita: depoimento [25/09/2003]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

CHACEL, Cristina: depoimento [06/03/2008]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

COSTA, Cristiane: depoimento [15/06/2007]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

DE LUCA, Cristina: depoimento [20/02/2003]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

FARIA, Giovanni: depoimento [30/10/2006]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

FARIA, José de Assis: depoimento [18/03/2008]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

GARCIA, Luiz: depoimento [16/01/2007]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

COELHO DA GRAÇA, Milton: depoimento [17/06/2004]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

GUERREIRO, Itamar: depoimento [16/05/2006]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

MALHEIROS, Tania: depoimento [23/05/2006]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de

Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

MARTINS, Venerando: depoimento [18/03/2008]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

NEVES, José: depoimento [28/05/2007]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

ROCHA, José Sérgio: depoimento [29/02/2008]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

SOARES, Osvaldo: depoimento [29/05/2007]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

TAVARES, Mariza: depoimento [30/10/2006]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

ZAGARI, Maurício: depoimento: [30/01/2007]. Entrevistadora: Ronize Aline Matos de Abreu. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

Anexo

Entrevistados

Cristiane Costa: trabalhou no Jornal do Brasil e realizou uma importante pesquisa sobre escritores-jornalistas.

Cristina Chacel: na época da informatização era repórter e colunista de informática e telecomunicações. Não trabalha mais no jornal.

Cristina de Luca: foi trabalhar no Globo com a redação já informatizada. Trabalhava no caderno de informática na época da mudança de sistemas, do CSI para o Hyphen.

Giovanni Faria: na época da informatização trabalhava nos Jornais de Bairro do Globo. Não trabalha mais no jornal.

Itamar Guerreiro: era secretário de redação na época da informatização. Não trabalha mais no jornal.

João Batista de Abreu Júnior: na época da informatização era repórter da Editoria Rio. Não trabalha mais no jornal.

José de Assis Faria: na época da informatização era assistente de editor. Não trabalha mais no jornal.

José Neves: era revisor na época da informatização. É um dos 4 revisores que permaneceram no jornal.

José Sérgio Rocha: era redator da Editoria Política na época da informatização. Não trabalha mais no jornal.

Luiz Garcia: era editor de opinião na época da informatização. Ainda trabalha no Globo.

Mariza Tavares: era repórter da Editoria Rio na época da informatização. Não trabalha mais no jornal.

Maurício Zagari: ainda não trabalhava no jornal na época da informatização, mas foi um dos primeiros a usar a internet na redação. Não trabalha mais no jornal.

Milton Coelho da Graça: era editor geral na época da informatização. Não trabalha mais no jornal.

Oswaldo Soares: na época da informatização era repórter dos Jornais de Bairro. Ainda trabalha no jornal, agora como redator.

Rita Braune: na época da informatização trabalhava na área de informática do Globo. Não trabalha mais no jornal.

Tânia Malheiros: era repórter da Editoria Rio na época da informatização. Não trabalha mais no jornal.

Venerando Martins: era redator da Editoria Rio na época da informatização. Atualmente é redator da Secretaria de Redação do jornal.